

# vida mundial

Nº. 1886 6/5/1976  
Preço 15\$00

E AGORA  
AS  
PRESIDENCIAIS



**EXCLUSIVO**

# SONDAGEM

Quem está satisfeito com a situação política?  
Como se explica o resultado das eleições?  
Quem aprova a Constituição?



# BALAIA

# Penta Hotel

# ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 — TELEX 18298





Director:  
Natália Correia

Chefe de Redacção:  
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:  
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:  
M. Manuela de Sousa Rama

Redacção:  
Afonso Manta, Dórdio Guimarães, Feliciano  
Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José  
Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:  
Abel Fonseca

Secretariado:  
Maria Manuela Andrade

Arranjo Gráfico:  
Baltazar Ortega, Jorge Palha  
Colaboradores:

A. C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas),  
João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros),  
Philippe de Saint-Robert (Paris).

Preço: 15 \$00

Assinaturas:

Via ordinária

Continente e Ilhas - 3 meses: 175\$50, 6  
meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; Angola,  
Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe,  
Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6  
meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; outros  
países - 6 meses: 455\$00, 12 meses:  
910\$00.

Via aérea

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764\$00; An-  
gola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e  
Príncipe, Macau e Timor - 1201\$00; Es-  
panha - 764\$00; Brasil - 1284\$00; países  
europeus (excepto Espanha) - 1034\$00;  
outros países - 1493\$00.

Redacção e Administração:  
Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX  
36 27 51/5.

Composição e Impressão:  
Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:  
Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

## editorial



Por  
Natália Correia

**V**IDA Mundial ressurge com a intenção declarada de ser uma revista de opinião.

Entendamo-nos: situando-se num quadrante democrático, precisamente aquele que foi definido pela vontade do povo português, "opinião" significa assumir a defesa dos princípios consagrados nessa escolha.

Como primeira preocupação é-lhe, assim, imposta a análise da situação do País. Maus ventos o assolaram e o empenho na reconstrução da pátria implica reconhecer-se que a sociedade portuguesa, profundamente abalada nos seus alicerces, está doente. Enfermidade passageira, cremos. Mas na nossa crença entra a imperiosidade de exames irrenunciáveis por mais acutilantes que pareçam. Só estes poderão trazer à luz as causas da morbilidade a que nos propomos dar combate.

Entre as múltiplas depredações que, abusivamente e em nome da revolução, debilitaram o País, avulta a tentativa de se desafeioar a índole portuguesa dos valores próprios do seu espírito. No lugar onde a revolução devia venerar os expoentes da cultura portuguesa foram estes apeados para em seu lugar se erguerem estátuas a ídolos exóticos à nossa sensibilidade. Pretendeu-se assim, inculcar uma orientação cultural e ideológica de extracção estrangeira e cariz totalitário, imposta como credo único. Obra nefasta! Subtrair um povo à sua vocação espiritual é amortecer a sua capacidade de resposta às agressões que visam o sentimento nacional.

Eis porque, à cabeça da sua directriz, "Vida Mundial" coloca também o objectivo de devolver a dignidade à aviltada cultura portuguesa, numa série de cadernos especialmente dedicados aos temas que articulam o nosso património cultural.

Finalmente, não esquecemos que o próprio título "Vida Mundial" traduz o compromisso de chamarmos às nossas páginas o ritmo dos acontecimentos internacionais. Com eles, inevitavelmente se sincroniza o curso da vida nacional. Nunca como nos nossos dias a lei das correspondências se impôs tanto à consideração dos que observam os sucessos da vida política. O detonador de uma guerra mundial pode estar onde menos se suspeita. Nesta perspectiva, "Vida Mundial" é o título certo para uma publicação que, estando atenta ao que se passa lá fora, vela pelos interesses nacionais.

Dentro deste amplo espaço e tendo como duplo objecto do seu repúdio as duas facetas do fascismo, "Vida Mundial" apresenta-se, essencialmente, como uma publicação solidária com a grande opção democrática dos portugueses que promete honradamente informar.



EDITORIAL por Natália Correia ..... 1



## ESPECIAL ELEIÇÕES

Um serviço completo sobre as eleições para a Assembleia da República. A abrir, uma apreciação geral do acto eleitoral e dos seus resultados: Quem ganhou e quem perdeu? (pág. 12). Depois, um comentário do jornalista André Pautard (de "L'Express" pág. 15), previsões sobre o futuro Governo (pág. 16), uma análise dos resultados por distritos (pág. 20) e um comentário sobre as reacções da Imprensa (pág. 22). E ainda duas secções habituais, neste número integralmente consagradas às eleições: "A la minuta" (pág. 18) e Os que riem... e os que choram' (pág. 24) e a crítica de TV (pág. 47).



## separata



## LIBERDADE

Com o tema Liberdade, iniciamos a publicação regular de separatas ilustradas sobre grandes temas da história e da cultura portuguesas. Em cadernos especiais, destacáveis do corpo da revista, incluiremos semanalmente antologias de textos e gravuras — que constituirão um valioso repositório da vivência e do património cultural do povo português (págs. 25 a 40).

### Vida Nacional

E agora, as presidenciais .....	3
Bombas: o mistério .....	4
Imprensa: "É proibido..." .....	5
"Maioria de esquerda" no	
Primeiro de Maio .....	6
Jornalistas a mais .....	7

### Entrevista

Tomás Rosa: um ministro na charneira .....	8
--	---

### Eleições

Quem ganhou e quem perdeu? .....	12
O sentimento de um observador .....	15
Alternativas possíveis para uma coligação desejável .....	16
"A la minuta" .....	18
Vitória ou impasse da democracia .....	20
Os resultados na Imprensa .....	22
Os que riem... e os que choram .....	24

### Separata

Liberdade .....	25
-----------------	----

### Vida artística

Teatro D. Maria, doze anos depois .....	41
Operação Cannes .....	45
Crítica de cinema: "Um Dia Difícil" .....	46
"Intervenção" monoórdica .....	46
TV: "Também eu digo mal" .....	47

### Livros

"A Tentação Totalitária" .....	49
"Best-seller" levanta polémica .....	51
"Do General ao Cabo mais Ocidental" .....	51

### Ciência e Técnica

O eclipse que Portugal não viu .....	51
--------------------------------------	----

### Economia

"Charge" de Jacques Faisant .....	53
-----------------------------------	----

### Vida Internacional

Espanha: reformas contestadas .....	54
Rodapé .....	54
Líbano: os cristãos salvos pelos sírios .....	55
EUA: Jimmy Carter .....	55

Sondagem .....	57
----------------	----





Costa Gomes e o filho, no dia das eleições: cravos e sorrisos



Ramalho Eanes: a austeridade habitual

## E agora as presidenciais

# UMA SAÍDA PARA O BECO

Mal saímos de umas eleições, já estamos caídos noutras. E, fiéis ao nosso hábito de deixar para amanhã o que pode ser feito hoje, estamos à espera de resolver, com as presidenciais, o "impasse" em que caímos por causa das legislativas.

Liberto das viseiras e dos condicionaismos dos partidos políticos (cada candidato é patrocinado por 7500 cidadãos, a título individual, e não por quaisquer organizações), sem as florestas de enganos dos programas e das palavras (dos milhões que votaram no PS e no PPD, por exemplo, quantos sabem ao certo o que é "socialismo" ou "social-democracia"?), é possível que o voto directo e simples num homem só, de carne e osso, traduza melhor aquilo que os portugueses querem realmente para o seu futuro. Ou seja, optar por um homem concreto, em lugar de um programa abstracto, deverá permitir ao eleitorado clarificar o sentido dos votos entrados nas urnas no dia 25 do mês passado.

Essa clarificação é tanto mais necessária quanto é certo que os votos atribuídos ao partido maioritário (relativamente, bem entendido) não têm todos o mesmo sentido.

Votar no PS, para uns significa baterem-se por uma sociedade "à jugoslava", para outros "à argelina", mas também "à sueca" e até "à alemã" (federal, claro, ainda que também haja um "PS" do outro lado do muro). E o mesmo se passa, aliás, com outros partidos de largo apoio popular, como o PPD — que, como revela a sondagem da "VM", tanto foi votado por defender como por combater o predomínio da propriedade privada. Neste sentido, por sinal, Cunhal tem razão: o voto no PCP é realmente "seguro" — é por uma sociedade "à russa", ainda que sob a camuflagem de uma "berlinguerização" que se suspeita para breve (eventualmente, até com uma substituição dos dirigentes de fachada), como condição para a efectivação prática da almejada "unidade de esquerda". Não foi Mário Soares que, logo após as eleições, numa conversa pela rádio com François Mitterrand, suspirou uma vez

mais: "As coisas seriam diferentes, se tivéssemos um PC como o francês, o italiano ou o espanhol...?"

### AVISO

É aqui que entra em jogo o futuro Presidente da República. Se houver mais de um candidato, traduzindo efectivamente opções diversificadas, a simples eleição não poderá deixar de condicionar o PS, forçando-o a definir a sua linha futura, de acordo com a vontade mais claramente expressa do eleitorado — um terço do qual se manifestou, precisamente, pelo partido de Mário Soares.

Mas antes de a escolha do eleitorado condicionar os partidos, são os partidos (e os dirigentes político-militares, por mais que digam que não) que condicionam a escolha do eleitorado.

É esse o significado das complexas e obscuras negociações nos bastidores — de que a opinião pública vai tendo um conhecimento apenas vago, sem se aperceber, na maioria dos casos, de que corre o perigo de acabar por não poder escolher o "seu" presidente.



porque quando chegar às urnas não terá outra hipótese que não seja votar no Presidente previamente "fabricado" no Largo do Rato, em Belém ou no Restelo (com ou sem a ajuda de São Bento ou da Rua António Serpa).

Galvão de Melo, que poderá não ter muito futuro como presidente, mas que em contrapartida também não é capaz de guardar um segredo, fez no último fim-de-semana um aviso que não devia cair em saco roto: "Preparam-se para nos impor um candidato único, à maneira de antigamente."

E um "candidato único" não significa, necessariamente, uma "candidatura única" — tanto mais que se avolumam os indícios de que poderá haver candidatos para "queimar", na primeira volta das eleições (a 27 de Junho) ou mesmo antes (para perturbar a estratégia dos adversários).

## NOMES

Passando a nomes, Ramalho Eanes é sem dúvida o mais indicado — tanto mais que a sua substituição na chefia do Estado-Maior do Exército não foi realmente um obstáculo inultrapassável. Quando já estava "aprovado por maioria" para a candidatura, surgiu um problema suplementar: é que nas "reuniões de auscultação" para escolha do futuro chefe de Estado-Maior, surgiram nomes que não asseguravam necessariamente o prosseguimento da linha traçada por Eanes ou o mais importante ramo das Forças Armadas.

Mas o problema parece ter sido resolvido — falando-se no nome do brigadeiro Rocha Vieira, director da Arma de Engenharia, que superou outras propostas avançadas pela linha que jogaria noutro candidato, que não Eanes.

O actual chefe do Estado-Maior do Exército, de resto, é o homem da "ponte", possível e desejável, entre os sectores mais vastos da sociedade portuguesa.

Mas Eanes não está só. Se exceptuarmos os nomes já avançados pelas franjas do nosso leque político, há outras figuras na liça.

Significativamente, à medida que se avolumavam as dificuldades em preencher o lugar de chefe do Estado-Maior do Exército, crescia a hipótese, nunca verdadeiramente abandonada, da candidatura de Costa Gomes — e, subsidiariamente, de Pinheiro de Azevedo, num "pendent" que deverá decidir-se a favor de um deles.

O actual presidente, cujo estado de saúde não parece ser particularmente satisfatório (está a receber tratamento intensivo num especialista de urologia da capital), tem à partida, porém, uma base de apoio sensivelmente menor. Foi ele quem declarou peremptoriamente que "não queremos nenhuma social-democracia" — o que o PPD e uma parte do PS, naturalmente, não terão esque-

cido, ao ponto de o partido do dr. Sá Carneiro já o ter riscado da sua lista de "candidatáveis".

Resta o actual primeiro-ministro, como hipótese de alternativa, sobre cujas possibilidades são ainda prematuras quaisquer conjecturas.

Passadas em revista as hipóteses mais plausíveis (numa lista que está longe de ser exaustiva: pode falar-se ainda de Pires Veloso, como sucedâneo de um Ramalho Eanes "atado" ao lugar, ou de um Melo Antunes,

como desejava há dias a escritora Maria Velloso da Costa, no "Diário de Lisboa"), voltamos ao princípio: se alguns militares não conseguirem efectivar o mau presságio de Galvão de Melo, a eleição presidencial pode apontar a saída para o "impasse" em que nos deixaram as legislativas. Serão os partidos (e sobretudo o maioritário) que, em última análise, também influirão nos resultados. Só que, quando o que está em jogo é o Presidente da República, nenhum partido pode pôr as mãos no fogo pela disciplina do seu eleitorado.



Os restos do "carro-bomba" que explodiu na Avenida da Liberdade. Por detrás do pavilhão danificado da Feira do Livro fica a sede do PCP

## bombas

# OS RESPONSÁVEIS NÃO APARECEM

Desde o ano passado, já se registaram 260 rebentamentos de engenhos explosivos em Portugal. Até há pouco, a maioria era constituída por petardos, que faziam mais barulho do que danos. As duas últimas bombas que rebentaram em Lisboa, com menos de 10 dias de intervalo, porém, foram de tipo muito diferente: fizeram tanto prejuízo como estrondo — e, o que é mais grave, causaram mortes.

Na Embaixada de Cuba como na Avenida da Liberdade, a dois passos de uma sede do PCP (no antigo hotel Victória), as explosões continuam rodeadas de mistério. No primeiro caso, falou-se de um homem com uma mala "à James Bond" que teria desaparecido sem deixar traços. No outro, havia um "carro-bomba", com matrículas falsas e sem número de motor — uma "estrela" sinistra entre nós, mas vulgar noutras paragens, como a Irlanda do Norte, por exemplo.

Em ambos os casos, o Partido Comunista



(que se reclama, directa ou indirectamente como alvo de ambos os atentados) esteve rapidamente presente. Na Embaixada, poucos minutos depois da explosão, um dirigente da UEC (Sérgio Costa, aluno da Faculdade de Direito) já falava, sobre um pedestal de ocasião, a centenas de militantes do partido identificáveis pelos seus emblemas e autocolantes, que ocorreram de todos os lados. Na Avenida da Liberdade, foi distribuído um comunicado aos numerosos curiosos que foram presenciar os estragos (era o feriado do 1.º de Maio, e as pessoas acotovelavam-se para observar a cratera provocada pela explosão).

Em ambos os casos, os culpados foram logo ali apontados: a reacção — e, subsidiariamente, o imperialismo. Como que a confirmar esta tese, os dois atentados foram reivindicados, no dia seguinte, por uma organização "fantasma", de que ninguém, até então, ouvira falar: um tal "Movimento An-

ticomunista Português" (MAP), que se reclama da extrema-direita.

Apesar desta tentativa duvidosa de reivindicação de "paternidade" dos atentados, simultaneamente anónima e a procurar tirar efeitos fáceis (feita por telefone para a redacção de jornais diários), o mistério subsiste — dando azo a todas as conjecturas.

As dúvidas, aliás, transparecem nos próprios comunicados dos principais partidos políticos sobre os atentados — que, como actos de violência, são naturalmente condenados por todos. Mas o facto é que, se os termos com atenção, poderemos verificar que nenhum (com a excepção referida do PCP) arrisca um prognóstico sobre a autoria das explosões. Quando muito, limitam-se à constatação óbvia de que estes actos de violência só servem as forças que procuram destabilizar a situação política. Só um porta-voz do PPD, citado pela ANOP, foi um pouco mais longe, identificando essas forças com a direita. Mas daí ninguém passou.

vorece os contra-revolucionários".

E concluiu: "Urge que o Governo, por recomendação do Conselho da Revolução, saia com um decreto-lei complementar da Constituição para que o direito de expressão não possa ser invocado para permitir a propaganda contra-revolucionária. Se não aceitar a recomendação do Conselho da Revolução, o Governo faltará ao cumprimento do seu dever, no impedimento da escalada da reacção e do fascismo."

Por sua vez, o jornalista considerou que, "para combater a crescente invasão da direita, se deveria procurar resolver, com a maior urgência, os casos dos jornalistas suspensos. Travava-se, assim, o avanço reaccionário, respondendo ao aparecimento, cada vez em maior número, de jornais da direita, subsidiados sabe-se lá por quem".

Para os acusadores públicos da Imprensa estatizada, a liberdade de informação, a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento colocam-se em termos singulares. O princípio basilar das regras democráticas, de acordo com o qual os homens são iguais perante a lei, fez-se anacrónico, se não contra-revolucionário. O "reaccionário" terá menos direitos e mais deveres do que o "progressista"; o "reaccionário" merece a mordida, o "progressista" receberá o altifalante. Faltará definir os conceitos. Para isso, o Governo deverá elaborar uma lei que, à maneira dos panfletos, poderá terminar com palavras de ordem do tipo: "Todo o poder à revolução, ao MUTI, e ao mais que se queira. Morte ao fascismo, já!"

É uma sugestão. E para que os conceitos não possam ser manipulados a belo prazer, para que não haja possibilidade de essa lei democrática servir para aniquilação do direito à palavra dos defensores da democracia, sugerimos que expresse, com a máxima clareza, designando-os, quais os partidos progressistas e quais os reaccionários. Mais ou menos, nos seguintes termos:

"Único: Nos termos da presente lei, são considerados progressistas e, portanto, no uso pleno das liberdades e direitos consignados na Constituição da República os partidos tais e tais.

"São considerados reaccionários, sendo-lhes vedado o acesso aos órgãos da Informação, suspensos dos direitos de expressão e de pensamento, os partidos tais e tais."

E chamemos-lhe democracia.

O preocupante é que as reivindicações do MUTI surgem acompanhadas de pressões de diversa ordem sobre a imprensa estatizada, e precisamente por parte de membros do Governo. É que se criam limitações, se postulam assuntos-tabus, se estabelecem verdades oficiais, se definem critérios, ao encontro das sugestões dos "trabalhadores intelectuais". A Imprensa estatizada tende a regressar aos "velhos tempos" do corte e cola, das

## imprensa

### || É PROIBIDO APONTAR... ||

A Imprensa, ou, melhor, a luta pelo seu controlo, sobe de novo à ribalta. Se isto se pressente na generalidade dos órgãos da Informação, sobretudo sente-se na Imprensa estatizada. Sinal dos tempos, fenómeno quase tão inevitável como as cíclicas crises do capital.

É a importância da Imprensa, o seu papel canalizador das intenções das correntes políticas e moldador da opinião pública que determina que ela, Imprensa, se revele um instrumento cobiçado por todas as forças em luta pelo poder. E, por isso, também amaldiçoada pela opinião pública... que exprime a sua revolta contra as tentativas de manipulação, deixando de a comprar.

A Imprensa estatizada, sustentada pelo erário público, é particularmente sensível, e por razões óbvias, às flutuações políticas. A sua conquista, ou neutralização por parte das forças que a não detêm, surge sempre como um elemento fundamental no jogo das correntes e forças partidárias. A história da Imprensa portuguesa, principalmente nos dois últimos anos, comprova-o abundantemente. E o que hoje em dia de novo se revela aponta à sua quase inevitabilidade.

Os matutinos lisboetas são, de momento,

os mais expostos aos ataques. Jornais de claras conotações partidárias fazem-lhe, por sistema, um fogo de barragem. O fantasma do fascismo, óptima cobertura para totalitarismos pseudoprogressistas, é agitado e serve de álibi para novas vagas de assalto aos órgãos da Informação nas mãos do Estado. O "Diário de Notícias" e "O Seculo", afirmam-se, foram tomados pela extrema direita. Sem mais. Simultaneamente, coincidência ou não, personalidades políticas desempenhando altos cargos na governação e nos destinos do País vêm a público em "denúncia" de neofascismos e extremas direitas, reaccionárias, que ter-se-iam introduzido nos jornais para, a partir deles, desencadear ataques que põem em risco a própria sobrevivência da nação.

Sublinhando as intenções da campanha, realizou-se no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, mais uma reunião do MUTI (Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais). Usaram da palavra o jornalista Fernando Cascais e o advogado e escritor Fernando Luso Soares. O jurista, falando sobre liberdade de expressão e de pensamento, disse:

"A Constituição permite tratamento igual para reaccionários e progressistas e fa-



verdades meias ditas e, mesmo assim, nas entrelinhas. Não gostámos então. Não gostamos agora.

É-nos vedado falar do que em Angola se passa. Talvez a medida venha a ser extensiva a Moçambique e à Guiné-Bissau. Amanhã, ser-nos-á vedado referirmos acções da FRAP espanhola para não criarmos embaraços diplomáticos. O sr. Duvalier, do Haiti, protestará se entrevistarmos um opositor ao seu regime. A URSS condenará todas as referências que fizermos à situação dos presos políticos, aos campos de concentração. Os Estados Unidos ameaçar-nos-ão se não fizermos a publicidade da Coca-Cola. A China não nos perdoará a publicação de uma fotografia de Teng Chiao Ping. A França ficará furiosa com a divulgação de gravuras sobre a repressão dos estudantes, etc. Internamente, para não contrariarmos a política governamental, transcreveremos as notas oficiais emanadas dos diferentes ministérios.

Nesta "apagada e vil tristeza" a que, pensamos que inconscientemente, se quer remeter o jornalismo português, ter-se-á neutralizado a Imprensa estatal. A neutralização da outra, a não estatal, requererá medidas mais "eficazes". Mas isto é um aspecto da questão. Existem outros, que convém não perder de vista.

A Imprensa actual é reaccionária, essencialmente porque aqueles que mantinham na Imprensa de antes do 25 de Novembro o controlo "progressista" foram dela afastados por uma ardilosa manobra fascista, supõe-se. Exige-se o seu regresso, requer-se a ressurreição desse controlo, a bem da revolução. E, uma vez que entidades governamentais declaram, concordantes, que o fascismo espreita em cada carácter da maldita Imprensa, que o reaccionarismo espirra das rotativas, resulta que, efectivamente, o regresso ao antes do 25 de Novembro é a medida que se impõe. Para já, uma suspensão — "O Seculo-Hoje".

Por amor à democracia, muitos jornalistas portugueses se bateram durante os longos anos felizmente vencidos em 25 de Abril de 1974. Muitos de nós recebemos nas cadeias o prémio desse combate. 25 de Abril e 25 de Novembro são marcos na luta do povo português pelo direito à liberdade de expressão, de informação e de pensamento. Não os esqueçamos. Seria triste, demasiado triste, que um dia recebéssemos nas redacções dos jornais uma portaria determinando:

"Em nome da revolução e do progresso, os jornalistas ficam proibidos de apontar."

● A.M.



Os cravos e o slogan "O povo unido jamais será vencido" ressurgiram no Primeiro de Maio. Mas, dois anos depois, a celebração foi diferente

## primeiro de maio

# A "MAIORIA DE ESQUERDA" NO ESTÁDIO DA INATEL?

À distância de dois anos, tentou repetir-se a celebração do Primeiro de Maio, ressuscitando um clima, retomando palavras de ordem, reinventando um ambiente. Todavia, dois anos mais tarde, algo que fora natural, espontâneo, só poderia ser agora encenação, com todas as evidências das coisas forçadas.

Algo que, há dois anos, fora uma explosão de alegria, da libertação de um povo, só poderia ser, nos termos em que o foi agora, um episódio dentro de uma tática política, uma peça de uma manobra arquitectada.

Mas deixemos os comentários, e entremos na narração dos factos — que eles, sem palavras a mais, deixam a descoberto tudo o que, em 1976, comandou e ditou esta celebração, de significado político iniludível.

As palavras de ordem. Três as que, projectadas pelos microfones, ampliadas pelos

altifalantes, repetidas pelos serviços de ordem, foram cadenciadas pela multidão reunida no antigo estádio da FNAT, em Lisboa: "Unidade" "O povo unido jamais será vencido", "Unidade sindical contra o capital". O "leit-motiv" unitário, testemunhado pelos oradores inscritos para os discursos, pela abundância de bandeiras nacionais, em detrimento das bandeiras partidárias, quase inexistentes, sobressaiu até na transformação do slogan "O povo unido jamais será vencido", no outro que, às tantas, se impôs: "Os trabalhadores unidos jamais serão vencidos."

A unidade dos trabalhadores, a unidade sindical, foi efectivamente o tema deste Primeiro de Maio. Mas isto, que seria natural, pois foi sempre este o tema da celebração, teve e tem incidências, conotações, que não passam despercebidas. É que, hoje como sempre, a unidade faz-se contra alguém, e, sobretudo, faz-se entre alguém, entre coisas que, antes de unidas, estão divididas. Unir os trabalhadores significa que, antes da unida-



de, eles se encontram divididos. E a unidade sindical, proposta avançada pelos *slogans* e pelos discursos, tem como pressuposto que os trabalhadores estão divididos pelas correntes partidárias.

E a este respeito, dois aspectos houve no Primeiro de Maio que merecem ser sublinhados.

**Primeiro** — Ao contrário das outras celebrações, posteriores ao 25 de Abril, as forças partidárias, como tal, não se fizeram representar nos cortejos, não compareceram no estádio da INATEL. Em seu lugar, apenas quatro representantes sindicais, curiosa e paritariamente identificados com linhas sindicais diferentes. Kalidás Barreto, ex-deputado do PS, em nome dos trabalhadores têxteis, Vítor Gonçalves, dos bancários, inseridos ambos na mesma corrente sindical, e um representante dos metalúrgicos e outro da Intersindical, identificados estes com as posições sindicais do PCP. Eis a unidade sindical, a unidade dos trabalhadores, paralela a uma outra proposta de unidade, avançada no terreno político pelo PCP: a aliança parlamentar entre comunistas e socialistas, "por uma maioria de esquerda." Registemos que esta celebração do Primeiro de Maio veio na sequência da conferência de Imprensa de Álvaro Cunhal, na delegação do PCP em Alcântara.

Sob o aparente apartidarismo, jogou-se uma cartada política. E fácil se torna a identificação dos jogadores: as forças políticas que, desde as vésperas das eleições legislativas, vinham propondo uma "maioria de esquerda". Concretamente: o PCP. E depreende-se que a jogada foi um "balão de ensaio" para a pretendida (por Cunhal) unidade a outros níveis, no terreno parlamentar, por exemplo. Se elementos afectos ao PS (Kalidás Barreto) se prestaram a cobrir a jogada a nível sindical, uma pergunta imediatamente se coloca: existirão no parlamento socialistas igualmente dispostos a uma aliança com o PC? E, se os houver, que consequências advirão daí?

**Segundo** — Ao contrário do que no ano passado sucedeu, os oradores e as palavras de ordem pronunciadas pelos manifestantes não fizeram referência à unicidade sindical, apregoada "conquista maior dos trabalhadores". As forças dirigentes da Intersindical, contestada pelo Ministério do Trabalho, fizeram um recuo tático. Recuo que, depois de todas as declarações feitas sobre este assunto, todas as manifestações promovidas, todo o fogo disparado a este respeito, tem o seu quê de surpreendente. O PC considerou insustentável esta linha de defesa, optando por "recuar em boa ordem", para outras posições à retaguarda mas, para já, mais defensáveis. Ao fazê-lo, procura congrega-

vas forças e mobilizar as reservas.

Por outro lado, o recuo tático pretende resolver certas contradições existentes no seio do movimento sindical, perturbadoras da sua manobra. É que, se a questão da unicidade sindical foi, até há pouco, uma contradição fundamental entre certos sectores socialistas e os sindicalistas do PC, à medida que o PS se foi instalando no apare-

lho, ela foi-se despejando de conteúdo. Ficou apenas como uma bandeira herdada de batalhas do passado, difícil de abandonar por parte de um certo PS. Assim, o abandono da unicidade sindical significa que os sindicalistas PC, colocados perante a inviabilidade de controlarem os sindicatos através de uma todo-poderosa central sua, imposta por lei, aceitam dar as mãos a determinado

(*Continua na pág. 63*)

## jornalistas

# OS VERDADEIROS E OS FALSOS

**Quase 2200 jornalistas foram acreditados pelo Ministério da Comunicação Social para fazerem a cobertura das eleições. Desses profissionais da Informação, 1411 eram portugueses — o que é "impossível", pois só há cerca de 1000 jornalistas em Portugal. Quer dizer, apareceram na Fundação Gulbenkian, com cartões de Imprensa, quase 500 pessoas que não eram, seguramente, jornalistas.**

Em 25 de Abril de 1974, quando do golpe que derrubou o Estado Novo, havia em Portugal cerca de 500 jornalistas. Vinte meses depois, esse número tinha duplicado, isto é, passou para cerca de 1000, segundo números que nos são fornecidos pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas. Números, oficiais, portanto, mas que andam abaixo da realidade, porque em muitos jornais e revistas de recente formação existem, além de cerca de 200 estagiários, muitos outros que se escondem sob a capa de colaboradores. Mas esse número não poderá, em caso nenhum, atingir o quase meio milhão que surgiu creditado pelas entidades oficiais.

Esta questão, no entanto, levanta um problema que lhe está subjacente.

É certo que a Imprensa portuguesa do pós-revolução não esteve, frequentemente, como se sabe, à altura daquilo que é exigível nos países livres, onde a democracia está estabelecida. E sabemos porquê. Porque a Imprensa se partidariizou, antes mesmo das nacionalizações, que ainda mais a tornaram partidária. Por essa razão, muitos e desvairadas gentes se têm abatido sobre esta pobre classe dos jornalistas, feita bode expiatório de todos os desvarios que têm sido praticados nos últimos meses.

Ora, o que acontece é terem os jornais sido invadidos por centenas de indivíduos que neles foram entrando pelas vias dos par-

tidos de que são militantes. Assim é, de certo modo, compreensível que esses homens e mulheres ponham a sua militância acima do cumprimento das regras deontológicas da profissão em que entraram. É lamentável para os jornais, para os leitores, para os próprios e para o prestígio de que a Imprensa, quarto dos poderes em qualquer país livre, deve possuir.

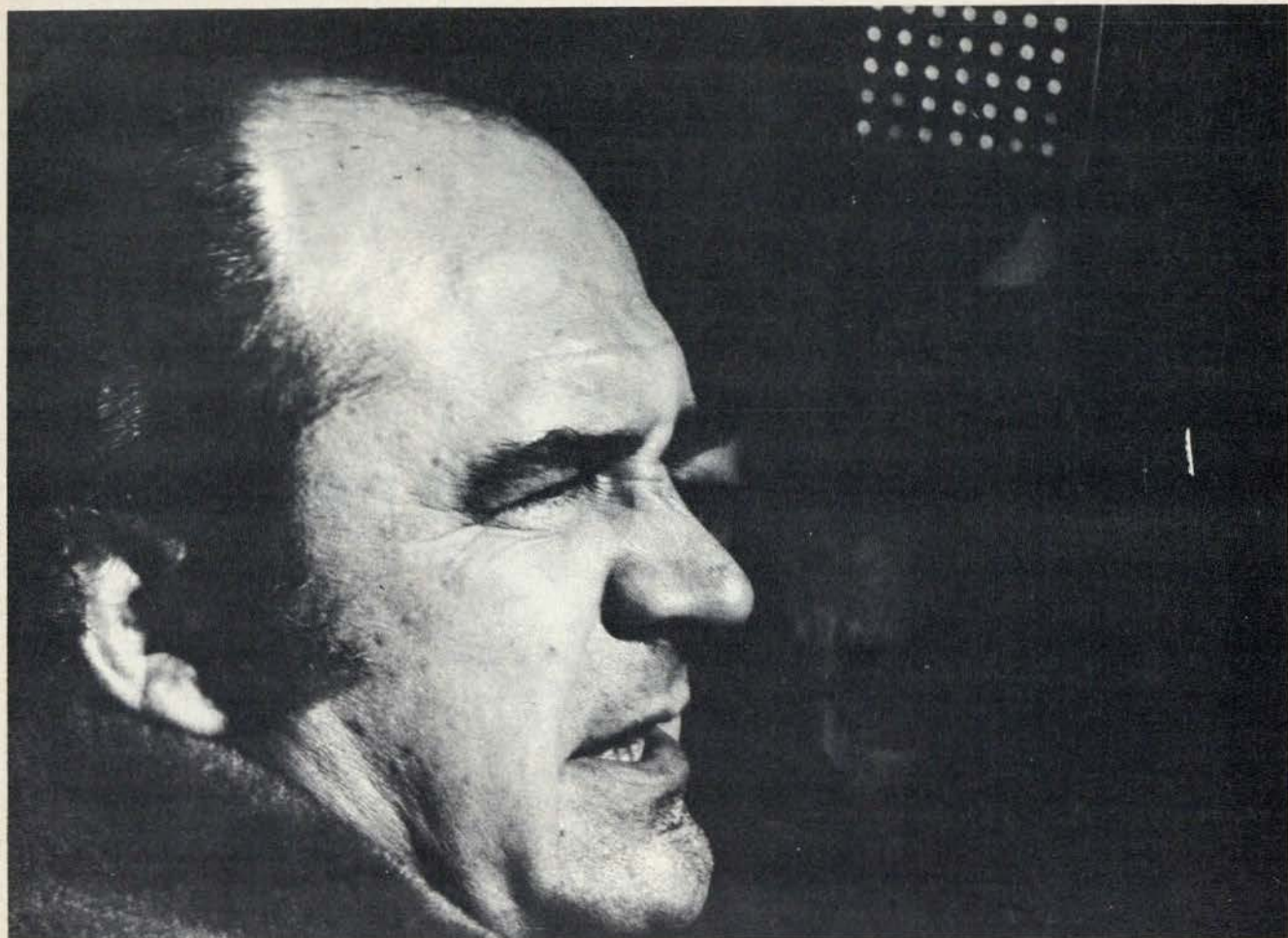
Talvez este ânimo militante venha a ser-nar nestes novos profissionais quando a situação política portuguesa algum dia se clarificar. Como também é possível que o chamado "micróbio do jornalismo" os ataque, fazendo-os lutar pelas regras do código de honra da profissão, cujo garante deve ser o sindicato — quando ele próprio, bem entendido, deixar de ser um sindicato político para ser um sindicato de defesa da profissão.

Nesta ordem de ideias, é natural, possível e desejável que o próprio Estado dê o exemplo. Possuidor de vários jornais e revistas, resolveu distribuí-los por partidos, que sentirão a natural tentação de encher as suas redacções com elementos afectos às suas direcções e administrações. O círculo vicioso estabelece-se, está estabelecido, e é afinal o povo português, o contribuinte em geral, que tanto pode pertencer ao PCP, como ao PS, ao PPD, ao CDS, ou a outro partido qualquer, que está sempre, de qualquer forma, a pagar os jornais que fazem a propaganda dos seus adversários.

Não existem, pois, 1411 jornalistas em Portugal — mas esse número, pelo que fica exposto, talvez venha a ser atingido, se o jornalismo continuar a ser uma profissão aberta a todos os aventureirismos.

E é caso para perguntar, até, se, mercê das manipulações e da força decisiva que a Imprensa, a Rádio e a TV exercem sobre os cidadãos, não se terão tornado no primeiro dos três poderes clássicos, nesta fase de mudança radical de estruturas que o País atravessa. ■ J. N. F.





## TOMÁS ROSA: " QUE NÃO SE MARGINALIZEM OS HOMENS DO 25 DE ABRIL... "

Ao contrário da maioria dos seus colegas, Tomás Rosa é um ministro militar que não esconde as suas ambições políticas.

Numa altura em que, cada vez mais, se contesta a condução política do País pela mão dos militares, urge clarificar as suas posições sobre determinados pontos quentes do processo em que estamos envolvidos.

Muito particularmente se de um militar-ministro se trata e, ainda mais, detentor da pasta do Trabalho.

Tomás Rosa foi desassombrado nas declarações que nos prestou.

**P.**— Acha possível que venha a realizar-se um entendimento PS/PC no sector do trabalho? Que reflexos políticos teria esse entendimento?

**R.**— É indispensável um entendimento PS/PC no sector do trabalho. Mas tal entendimento tem de pressupor que o PC vise, a partir de agora, o interesse dos trabalha-

*dores, tendo em atenção, também, os interesses da economia nacional. Não continuando, pois, como tem feito, a manipular os trabalhadores.*

*É necessário que o PC respeite o PS e não se julgue mais amigo dos trabalhadores do que este último.*

*Na verdade, nos países sob regime comunista não se respeita a vontade dos trabalhadores, antes se lhes impõe uma vontade cupulista e profundamente antidemocrática, nesses países, não há plenários, não há comissões de trabalhadores, não há organização sindical livre.*



É também necessário que o PS tenha sempre bem presente que são tremendamente distintos um projecto de sociedade socialista e um projecto de sociedade comunista.

É preciso que o PS se demarque do PC, pois que aquele quer a democracia e este quer o totalitarismo ditatorial.

É necessário que não haja ingregrãncia do PC na vida sindical e que a Intersindical seja, fectivamente, representativa de todos os sindicatos.

É também indispensável que o PCP não atraia os trabalhadores à base de notas de contos de reis, porque isso é abusar da boa-fé e da miséria e ignorância de largas camadas da população.

É preciso que o PC, em vez de moções e comunicados apresente propostas concretas para solução dos problemas laborais.

É preciso que o PC desista definitivamente de destruir o sector privado.

É preciso que o PC não se limite a atacar apenas os ricos, mas, sobretudo, se preocupe com os pobres, com o desemprego, com a fome, com a ordem laboral nas empresas.

Mas é também necessário que o PS não se deixe abraçar demasiado pelo PC, pois que esse abraço pode partir-lhe a espinha.

É finalmente necessário que o entendimento PS/PC seja como o azeite e o vinagre, que se misturam mas jamais se confundem, embora sirvam para temperar, ambos; a vida laboral portuguesa.

O povo português vê o PS como símbolo de liberdade e democracia e seria com profunda amargura e tristeza que o veria confundir-se com o PC.

O PS é de inspiração marxista mas não é um partido marxista e, por isso, pode fazer um pacto de paz laboral com o PC. Mas um pacto é um acordo, não é um acto de subordinação.

Se, em face do que exponho, puder haver um entendimento aberto e arejado PS/PC no sector do trabalho, caminharemos mais rapidamente para uma sociedade socialista, livre, fraterna e democrática.

P.—No seu entender, qual o futuro da Intersindical? Acredita que o PS está de facto interessado em extingui-la, ou, antes, em recuperá-la, pactuando com a actual direcção afecta ao PCP?

R.—A Intersindical pode perfeitamente subsistir, mas não como existe actualmente. Não pode ser imposta de cima para baixo, mas sim ser aceite pelos trabalhadores em termos democráticos. De qualquer modo, a Intersindical terá de existir se os trabalhadores o pre-

tenderem, terá que ter a estrutura que os trabalhadores quiserem. Eles, os trabalhadores, terão uma central sindical, ou duas ou três, conforme quiserem.

Acredito que o PS está interessado em recuperar a Intersindical, tornando-a democrática e, portanto, representativa de todos os sindicatos portugueses.

A direcção da Intersindical será afecta ao PC ou ao PS, ou a qualquer outro partido, conforme resulte de eleições democraticamente feitas. O que, quanto a mim, está errado na Intersindical é o seu carácter cupulista.

**"Nem sequer sou anti-PCP... Sou contra o PCP que destruiu empresas e causou desemprego"**

P.—Várias personalidades políticas, desde o Primeiro-Ministro até Mário Soares, têm acentuado a necessidade de um trégua social, como uma das condições necessárias para a recuperação da nossa economia. No actual contexto político, acha viável essa trégua? E em que termos? E a que preço (em troca dela, exigia o PCP a efectivação, na prática, ainda que não formalizada, da sua influência a nível de decisões governamentais)?

R.—Se o PC aceitar o jogo democrático e respeitar os outros partidos — o que não tem feito desde



**"O processo pseudo-revolucionário poderá voltar a estar em curso, anulando toda a acção política e económica do futuro Governo"**

Março de 1975, pelo menos — acho viável uma trégua social. Mas uma trégua não é uma capitulação.

Nuna trégua, as partes em conflito estão atentas, embora não estejam desarmadas. Por estarem numa trégua, não ficam dois exércitos inimigos a constituir um só. São dois. Só que não se hostilizam. Neste sentido é desejável uma trégua.

Eu nada tenho contra os comunistas e sei que haverá muitos que o são por desejarem acabar com a miséria, com a ignorância, com a superstição, com a exploração.

Eu, simplesmente, não sou comunista e tenho esse direito, tal como um comunista tem o direito de sê-lo.

Não considero o comunismo um papão que come criancinhas.

Não considero o comunismo uma religião do Diabo.

**"Se o PS se desacredita, acabou a democracia em Portugal"**

Nem sequer sou anti-PCP, sou, apenas, contra a prática política do PCP, que é contrária à democracia.

Sou contra aquele PCP que, durante o «gonçalvismo», carimboou antifascistas de reaccionários e fascistas, que tudo fez para partir ao meio o MFA, engendrando o MFA progressista e o outro MFA, o reaccionário.

Que atirou militares contra militares, que atirou o pai contra o filho, o marido contra a mulher, que gerou o ódio no seio das famílias.

Sou contra o PCP que chamava reaccionário a Mário Soares e fascistas a muitos militares que derubaram o fascismo em 25 de Abril.

Sou contra o PCP que destruiu empresas e causou desemprego.

Só não serei hostil a um PCP que acima de tudo, ponha o inte-



resse de Portugal e dos portugueses.

De qualquer forma, considero preferível ver o PC no Governo — em jogo aberto — do que vê-lo marginalizado a esse nível, com o preço de sombrias alianças subterâneas.

P.— Como encara a decisão reafirmada pelo PS de governar sozinho?

R.— O PS tem todo o direito de governar sozinho. Mas é preciso traduzir o termo «sozinho».

Estará correcto, se incluir independentes e militares que possam ser interlocutores válidos junto de outras forças políticas e das Forças Armadas. Um governo exclusivamente PS é um risco que o PS não pode correr.

Se assim fosse, estaria entre dois fogos: PC e PPD-CDS. A crise económico-financeira que se agudizará ser-lhe-ia imputável, porque o povo não sabe — nem tem que saber — que os efeitos da política económica se projectam no tempo.

Agora, para governar, são necessárias medidas impopulares que o povo não entenderá. No entanto, se essas medidas não forem tomadas, o Governo desacredita-se.

Imputar tudo ao PS, torná-lo charneira da vida política portuguesa é um risco que tem de se evitar. Se o PS se desacredita, acabou a democracia em Portugal. Pessoalmente, sou favorável a uma ampla coligação, mas essa é apenas a minha opinião.

P.— Quais os resultados que essa decisão — a de o PS governar sozinho — pode acarretar para o futuro da democracia em Portugal? Julga que tal decisão pode, de alguma maneira, interferir na situação político-militar das F. A., como por exemplo, perturbar a actual estabilização?

R.— O futuro da democracia em Portugal dependerá do tipo de governo PS que for feito e da sua futura actuação. E cedo para alguém se pronunciar.

Um governo completamente PS, sem elementos que façam ponte com outras forças políticas, poderá partir as Forças Armadas ao meio. Desse facto poderá renascer, naturalmente, o MFA em toda a sua pujança e força.

O MFA, em 25 de Abril de 1974, quis instaurar pura e simplesmente a democracia, não quis instaurar um regime, nem comunista, nem socialista, nem social-democrata, apenas um regime democrático.

Todas as tentativas de levar o Povo para caminhos monolíticos de qualquer cor ofendem profundamente o espírito do MFA.



“A Intersindical pode perfeitamente subsistir mas não como existe actualmente. Não pode ser imposta de cima para baixo, mas sim ser aceite pelos trabalhadores em termos democráticos”

Infelizmente, os usurpadores do MFA — no malogrado período «gonçalvista» — desvirtuaram a imagem do MFA junto do povo português, que, a pouco e pouco, vai esquecendo que foi o MFA que derrubou o fascismo, que trouxe a liberdade e a esperança a Portugal.

Lembro, no entanto, que o MFA não morreu nem morrerá e não deixará, jamais, que em Portugal se faça o enterro da democracia nascida em 25 de Abril.

P.— Numa entrevista recentemente publicada no «Expresso», o sr. ministro situa-se politicamente en-

“Considero inevitável a conexão PS/PPD, o que passará pela definição exacta de ambos”

tre o PS e o PPD. Gostaríamos de saber o que mais lhe agrada e com o que não está de acordo em cada um deles.

R.— Um ministro, particularmente um ministro do Trabalho, e, muito especialmente, um ministro militar do MFA, não pode estar inteiramente com um partido e contra outro. Tirando quem nada faz e quem vive da exploração ou de rendimentos, todos são trabalhadores, preparam-se para sê-lo ou já o

foram durante uma vida.

Cada trabalhador adere a um certo partido, em geral. Não pode é ter um ministro do Trabalho do partido «X» ou «Y». Este não pode definir-se em termos de partido, tem de ser independente ou, pelo menos, proceder como tal.

Na minha entrevista ao «Expresso» eu disse que, se fosse civil, talvez fosse do PS. Do PS como eu o entendo, amante da liberdade e da democracia.

Não me agrada a actuação de alguns sectores do PS, com síndrome de esquerda, complexos em relação ao PCP, indefinidos, que não dizem claramente que este PCP, em essência, não é nem pode ser democrático.

Não me agrada a actuação de alguns sectores do PPD, que não pretendem, de facto, caminhar para o socialismo, que obstruem a ponte que os pode ligar ao PS.

P.— Considera que o entendimento entre esses dois partidos seria desejável?

R.— Considero que é inevitável, num futuro a médio prazo, a conexão PS/PPD, o que passará pela clarificação e definição exacta de ambos.

A curto prazo, é desejável um entendimento PS/PPD, um pacto de não agressão. Há pessoas num partido e no outro que se respeitam e poderão entender-se.

Não seria difícil uma plataforma comum PS/PPD, porque não considero distantes os respectivos espaços políticos, antes os considero complementares.

Entendo que ambos os partidos visam atingir o socialismo, somente o ritmo da marcha é distinto. Mas uma coisa são os programas, outra coisa são as práticas políticas. A clarificação de cada um destes partidos só poderá atingir-se com a saída do PS para o PCP dos elementos que pretendem uma sociedade socialista do tipo leste europeu, bem como com a saída do PPD para o PS dos indivíduos que pretendem uma sociedade socialista livre e democrática, a curto prazo e a um ritmo mais célere do que ao ritmo lento da social-democracia, que corre sempre o perigo de ser um fim e não uma via de atingir o socialismo.

P.— Manter-se-ia no Governo, mesmo que o PPD o tivesse abandonado, como pareceu possível?

R.— A minha manutenção no Governo nada tem que ver com as posições do PPD. Nem percebo a pergunta.

O facto de um órgão de informação lisboeta se associar ao PPD é uma manobra baixa.





"É indispensável que o PCP não atraia os trabalhadores à base de notas de contos de réis, porque isso é abusar da boa fé e da miséria e ignorância de largas camadas da população"

*Eu procuro como militar do MFA, ser isento e suprapartidário na prática política. Falo com pessoas do MRPP, do PCP (ML), da AOC, do PS, do PPD, do CDS e até do PC. Que se conclui? Que sou de todos?*

*Quando o «gonçalvismo louco» imperava, eu era acusado de ser PS.*

*Antes, no período «spínolista», era carimbado de PC.*

*Quando ocupei a pasta do Trabalho, fui atacado por ser PS, novamente. Agora sou associado ao PPD, por alguns elementos esquerdistas carregados de complexos, dos mesmos complexos que os «gonçalvistas» tinham quando viam alguém falar com um elemento do PS.*

*Os partidos políticos não são, nem podem ser, seitas ou religiões.*

*Em Portugal não há párias nem brâmanes, há portugueses.*

*Salvo entendimento PS/MFA, os militares, na sua qualidade de elementos do MFA, não continuarão, no Governo.*

*Como cidadão que sou, só pertencerei ao Governo se o PS quiser. Mas porque haveria o PS de querer-me, a mim, num governo definitivo, se eu sou apenas um modesto militar que as circunstâncias especiais da Revolução do 25 de Abril atiraram para a ribalta?*

*O meu desejo não é ser ministro, é, sim, tê-lo sido com a cabeça erguida, ter feito o melhor que me foi possível para bem dos trabalhadores, sem esquecer as precárias condições económico-financeiras do*



"O PS tem todo o direito de governar sozinho. Mas é preciso traduzir o termo "sozinho". Estará correcto, se incluir independentes e militares que possam ser interlocutores válidos junto de outras forças políticas e das FA"

*País e a permanente desestabilização política em que se tem vivido.*

*A minha mágoa é não ter podido fazer tudo quanto queria, mas saírei com a consciência tranquila. O tempo dirá se procedi bem ou mal. Os portugueses julgarão.*

*P. — Considera possível que a instabilidade social se agrave neste período que medeia até às eleições do Presidente da República? Neste caso, acha possível ou desejável uma intervenção política dos militares?*

**"É difícil afirmar que o CR reproduz o sentimento político das Forças Armadas"**

*R. — É possível que, no período intereleições, haja desestabilização social, ao nível laboral, para provocar soluções «sacrossantas» em troca de pseudopaz social. O processo pseudo-revolucionário poderá voltar a estar em curso, anulando toda a acção política e económica do futuro Governo. Se tal acontecer, terá de haver uma intervenção política dos militares.*

*P. — Entende que o Conselho da Revolução reproduz o sentimento político actual das FA ou, pelo contrário, deveria o CR proceder a novas eleições para os seus membros?*

*R. — É difícil afirmar categoricamente que o CR reproduz o sentimento político das Forças Armadas.*

*Julgo conveniente a realização de novas eleições para o CR após a eleição do Presidente da República, nunca antes.*

*Na constituição do CR deverá, quanto a mim, ter-se em atenção, que não pode haver acumulação das funções de conselheiro e de membro do Governo. São órgãos políticos distintos.*

*As eleições para o CR, quanto a mim, devem ser regulamentadas de forma a que não possa haver, no seu seio, elementos que não tenham a ver com o 25 de Abril nem com o MFA, em geral. Se isso acontecesse, estariam criadas condições para grave crise político-militar.*

*Uma revolução tem sempre um núcleo motor. Marginalizar o núcleo motor é parar a revolução ou desviada para outros rumos.*

*O núcleo motor tende a reagir fazendo ressurgir a Revolução que gerou. Portanto, deixo aqui esta «máxima», com toda a sinceridade:*

*«Que não se marginalizem os homens do 25 de Abril, que abriram para Portugal a porta da democracia.»*

*P. — Tem ambições políticas?*

*R. — Tenho. ●*



# GRANDE PLANO



## ELEIÇÕES

# Quem ganhou e quem perdeu?

Com mais eleitores e muito menos votos (os abstencionistas constituem o “terceiro maior partido”, logo atrás do PS e do PPD), as eleições do dia 25 de Abril confirmaram, nas suas linhas gerais, os resultados do ano passado. Mas se é verdade que a “direita”, embora ganhando votos, não conseguiu vencer as eleições, também não é menos certo que os resultados não confirmaram a propalada “maioria de esquerda”.

As eleições, no que as envolve de conjectura, avaliação, análise, são, para os portugueses, uma coisa nova. E uma coisa nova, em relação à qual não possuem tradição e de que, portanto, não guardam experiência.

Direito outorgado, mais do que restituído, pelo 25 de Abril, usamo-lo ou praticamo-lo, agora, em jeito de novidade que a um tempo ainda nos alicia e deslumbra, como uma conquista de que nos envaidecemos — porque vem situar-nos ao nível de países havidos como evoluídos, de civilizada convivência, com largo e natural traquejo do jogo democrático. E neste nosso pendor de embasbacada admiração pelo que se faz “lá fora”, de apreço quase invejoso pelo tipo de vida, pela possibilidade de intervenção, pela

segurança e maturidade demonstrados pelos povos de outros países, o sentimo-nos na posição de podermos contribuir para a edificação de uma sociedade que nos consente a passagem da condição de agentes passivos para a de activos intervenientes no processo político condicionante da qualidade da existência — estimula-nos, conferindo-nos uma sensação de suficiência que quase oça-pelo orgulho...

Decorre, daqui o sentimento de alegria, de expectante ansiedade que, de lés a lés, experimentámos, todos, nos dois 25 de Abril subsequentes ao da libertação. A despeito do clima de forte emotividade que rodeou as duas consultas eleitorais a que os portugueses foram chamados, do ambiente

carregado de incertezas, de dúvidas, quando não de desalentos e de angústias, a verdade é que o País celebrou as eleições, em 1975 e agora, como se fossem dias de festa. E foram-no, de certa maneira, pela esperança arreigada (e ingénua?) de que, votando, intervindo, assumindo uma atitude, comunicando a sua decisão, o Povo Português — fazendo-se legítimo intérprete dos interesses e aspirações colectivos — contribuiu para a moldagem do presente que deseja e do futuro que pretende legar aos que hão-de continuá-lo...

### FALSA PEDAGOGIA

Sem atavios de linguagem, e sem complicadas especulações de cariz sociológico, esta é, supomos, uma verificação que não perde pelo ar simplista com que é observada e exposta. Como não perde, em verdade, a constatação de que a “pedagogia democrática”, para que tão poderosamente contribui o efectivo exercício popular do voto, não terá sido ajudada ou apoiada, como devia, por muitos dos responsáveis do processo político



co que vem a ser ensaiado desde há dois anos em Portugal. Líderes políticos, altas figuras militares, intelectuais com ou sem compromisso conhecido, comentadores em geral — mais inspirados pelo oportunismo das interpretações subjectivas do que pelo sincero respeito ou desejo de acatamento da decisão popular —, dão preferência ao puxar da brasa à própria sardinha, decepcionando o eleitor, comunicando-lhe a frustrante sensação de não ter valido a pena, já que parece não deverem ser os votos, em si, na sua objectiva realidade, a significar “o que” e “como” deverá ser, mas as manobras de bastidor, o baralhar das cartas na meia-luz dos gabinetes, a decidir “o que é”.

Há um ano, chamado a sufragar a Assembleia Constituinte, a participar nas primeiras eleições livres realizadas neste país, os portugueses acorreram em massa, convictos, revelando um civismo exemplar e um mais que apreciável discernimento. As abstenções situaram-se nos 8 por cento, e os votos nulos ou em branco, apesar de insistentemente solicitados, não atingiram 7 por cento.

Mas aconteceu que, logo que começaram a configurar-se as opções afirmadas, assistiram a um confrangedor e por certo inesperado esforço de subestimação do próprio acto em que tão entusiástica e confiadamente haviam intervido.

Agora, e registando-se, embora, muito mais numerosas deserções (cerca de 1 350 000 eleitores abstiveram-se ou inutilizaram o seu voto!), os portugueses voltaram às urnas, para eleger a primeira Assembleia Legislativa da República e, desse modo, interferir na escolha do tipo de governo a que entendem dever confiar-se. Determinaram-se, sem dúvida, por sentimentos e propósitos em tudo semelhantes aos de há um ano; e a expressão da vontade colectiva ficou definida em números que por certo traduzem o conspecto político real do País.

E ao que assistem? Contrariamente ao que aconteceu em 1975, as mesmas forças — que então haviam denegrido o acto eleitoral e as conclusões que por ele se patentearam — aparecem agora a sobrestimar, primeiro, as eleições; e a pretenderem extrair delas, depois, uma leitura que, aos olhos do eleitor comum e que recusa a cegueira do sectarismo, se afigura desfeiteadora da democracia, ou dos espírito democrático que está na génese da própria consulta popular!

De surpresa em surpresa, de contradição em contradição, não admira que o eleitor se decepcione — e que o seu ímpeto de participação, o seu entusiasmo em intervir, se vão diluindo, gradualmente, fazendo crescer, em eleições futuras, a falange dos abstencionistas.

## FALSA MAIORIA

A primeira e cremos que significativa observação a fazer, em relação aos números apurados na eleição para a Assembleia da República, é a de que, tendo aumentado o

total dos eleitores recenseados, diminuiu (comparativamente ao acto eleitoral de há um ano) a quantidade dos votantes. Resulta, deste facto, que as percentagens alcançadas por cada partido passaram a fazer-se com base num menor número global de votos. Vale a pena, por isso, e para ilustrar todas as demais considerações que se pretenda estabelecer acerca dos resultados da eleição do último 25 de Abril, enunciar os apuramentos feitos, em 1975 e em 1976, por partidos:

1975 — % — votos		Votos — % — 1976	
37,87 .....	2 145 392	<b>PS</b> 1 887 180 .....	34,97
26,38 .....	1 474 575	<b>PPD</b> 1 296 432 .....	24,03
7,65 .....	433 153	<b>CDS</b> 858 783 .....	15,91
12,53 .....	709 636	<b>PCP</b> 785 620 .....	14,56
4,12 .....	233 362	<b>MDP</b> — .....	—
0,79 .....	44 546	<b>UDP</b> 91 383 .....	1,69
0,57 .....	32 508	<b>FEC</b> — .....	—
1,17 .....	66 161	<b>FSP</b> 41 954 .....	0,78
1,02 .....	57 682	<b>MES</b> 31 065 .....	0,58

Parece dispensável acrescentar a lista, bastando evidenciar, ainda, que no ano passado, a PUP (absorvida, este ano, pela UDP, fachada eleitoral do PCP-R.) recolheu, também, 12 934 sufrágios; que os grupos maoístas PCP(ml)-AOC e MRPP obtiveram, respectivamente, este ano, 31 472 e 36 237 — tendo dado às suas campanhas uma tónica acentuadamente “anticunhalista”; que a organiza-

ção trotskista, LCI, passou dos 10 732 votos, em 1975, para os 16 235; que os partidos não marxistas de centro-direita, PPM e PDC, totalizaram, entre si, 56 389 sufrágios (1,04 por cento); e que o PRT, concorrendo apenas em quatro círculos, registou 5182 votos...

Cotejando os resultados das duas consultas, realizadas somente a um ano de distância, que interpretação é lícito extrair deles, em termos absolutos? Quem pode arrogar-

-se ter vencido as eleições de 1976? O que é que os eleitores, entendidos como traduzindo a opinião do “País real”, significaram como opção — desejo ou aspiração?

Em 1975, o PCP e o MDP atingiram, no conjunto, 942 998 votos; os outros grupos que com eles vieram a constituir a FUR (a célebre frente de esquerda que se constituiu como força de apoio do “gonçalvismo” e de



Mário Soares vota, ao lado de Maria Barroso. Os fotógrafos da Europa estavam com ele



Sá Carneiro votou de manhã, no Porto, mas não deixou de aparecer à noite na Gulbenkian, em Lisboa

dinamização da tentativa de assalto ao Poder fracassada no 25 de Novembro), 134 575, enquanto a UDP — que “colaborava sem entrar” — aglutinava, na prática, 89 988. Isto é, a “esquerda” da chamada “vanguarda revolucionária”, reuniu 1 167 561 votos ou seja, em percentagem, qualquer coisa como 20,38.

Em confronto, tínhamos os 2 145 392 sufrágios do PS (37,87 por cento), os 1 939 537 votos PPD-CDS-PPM (34,59 por cento).



Este ano, o PCP e os demais grupos que constituíram a FUR, alcançaram 874 872 votos (16,22 por cento) e a UDP 91,383 (1,69 por cento), o que dá os números globais de 966 255 e 17,91 por cento — ou seja, menos 201 306 sufrágios, e menos 2,47 por cento!

Por seu turno, o PS desceu, também, 258 212 (2,90 por cento), tal como veio a acontecer ao PPD (menos 178 143 — 2,35 por cento, atribuíveis, em certa medida, à recente dissidência da sua ala esquerdista), e o CDS-PPM-PDC, restantes formações do centro-direita, averbaram, em conjunto, 915 172 votos (16,95 por cento).

Atribuindo-se ao Partido Socialista, o de mais vincada expressão nacional pela representatividade demonstrada nas mais variadas regiões do País (continental e insular), uma feição de tendências muito alargada — que vai de uma ala de centro-esquerda, social-democrática, a outra de mais acentuado cunho marxista — que o legitima como autêntico “pivot” do cenário político português, teremos de entender como ilusória (ou destinada a iludir ou a falsear os resultados apura-

do eleitorado a reconstituição dessa ou de outra qualquer “frente de esquerda”, o que, por si só, esvazia de sentido a estratégia adoptada e reclamada pelo Partido de Álvaro Cunhal — a querer, agora, atrelar-se ao carro do vencedor (embora relativo) de mais esta pugna eleitoral. Há um ano, muito maior e mais significativo foi o êxito do partido de Mário Soares, e, no entanto, fiado em outros apoios e noutras ajudas, o PCP (e os seus aderentes próximos, com evidência para a Intersindical, que logo nno Primeiro de Maio desencadearia a luta aberta ao PS!) não se mostrou minimamente interessado na elaboração de alianças ou maiorias, hostilizando, até, o agora pretendido “compagnos de route”, quer na Constituinte quer fora dela, procurando estigmatizá-lo com a posição de “rótulo de direita”.

O que em verdade resulta do acto eleitoral, em si, como das declarações que o antecederam ou se lhe seguiram, é a evidência de que Álvaro Cunhal e o seu disciplinado partido, pesem, embora, certas aparências de rua decorrentes da enorme militância dos seus adeptos e dos abundantes meios de mo-

Dizer que a “reação”, confundindo-a com a “direita”, foi a grande derrotada das eleições, é redundância sem sentido. A “reação” perdeu, definitivamente, o seu “comboio” em 25 de Abril de 1974; e todos os avanços que firmemente se façam no sentido da democracia em liberdade, servirão para confirmar essa derrota, para lhe retirar as derradeiras armas de que poderia pretender fazer uso para tentar o seu regresso. Nas eleições de 1975 e de 1976, a “reação” perdeu, sempre, e derrotá-la-emos, em termos definitivos, extinguindo-a como ameaça real ou “papão”, de cada vez que, sincera e claramente, pratiquemos o jogo democrático, conferindo ao Povo o exercício legítimo dos seus direitos — e respeitando, depois, escrupulosamente, o veredicto que ditar.

A admissão de uma direita democrática no jogo político esvaziará os perigos potenciais da existência de forças “putchistas” que por se sentirem excluídas, procurarão no golpismo a compensação para as suas frustrações; tanto quanto a incorporação da “esquerda irrealista e romântica”, a nível de organizações ou partidos, como inspiradora de sectores militares ou civis, na quotidiana prática da democracia contribuirá para despoletar paixões e desanimar conluios ou aproveitamentos que possam vir a pôr em risco (como já aconteceu) a institucionalização democrática.

## AS RESPONSABILIDADES DO PS

O Partido Socialista, por ser o mais votado (e em duas eleições consecutivas) e por ser a formação política mais equitativamente distribuída por todo o território nacional, do continente às ilhas, tem, sobre si, e consequentemente, as mais pesadas responsabilidades. Assumindo-se, ao longo da campanha, como o partido da “reconstrução e da reconciliação nacional”, o PS vai tentar, certamente, corresponder às obrigações desse enunciado — reforçando a unidade dos portugueses no sentido proposto.

E essa unidade pressupõe que os fossos artificialmente cavados entre o Sul e o Norte, entre os distritos continentais e os insulares, venham a ser cruzados por autênticas pontes de entendimento e cooperação; que a confiança restituída dinamize o trabalho e extermine a incerteza. A Nação, por seu turno, não se eximirá, no seu conjunto, ao esforço que possa vir a ser-lhe solicitado, se entender que o comando é firme, e é justo, e não cuida de manter ou guardar privilégios — colocando a autoridade e a força ao serviço de todos, para bem de todos, sem discriminações nem reservas.

Assim se “empurrará” Portugal para a frente. E o progresso do País passa, sem dúvida, pela democracia em liberdade e em paz.

■ A.C. MONTEIRO



Álvaro Cunhal no momento da votação. Apesar de não perder votos, não ganhou a maioria de esquerda

dos e a respectiva interpretação) a afirmação que tão rotundamente tem vindo a expressar-se de que “a maioria de esquerda” obtive “uma grande vitória”...

## A VERDADE DOS VOTOS

Uma “aliança” ou “maioria” de esquerda não pode, como é evidente, resultar de uma proclamação unilateral. E nem o PS e nem mesmo os partidos de esquerda que antes haviam estado aliados ao PCP na FUR propuseram alguma vez, na última campanha,



Freitas do Amaral entrega o boletim de voto. O CDS não triplicou, como previa, mas duplicou

bilização e de manobra de que dispõe, é, dos “quatro grandes” da cena política portuguesa, o mais isolado, o “companheiro indesejável” para gregos e troianos. Daí, sem dúvida, a pressão — dialéctica e factual — que se pretende exercer junto da opinião pública, dos órgãos de cúpula militares, dos dirigentes e das bases do PS, na tentativa desesperada mas compreensível de fazer valer como “maioritária” uma votação de 14,56 por cento, conferindo o privilégio de decisivos aos 785 620 votos comunistas recolhidos nas urnas.



# OS SENTIMENTOS DE UM OBSERVADOR

ANDRÉ PAUTARD

«Os homens felizes não têm história» — afirma o provérbio. Assim é, também, com os povos: se afortunados, interessam pouco aos jornalistas — esses historiadores rápidos dos relâmpagos do tempo presente. Pelo facto de ter vivido em Portugal o essencial dos últimos dois anos, sei exactamente sobre que trama se teceu a história contemporânea e imediata deste país. E a lembrança dos dois dias de incerteza vividos por este povo fazem-me desejar intensamente que amainem, por fim, as borrasças que tem suportado. Que cessem os sobressaltos apaixonados e febris, as escorregadelas tão perigosas que nos convocaram a todos, os profissionais do drama, para a beira de um país onde — porque não dizê-lo? — um pouco do nosso coração ficou preso, mais ainda do que a nossa atenção. Somos, na verdade, muito numerosos os observadores estrangeiros, desejando ardentemente não ter de voltar de repente a Lisboa, solicitados por crises que se repetem ou súbitos golpes de forças várias. E o voto amigo que fazemos a Portugal é, por muito paradoxal que pareça, que possamos observá-lo de longe, a viver, por fim, dias sem história. Feliz como o seu povo merece sê-lo ...

Talvez possa parecer afectado todo este estendal de bons sentimentos. Tanto pior. O que conta, afinal, é que não possa ser posta em causa a sua sinceridade e que os portugueses, que de há dois anos para cá têm tido o triste privilégio de viver no desconforto e no perigo de um laboratório político, depois de terem passado quase meio século nas masmorras do passado, os portugueses, dizíamos, tenham consciência, ao menos uma vez, dos sentimentos dos observadores que assistiram aos seus dias tumultuosos.

Era preciso contar bem o acontecimento que, dia a dia — e, algumas vezes, hora a hora — fazia e desfazia complexas situações. Tarefa ingrata, sem dúvida, talvez assumida diferentemente por uns e outros. Mas, para a maior parte, foi sem pensamentos premeditados, uma vez que, *antes de mais*, escrevíamos para informar a opinião pública dos leitores do nosso país e tentar ajudar a compreender as situações que examinávamos. Raramente, para não dizer nunca, especulávamos sobre as repercussões

que poderiam ter os nossos artigos nos países para onde tínhamos sido enviados como observadores. Há, evidentemente, excepções — e Portugal é uma delas. Alguns deixaram-se tentar e experimentaram levar a cabo aqui o que não poderiam realizar na sua terra ou que tinham falhado algures: uma revolução impossível de encontrar e sempre adiada. Outros puderam também querer utilizar o exemplo português para fins alheios ao destino deste país. Mas quantas toneladas de compreensão para estes gramas de má fé, de erros ou de calculismos!

Talvez um dia, ao abrir-se o enorme *dossier* de Imprensa de Portugal, se possa, enfim, apreender a imagem deste país como ele aparecia aos olhos dos outros — ou seja, aos nossos. Para além das inépcias e das ingenuidades, encontra-se sobretudo nele esta preocupação dominante: desejámos sempre e desejamos ainda que Portugal e os portugueses ultrapassem, enfim, os seus problemas. Pelos meios, no estilo e com os fins que tiverem escolhido livremente. Se é verdade que desejámos alguma coisa a este país é, antes de mais e simplesmente, que volte a sentar-se, enfim, à mesa das nações. E que ele próprio domine o seu destino, qualquer que este seja.

Pareceu-me necessário que estas coisas fossem ditas. Dizendo-as, sinto que se esperava, que se espera ainda, mais alguma coisa de nós: julgamentos, talvez. Ou conselhos. O todo sob forma de análises. Depois de ter explicado que não deveria jogar-se no tabuleiro de xadrez português, não caírei eu próprio nesse erro que critico nos outros (raros) observadores, mais apaixonados que imparciais. Seria, de resto, inútil: nascida do nada, do constrangimento, a Imprensa portuguesa demonstra uma riqueza e uma vivacidade que todos admiramos. E onde damos largas, todos os dias, à nossa curiosidade. Não há nada que possa pensar-se sobre Portugal, que os seus jornais, dia após dia, não no-lo digam. Tudo lá está e, curiosamente, de há cinco meses para cá, o público português, ao abrir os jornais seus preferidos — o maior leque jornalístico da Europa — pode encontrar o que lhe interessa. Seria capaz de apostar: a palavra que aqui foi libertada



não está em vias de ser obrigada a calar-se de novo ...

Vem-me à memória uma cena presenciada por acaso, numa rua de Lisboa no Verão passado, quando decorria um dos piores momentos do «processo» e a violência começava a explodir, sucedendo a uma intransigência cada vez mais tensa e quando, com toda a legitimidade, numerosos portugueses de todos os quadrantes se interrogavam, angustiados, sobre os riscos de uma guerra civil. Esta cena é ainda para mim motivo de reflexão. Passou-se, portanto, durante este verão tão quente, em que ardiam paixões ... e não só paixões. Uma manifestação, das muitas que houve. Numa zona alta da cidade, perto de São Bento onde a Constituinte tem assento, acabavam de passar, no meio de um barulho enorme e inquietante, os blindados dos Ralis. A multidão viu-os passar, dividida entre sentimentos de excitação e de temor. E dois espectadores discutindo acaloradamente política, perguntavam se afinal este 25 de Abril (o primeiro) teria sido realmente útil para o País uma vez que apenas desencadeara lutas intestinas, desordens, incertezas. Foi nessa altura que outro espectador, nem novo nem velho, nem rico certamente, mas calmo e reflectido, se aproximou do grupo no momento em que alguns perguntavam com raiva: «Mas afinal que nos trouxe este processo?» e o homem respondeu:

«A liberdade, e já é muito».

Extraordinário bom senso popular, que permite uma melhor compreensão de tudo o que se passou depois. Profunda sabedoria portuguesa, que permitiu evitar o pior. Feitas as contas, em cada momento o povo escolheu a razão. As eleições que acabaram de se realizar confirmam-no ainda, dão à carta política deste país esta fisionomia reflectida

(Continua na pág. 64)



## ALTERNATIVAS POSSÍVEIS PARA UMA COLIGAÇÃO DESEJÁVEL

A vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas demonstrou a sua fraqueza: os seus 35 por cento são insuficientes para governar o País, só o podendo fazer na medida em que outras forças políticas o consintam. Esta a vontade do eleitorado expressa em 25 de Abril de 1976.

O dr. Sá Carneiro, líder "popular democrático", declarou, na mesa-redonda realizada na TV, no dia 26, (que teve a presença dos dirigentes de todos os partidos eleitos para a Legislativa, com a única excepção do dr. Álvaro Cunhal). Esta realidade conduz-nos a outra: a importância dos segundos planos, cujo comportamento é determinante no curso político do País nos tempos próximos. Do comportamento do PPD e do PC, mesmo do CDS, depende, em parte não pequena, o futuro do jogo democrático.

A apregoada vocação dos socialistas "para governar sozinhos" foi reduzida a pó pelos cidadãos eleitores. Aí estão os resultados eleitorais a mostrá-lo. E, a menos que Mário Soares seja um suicida ou um liquidador de uma democracia difícil mas necessária, diversas alternativas de coligações, com formas e conteúdo diferentes, terão de ser postas para a obtenção de uma maioria estável, com força para assumir o mando da nau governamental.

eventualidade a Mário Soares o papel de o coroar com os louros da vitória.

Mas esta é uma alternativa recheada de perigos, para o País e para o próprio PS. Porque, se a insuficiente força dos socialistas os deixa como presa nas malhas de cada coligação possível, no caso concreto teríamos o despoletar de resistências, a diversos níveis, desembocando na destruição de uma jovem democracia que mal começa a dar os primeiros passos. Difícilmente se vê que forças, civis e militares, que se opuseram firmemente à subida ao PC e parentes próximos, por métodos não democráticos, até ao 25 de Novembro, o aceitem agora de boa mente pela sua promoção através dos canais de uma coligação governamental ou parlamentar.

Por outro lado, sendo o PS um conglomerado de tendências unidas em torno de figuras, uma coligação — qualquer que ela seja — tenderá a fazer reflectir no seu seio, de maneira incontrolável e até à desagregação, as tensões sociais e políticas desencadeadas em redor. Mas isto, é certo, tem mais que ver com outra questão, aliás decisiva, no curso democrático que se pretende: o papel do PS e o seu futuro.

Claro que uma coligação PS-PC poderá existir *de facto* sem expressão efectiva no Governo, isto é, com um governo onde os socialistas se encontrem sozinhos ou acompanhados de um ou outro "independente", de um ou outro militar mais ou menos contestado. Todavia, para que esse governo se mantenha, respeitando as regras da democracia, terá de contar com o apoio da maioria do Parlamento. Aí, por via de acordos firmados ou acordos tácitos, a coligação ou a aliança será inevitavelmente estabelecida. Teremos então um governo PS sujeito à pressão, e mesmo à chantagem, de uma minoria parlamentar.

Alternativa B — Hipótese não desprezível, na perspectiva de um partido (o PS) que vê a necessidade de se afirmar cada vez mais como social-democrata. Para isso, terá de ocupar o espaço que outro partido reivindicante da social-democracia (o PPD) vem ocupando. E há indícios que apontam nesse sentido: foram os próprios dirigentes socialistas que afirmaram não ter o PPD um espa-

ço disponível em Portugal. E num processo de gradual transição, o dr. Mário Soares afirmou aos órgãos de Informação, na madrugada de 26 de Abril: o PS não é um partido marxista, mas um partido de inspiração marxista onde os não marxistas têm cabimento (a nível de direcção, subentenda-se). Curiosa subtilidade de um partido que ainda há pouco gritava nas ruas "partido socialista, partido marxista".

Por seu turno, a subida eleitoral do CDS, traduzindo uma real viragem à direita por parte do eleitorado, aponta para os perigos de conservar como oposição um partido que mostrou só ter a ganhar com isso. O trunfo do CDS foi posto há muito na mesa: "Ser governo é ser impopular" — e a impopularidade de quem manda é a popularidade de quem a ele se opõe.

Mas se esta coligação — governamental ou parlamentar, formal ou tácita — se concretizasse, o PPD ficaria com uma margem de manobra reduzida e difícil. Ou enveredaria por uma direita incómoda (já que declarou não o ser) ou cairia nos terrenos de uma aliança tácita com o PC na arena parlamentar, quando já afirmou que a ela se opõe.

O PCP dificilmente aceitará esta alternativa. Poderá jogar na onda de agitação social que se anuncia já, levando à desestabilização de uma sociedade que, política e economicamente, não a pode suportar. E as consequências dessa desestabilização são facilmente previsíveis.

Alternativa C — É esta, sem dúvida, a alternativa democrática mais desejável, na medida em que é a mais favorável à estabilização política e ao assegurar do curso da democracia, sem a sedução de propostas autoritárias. Reunindo os dois maiores partidos, dispondo de maioria absoluta, enfrentaria, no entanto, dificuldades diversas. Por um lado, porque mantinha de fora, como oposição, um CDS, canalizando em seu favor o descontentamento natural que qualquer governo suscita na opinião pública. Por outro lado, porque sendo semelhante a situação do PCP, o descontentamento tenderia a ser polarizado em dois extremos, com acentuada perda de força, a médio prazo, do que poderemos chamar de "centro". Porque, finalmente, mantendo-se os motivos pa-

### AS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS: (em percentagens)

A) — PS (34,97)	PC (14,56)	— 49,53
B) — PS	CDS (15,91)	— 50,88
C) — PS	PPD (24,03)	— 59,00
D) — PS PPD CDS		— 74,91

Vejamos o significado de cada uma.

Alternativa A) — Seria a realização da proposta do PC no curso da campanha eleitoral — a chamada "maioria de esquerda". Teríamos assim que Cunhal seria o grande vencedor das eleições. Se o seu partido saiu indubitavelmente reforçado, caberia na





Foi assim, durante a noite das eleições, na Fundação Gulbenkian: de meia em meia hora, milhares de pessoas aglomeravam-se para arrebatar os mais recentes resultados da contagem dos votos

ra o PC desencadear a sua ofensiva de rua, subsistiria o perigo de reforço da direita clássica.

Alternativa D — A única alternativa que retiraria ao CDS a carta da oposição, amarrando-o às responsabilidades governamentais, alargando a margem de apoio ao Governo para enfrentar o previsível incremento da agitação social. Teria, em contrapartida, os inconvenientes de trazer ao Governo determinadas propostas mais conservadoras e de certo cunho autoritário.

Das quatro alternativas que apontamos, na eventualidade do PS recusar da intenção de governar sozinho, teremos a opção dentro de dois meses quando, com as eleições

presidenciais, houver a liquidação dos governos provisórios e o primeiro governo aprovado por um parlamento que entrará então em funções. Revelar-se-á em toda a sua dimensão um aspecto que, relegado aqui para segundo plano, leva a que classifiquemos de "imperfeitas" as eleições legislativas.

### A IMPORTÂNCIA DO PRESIDENTE

Nas condições de uma economia difícil e a caminho do colapso, se não houver respostas eficazes imediatas, a manutenção de qualquer governo depende do apoio que um presidente da República, chefe supremo das

Forças Armadas, lhe vier a dar. Por outras palavras: a debilidade das estruturas democráticas exige, para que elas possam sobreviver, um forte apoio por parte do aparelho militar. Por isso, as eleições presidenciais serão, essas sim, decisivas para a evolução política do País. Acrescentemos que um governo não responde só perante o Parlamento, devendo fazê-lo igualmente perante o Presidente da República.

Não é difícil prever que nos dois meses que nos separam das próximas eleições, os partidos irão jogar tudo para que os candidatos presidenciais sirvam às suas intenções. Apontam-se já hoje sugestões de candidaturas à Presidência, referem-se nomes possíveis de militares e civis, de que o País discutirá nos próximos dias as vantagens e desvantagens, segundo a óptica da ideologia e dos interesses em causa.

Mas, sublinhemo-los, o papel decisivo que o próximo PR vai ter quanto ao conteúdo das coligações governamentais e parlamentares e ao rumo da governação, faz que a campanha que se avizinha se anuncie como altamente explosiva e perigosa. E por diversas razões.

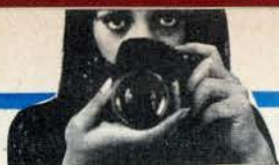
Ao nível dos partidos políticos e da posição relativa que terão, a médio prazo, a escolha dos candidatos é de importância decisiva, pelo que, cada um, demonstrando a sua indispensabilidade no xadrez político, forçará que os candidatos lhe não sejam adversos. Na perspectiva da chamada "maioria de esquerda", o PC terá de forçar o PS a aceitar a coligação e a procurar um candidato que, senão afecto ao PC, pelo menos o não contrarie frontalmente. Para isso utilizará o trunfo de que dispõe: o controlo sobre a maioria dos sindicatos. Sem a "paz social" não há, actualmente, governo democrático possível. E, inevitavelmente, o PC quererá demonstrar que é indispensável a essa "paz social", sem que até à data tenha demonstrado ser um partido democrático. Daí que as relações de trabalho tendam a ser fortemente perturbadas nos próximos tempos, agravando-se simultaneamente a luta pelo controlo dos sindicatos.

Ao nível das estruturas militares, e porque as Forças Armadas serão o suporte da democracia, assistir-se-á, por tudo quanto atrás foi dito, ao despoletar de fricções latentes, com a possibilidade de rupturas e confrontos de grandes repercussões.

As perspectivas criadas pelas eleições legislativas mostram que estas nada resolveram na conturbada situação política do nosso país. Apenas adiaram respostas e criaram condições para o agravamento das tensões contidas no regime pré-democrático que vivemos. Sejamos, no entanto, optimistas e desejemos: oxalá as presidenciais se realizem.



## "a lá minuta"



Ao longo da interminável noite de 25 para 26 de Abril, viveram-se na Gulbenkian dois períodos diferentes: o dos militares e o dos políticos. Até à mini conferência de Imprensa do presidente Costa Gomes (impropriamente chamada "conferência de imprensa"), as atenções dos jornalistas incidiram sobre todos os militares que punham os pés nas salas da Fundação Gulbenkian. Um a um, à medida que entravam, foram assaltados pelos profissionais da informação.

Depois, enquanto se iam conhecendo os resultados das eleições e os dirigentes dos partidos acorriam a Palhavã, os militares iam sendo relegados para segundo plano. Todas as honras passaram a ser concedidas aos homens da política. Foi a vez dos militares irem ao bar, conversando informalmente com os que deles se aproximavam, trocaram informações ou contaram pilhérias.

■ ■

De rosto fechado, o capitão Sousa e Castro entrou na Fundação Gulbenkian quando



Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo na Gulbenkian: sincronismo

tinha começado o afluxo de jornalistas ao edifício de Palhavã. Ainda não tinham encerrado as assembleias de voto. Logo rodeado pelos representantes dos órgãos de informação, teve então a oportunidade de ser o primeiro a dar uma "nega" aos jornalistas. Mais tarde, acederia em prestar declarações, responder a perguntas, conceder entrevistas. Sousa e Castro mereceu um duplo destaque: o primeiro a chegar à Gulbenkian, o primeiro a furtar-se a jornalistas.

■ ■

Os jornalistas, como as mulheres, são vingativos. O capitão Sousa e Castro, membro do Conselho da Revolução, não escapou à "vendetta". Os jornalistas não lhe perdoaram o facto de inicialmente se ter escusado a atendê-los. Logo, nos corredores da Gulbenkian, puseram a circular uma anedota a seu respeito: "Sousa e Castro — repararam? — nunca passa a mão pelos cabelos. Sabem porquê?". E à negativa dos interlocutores, respondiam: "Para não sujar os dedos com brilhantina".

■ ■

A crónica do boato à boa maneira portuguesa daria uma história interessante. Não só quanto aos fins que cada boato visa, mas sobretudo quanto aos meios do que ele se socorre. Bem se disse, depois do 25 de Abril de 1974, que "o boato é uma arma da reacção".

Pois, para além de alguns partidos que respeitavelmente apelaram em público à abstenção nas eleições, outros houve que, apelando embora ao cumprimento do dever cívico, nalgumas regiões procuraram convencer os eleitores a não colocarem os votos nas urnas. E houve, ainda, o "partido do boa-



to", a alarmar o cidadão, de modo a que este não acoresse às assembleias de voto.

Os boatos foram diversos, para todos os gostos e paladares, revelando uns mais fértil imaginação do que outros. Mas alguns houve, dignos de figurarem numa "Antologia do boato português". É o caso da história que circulou em Lisboa, na tarde de 25 de Abril de 1976. Tinham colocado "tinta simpática" nas canetas existentes nos gabinetes de voto! Assinalado o boletim, este tornar-se-ia, dentro em pouco, um voto em branco. Donde, concluía o boato, a inutilidade do voto nestas condições.

Enfim, um boato que merecia prémio, se o houvesse.

Decorria a contagem dos votos, e já cada partido se lançava à tarefa de pressionar o previsível vencedor, o PS, a uma coligação para governar. No anfiteatro da Fundação Gulbenkian, os secretários-gerais do PPD e do PCP, falando aos órgãos de informação, mostraram as razões que lhes assistiam para que os respectivos partidos fossem os eleitos por Mário Soares para um "casamento de conveniência" em São Bento. O namoro prosseguiu no dia seguinte. Declarações à imprensa, comunicados dos partidos, mesas redondas na TV. Eram as segundas eleições. Mas, como se costuma dizer, Mários Soares a todos "deu sopa".

O dirigente socialista, em declarações prestada ao vespertino "A Luta", haveria de dizer: "Tal como não fui Kerensky, não serei Allende". E, de facto, segundo consta na certidão de nascimento do líder do PS, o

seu nome é mesmo Mário Soares. — Na sua, o que aquele dirigente afirmava era a sua intenção de governar sozinho. A mesma intenção que manifestantes socialistas, na euforia da vitória, gritavam a 27 de Abril, no Porto: "Só PS, só só!"

Na sua recusa de alianças, o Partido Socialista encontrou, entretanto, inesperados aliados: dos trotskistas do PRT à UDP. Afonso Dias, deputado "udepista" na Constituinte, declarou a "a Luta" que Mário Soares deveria constituir governo sozinho.

Na madrugada de 26 de Abril, o dr. Sá Carneiro respondia na Gulbenkian às perguntas dos jornalistas. Perto de nós, alguns colegas de "o Diário" e do "Avante" não escondiam a sua incontida alegria quando alguém disse a meia-voz: "o PC tem neste momento perto de dezasseis por cento".

O momentâneo avanço do PCP foi sublinhado com corridas, comentários alegres, felicitações mútuas. O partidarismo e a informação de mãos dadas no anfiteatro da Gulbenkian. O jornalista também é um homem de partido.

Veiga de Oliveira, ministro do VI Governo Provisório, sentou-se à esquerda do dr. Álvaro Cunhal, quando este, no anfiteatro da Gulbenkian, deu a sua conferência de Imprensa. A cada pergunta de um jornalista, e antes que o secretário-geral do PCP avançasse a resposta, o eng. Veiga de Oliveira abria-se num sorriso à largura do rosto, tirava os óculos, limpava as lentes, voltava a sorrir na mesma largura, repunha os óculos no seu lugar devido. Método? Cansaço? Nervosismo?

"Ou vai para a direita, ou vai para a esquerda", declarou no dia 26 de Abril o doutor Luso Soares, escritor MUTI. Referia-se o autor da "Vontade de Ser Ministro", como se deprende, ao Partido Socialista. A declaração foi feita numa reunião do MUTI para discussão dos resultados eleitorais. De facto, os socialistas portugueses estão perante um dilema que Luso Soares, como La Palisse, muito bem definiu: ou para a direita, ou para a esquerda. Quanto ao MUTI, toda a gente sabe para onde é que vai...

Voto escrito é voto anulado. Manda a lei. E com a lei teriam, por certo, ficado aborrecidos alguns escrutinadores que viram os seus partidos defraudados com votos que lhes cabiam. Alguns exemplos foram contados por membros de mesas eleitorais que os testemunharam. É o caso de boletins que tiveram a inscrição: "Voto no PS". Ou o caso, verídico de outro que levou a seguinte inscrição: "Voto na ala moderada do PS".



O P.S. não fará...



... quaisquer coligações.



Nem com o P.C.P...



... nem com a direita.



Tenho dito!





# eleições

## De 1975 para 1976

# VITÓRIA OU IMPASSE DA DEMOCRACIA?

Para além da vitória numérica do Partido Socialista nestas eleições para a Assembleia Legislativa, há que verificar quem no fundo ganhou com o processo eleitoral em questão. Se, por um lado, PS e PPD continuam, à semelhança de 1975, à cabeça dos partidos políticos, por outro sofreram, no cômputo geral, perdas que não podem ser ignoradas. Deste modo, o PS baixou 37,87 por cento em 75 para 34,97 por cento em 76, perdendo nove lugares na Assembleia: quanto ao PPD, de 26,38 por cento passou para 24,03 por cento, perdendo, igualmente, 9 deputados no hemfício.

Aumento considerável obteve o CDS, guindado à terceira posição entre os quatro grandes, que, de 7,65 por cento em 75 subiu para 15,91 por cento em 76. A subida percentual de 108 por cento, a maior destas eleições, fez com que o partido de Freitas do Amaral passasse de 15 a 41 deputados, o que não deixa de alterar substancialmente a composição da Legislativa. Quanto ao PCP, a tática de reforço do MDP-CDE resultou plenamente, já que, de 12,53 por cento subiu para 14,56 por cento, o que significa, em termos de deputados, uma alteração de 30 em 75 para 40 este ano.

Outro partido a tirar proveitos da tática de reforço foi a UDP. Colhendo os votos da FEC(ML) e do PUP, conseguiu assegurar o seu único deputado, mantendo um percentual estável. Assim temos: em 75, somados os votos da FEC(ML) - 0,57 por cento - com os do PUP - 0,23 por cento - e da UDP - 0,79 por cento - obtemos o total de 1,59 por cento. Este ano, reforçada a frente, a UDP atinge 1,69 por cento.

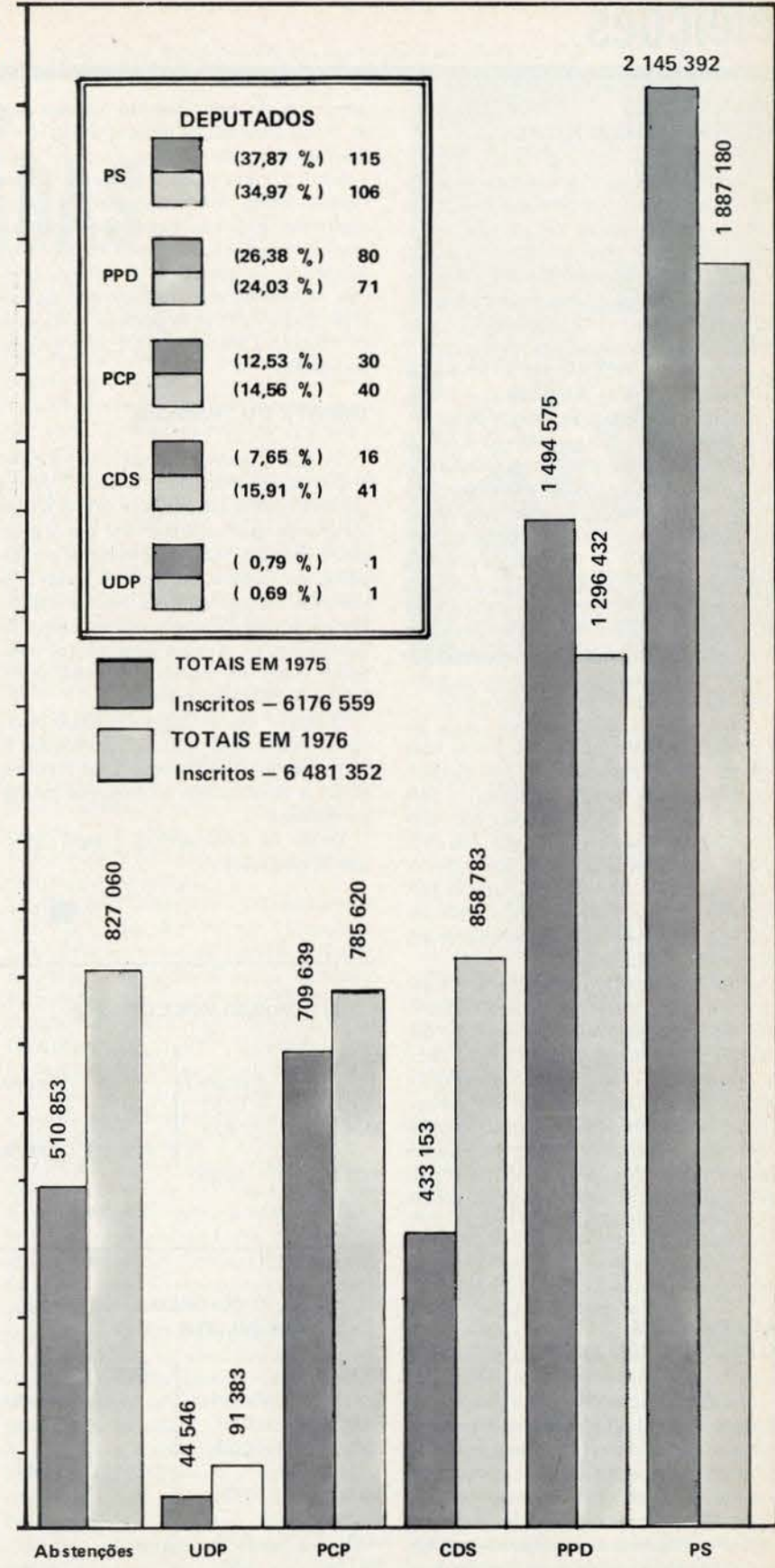
Os restantes partidos concorrentes, divididos entre os que já tinham ido às urnas na Constituinte e os que se estreiam nas andanças eleitorais, dão-nos o seguinte panorama:

FSP, sexto partido em 75 e em 76, desceu de 1,17 por cento para 0,78 por cento; o MES desceu igualmente, de 1,02 por cento para 0,58 por cento; o PPM mantém-se quase equilibrado com 0,56 por cento e 0,52 por cento e a LCI tem uma ligeira subida de 0,19 por cento para 0,30 por cento. Quanto aos outros, impedidos de concorrer em 75, à excepção do PRT que o faz voluntariamente só este ano, tem-se que o MRPP assegura o sétimo lugar com 0,67 por cento; o PDC fica-se com 0,52 por cento; o PCP-ml com 0,29 por cento; a AOC com 0,29 por cento e o PRT a fechar com 0,10 por cento.

DEPUTADOS		
PS	(37,87 %)	115
	(34,97 %)	106
PPD	(26,38 %)	80
	(24,03 %)	71
PCP	(12,53 %)	30
	(14,56 %)	40
CDS	( 7,65 %)	16
	(15,91 %)	41
UDP	( 0,79 %)	1
	( 0,69 %)	1

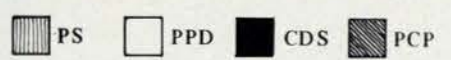
TOTAIS EM 1975  
Inscritos - 6 176 559

TOTAIS EM 1976  
Inscritos - 6 481 352



Resultados provisórios, não incluindo os deputados eleitos pelos círculos da Emigração

## percentagens distritais



VILA REAL		VISEU		LEIRIA		SETÚBAL	
1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)
PPD - 46,0	PPD - 33,16	PPD - 43,9	PPD - 32,25	PPD - 35,6	PPD - 31,14	PS - 38,1	PCP - 44,34
PS - 27,0	PS - 26,23	PS - 21,3	CDS - 31,17	PS - 33,1	PS - 31,08	PCP - 37,8	PS - 32,15
CDS - 7,1	CDS - 18,31	CDS - 17,3	PS - 23,00	CDS - 6,8	CDS - 19,40	MDP - 6,0	CDS - 4,39
PCP - 2,9	PCP - 3,15	MDP - 4,0	PCP - 2,28	PCP - 6,4	PCP - 7,29	PPD - 5,7	PPD - 0,27
MDP - 2,3		PCP - 2,3		MDP - 3,4		CDS - 1,6	

BRAGANÇA		GUARDA		SANTARÉM		ÉVORA	
1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)
PPD - 43,1	PPD - 33,16	PPD - 33,3	CDS - 32,09	PS - 42,9	PS - 38,28	PS - 37,8	PCP - 43,04
PS - 24,5	CDS - 28,26	PS - 28,2	PPD - 25,66	PPD - 18,8	PPD - 19,49	PCP - 37,1	PS - 30,30
CDS - 13,5	PS - 22,55	CDS - 19,5	PS - 23,13	PCP - 15,1	PCP - 16,07	MDP - 7,9	PPD - 9,17
MDP - 3,6	PCP - 2,68	MDP - 3,6	PCP - 2,91	CDS - 4,3	CDS - 13,81	PPD - 6,8	CDS - 7,98
PCP - 2,7		PCP - 2,9		MDP - 4,1		CDS - 2,8	

VIANA DO CASTELO		PORTO		COIMBRA		PORTALEGRE		BEJA	
1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)
PPD - 36,0	PPD - 32,73	PS - 42,5	PS - 40,73	PS - 43,3	PS - 40,89	PS - 52,4	PS - 41,96	PCP - 39,0	PCP - 43,99
PS - 24,4	PS - 25,62	PPD - 29,4	PPD - 26,97	PPD - 27,2	PPD - 26,69	PCP - 17,5	PCP - 22,01	PS - 35,5	PS - 31,78
CDS - 14,5	CDS - 23,46	CDS - 8,9	CDS - 15,70	PCP - 5,7	CDS - 12,49	PPD - 9,8	CDS - 13,93	MDP - 5,5	PPD - 8,24
MDP - 7,1	PCP - 6,63	PCP - 6,7	PCP - 8,37	CDS - 4,6	PCP - 7,25	MDP - 4,5	PPD - 10,08	PPD - 5,2	CDS - 4,16
PCP - 3,8		MDP - 2,6		MDP - 4,5		CDS - 4,0		CDS - 2,2	

BRAGA		AVEIRO		CASTELO BRANCO		LISBOA		FARO	
1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)	1975 (Percent.)	1976 (Percent.)
PPD - 37,7	PS - 32,10	PPD - 42,9	PPD - 35,04	PS - 41,2	PS - 36,45	PS - 46,1	PS - 38,27	PS - 45,4	PS - 44,71
PS - 27,4	PPD - 28,67	PS - 31,7	PS - 30,84	PPD - 24,4	PPD - 22,56	PCP - 19,0	PCP - 21,84	PPD - 13,9	PPD - 19,32
CDS - 18,1	CDS - 25,27	CDS - 11,1	CDS - 22,45	CDS - 6,4	CDS - 19,81	PPD - 14,9	PPD - 16,29	PCP - 12,3	PCP - 14,48
PCP - 3,7	PCP - 4,07	MDP - 3,9	PCP - 3,76	PCP - 5,6	PCP - 6,59	CDS - 4,8	CDS - 13,13	MDP - 9,5	CDS - 6,70
MDP - 2,9		PCP - 3,0		MDP - 2,9		MDP - 4,1		CDS - 3,4	



## ALTERAÇÕES NO XADREZ DISTRITAL

Foram poucas mas significativas as alterações relativas a 75 quanto aos vencedores distritais. O PS, que no ano passado assegurou o primeiro lugar no Porto, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Portalegre, Faro, Setúbal e Évora, perdeu os dois últimos distritos nestas eleições, a favor do PCP. Ganhou, porém, Braga — que, em 75, “pertenceu” ao PPD. Quanto ao partido de Sá Carneiro, além da significativa vitória nos círculos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal, mantém-se à cabeça nos mesmos distritos em que saiu vitorioso na Constituinte, perdendo apenas Braga, já referida, e a Guarda, liderada em 76 pelo CDS. A renhida disputa em 75 entre o PS e PCP, nos distritos de Évora e Setúbal, que nos dava para a Constituinte 37,1 por cento para o PCP e 37,8 por cento para o PS (Évora) e 37,8 para o PCP e 38,1 por cento para o PS (Setúbal) saldada-se com a vitória do partido de Cunhal nas Legislativas, traduzindo o seu predomínio na zona alentejana.

Com a mudança de algumas peças no tabuleiro distrital (e neste caso não se trata apenas dos primeiros lugares, mas também da alteração das posições seguintes), o País passa a ter dois campos cada vez mais delimitados. Não é por acaso que acima do Tejo o PCP está sempre em quarto lugar (nem os votos do MDP-CDE o fizeram subir de percentagem), e que a sul do rio indicador, ele consegue três posições cimeiras, além de um percentual mais elevado.

Curiosa disposição partidária teve lugar nos círculos dos Açores e Madeira. Tanto em Ponta Delgada, como em Angra do Heroísmo, na Horta e no Funchal, o PPD ficou à cabeça com larga margem de distância, seguido do PS, CDS e PCP, este com percentagens muito reduzidas, que pouco ultrapassaram 1 por cento. Os eleitores dos arquipélagos foram porta-vozes dos resultados finais das Legislativas. Isto no que toca à disposição partidária, repita-se.

## ABSTENÇÕES: O PESO DE NÃO VOTAR

De grande significado foi a margem de abstenções em 1976. Enquanto diminuiu o número de votantes — 91,73 por cento em 75 e 83,26 por cento em 76 — aumentaram as abstenções que, de 8,27 por cento, passaram para 11,96 por cento. A isto não é estranho toda uma campanha desenvolvida por certas forças políticas no sentido de as pessoas recusarem o voto. O que, aliado a

um grande descontentamento por dois anos de franca instabilidade político-social, veio a fazer da abstenção o quinto “partido” mais votado. A curto prazo, os reflexos podem fazer-se sentir. Ainda este ano mais duas maratonas eleitorais esperam os cidadãos portugueses: há que escolher o Presidente da República, há que eleger as autarquias locais. Nesta matéria, os 70 dias que se seguem serão decisivos. O povo português está atento e espera. Como reagirá? É uma questão em aberto.

## EMPATE OU “IMPASSE”

Do que se acabou de expor, é nítido que o País se encontra num “impasse”. Numa primeira análise estatística (e com o tempo poderemos aprofundá-la), vê-se que a apregoada vitória da *maioria de esquerda* contrapõe-se um crescimento nítido de forças consideradas tradicionalmente mais à direita. Por outro lado, quando se fala no reforço da democracia, os números mostram que onde houve avanço foi naquelas forças que representam os chamados extremos.

O facto é que nenhuma das forças emergentes detém uma maioria significativa. O País continua num “impasse” que deixa em aberto a possibilidade de golpes de palácio quotidianos.

Quem vai desempenhar o jogo? guardam-se coligações.

● F. F.

### O REFORÇO MDP/CDE — PCP

1975	(Percent.)	1976	(Percent.)
PCP	— 12,53		
MDP/CDE	— 4,12		
TOTAL:	16,65	PCP	— 14,56

### O REFORÇO FEC (ML)/PUP — UDP

1975	(Percent.)	1976	(Percent.)
FEC (ML)	— 0,57		
PUP	— 0,23		
TOTAL:	0,80	UDP	— 1,69
UDP	— 0,79		
TOTAL:	1,59		

# Os resultados na Imprensa TENDÊNCIAS DENUNCIADAS

O gozo do direito e o cumprimento do dever, o voto, foram amplamente ressaltados nos jornais da capital, nos dois dias seguintes às eleições. Da mancha da primeira página, tanto pode destacar-se o título a toda a largura e a foto anónima, como a inclusão dos retratos dos políticos mais das simpatias populares. Sobretudo, podem ter-se, nítidas, as várias tendências dos jornais.

Assim, o “Diário Popular” dizia “PS: o mais votado. Maioria de esquerda na Assembleia”, tónica esta que abrangiu o “Diário de Lisboa”, no antetítulo: “O povo não quer voltar a trás. Confirmada a maioria de esquerda”. Essa *maioria de esquerda*, no caso do “DL”, era reforçada pela publicação de fotos de Mário Soares e mulher e, ao lado, de Cunhal no momento da colocação do voto na urna.

O “DP”, antecedendo uma reportagem sobre o acto eleitoral com recolha dos acontecimentos por todo o País, abria com a constatação de que “apesar de ter aumentado o número de eleitores inscritos, a afluência às urnas foi menor que em 1975”, e acabaria notando que “ainda assim, os 17 por cento (de abstenções) ficam aquém da prática normal em países com tradições neste exercício eleitoral, o que continua a revelar forte interesse dos portugueses pela vida democrática”.

Na última página, e “Quando o computador prevê maioria de esquerda para a assembleia”, o “Popular” não pôde deixar de acentuar que “se os resultados confirmarem efectivamente a previsão, poderemos reconhecer na fisionomia da futura Assembleia uma clara maioria de esquerda, considerando que o PS, PCP e a UDP totalizarão 144 lugares, contra 115 do PPD e CDS.” E explica: “Este facto permitirá ao PS persistir na estratégia que caracterizou a sua campanha eleitoral, ou seja, *governar sozinho*, contando na Assembleia com a votação táctica do PCP, que só estará em condições de apoiar ou de se abster, mas nunca de hostilizar o PS”.

O “DL”, depois de registar aumentos de votos do PC em todos os distritos do país, com as únicas excepções de Açores e Madeira, focaria que “a esta vitória do PC há ainda a juntar que os resultados conhecidos até ao fecho deste edição não permitiam que se falasse, senão abusivamente, de uma derrota do PS. Os socialistas, embora perdendo votos à esquerda e à direita em certos distritos,

fruto talvez de uma política mal definida, conservaram, no entanto, e na generalidade, as posições alcançadas o ano passado, sendo o partido que dispunha de uma distribuição mais uniforme do seu eleitorado. É evidente que, mais uma vez, fica demonstrado o aventureirismo esquerdista, opondo-se ao voto útil e dispersando, portanto, a força do eleitorado de esquerda”. Obviamente.

“A Capital” fez sair um “especial eleições”, às 10 e 26, com “PS À FRENTE” a toda a largura. Francisco de Sousa Tavares escreveria em editorial que “de nada serve que o PS, pela voz de Mário Soares e de tantos dos seus companheiros de partidos — até mesmo de Lopes Cardoso, no final da campanha! — tenha feito claramente a sua opção de esquerda, sem aceitar confusões nem alianças equívocas. O que se pretende não é que o PS governe, nem que se entre em Portugal numa hora democrática. O que se deseja é que o PS reintegre o PC no coração da vida política e lhe sirva portanto de escada para o poder”. E, mais adiante: “À hora que escrevemos, é cedo de mais para saber até que ponto Soares ganhou a sua aposta política: governar à esquerda sem trair a esperança do povo que sempre acreditou nele e sem mentir às bases do PS. Porque ao contrário da tese de Cunhal, a desconfiança, o antagonismo com o PC existem dez vezes mais nos militantes e nas bases do PS do que na máquina do partido.”

Já “a Luta” falaria da “Vitória do PS — reforço da democracia” e apresentaria Zé Povinho forçando a legislativa com o punho cerrado dos socialistas. Raul Rego pediria que “atente-se na tendência desde a primeira hora mostrada. É ela contra o alheamento e a abdicação. Não queremos seja que ditadura for; nem a da violência e silêncio que marcou duas gerações nem a do golpismo e manipulação de que uma amostra nos foi dada bem poucos meses há.”

“Vitória da Democracia” foi o título do “Jornal Novo”, acima das cabeças dos três secretários-gerais mais votados. Prouença de Carvalho escreveria aqui que “em última análise, cabe sem dúvida ao PS a responsabilidade histórica do futuro que este país, na sua esmagadora maioria, deseja democrático, próspero e justo.”

“O País precisa de encontrar urgentemente a estabilidade política que permita o início da grandiosa tarefa que nos espera, na criação da riqueza material e moral a que

todos os portugueses têm direito.

“Que os partidos ponham agora uma pausa nas suas querelas eleitoralistas e façam o indispensável esforço para o encontro do denominador comum que permita essa estabilidade. A escolha do candidato à presidência pode ser uma oportunidade, talvez a última.”

“Garantindo à esquerda uma vantagem de 35 lugares, o Povo português derrotou a direita”, era a ideia e o título do “O Diário”, reputadamente afecto ao PCP. A propósito, diria que “A nota do PS mais parece o exercício escolar de uma criança teimosa do que um documento político. Para se governar sem coligações, é necessária uma maioria (...). Se o PS afirma lutar pela revolução, não se entende como pode divertir-se a forjar inimagináveis saídas contra-revolucionárias. Com a sua grotesca fórmula do tudo para nós ou o dilúvio sem nós, o PS, comparável a um garoto amuado, pretende manter fechada a porta a uma maioria de esquerda — a solução natural, a solução revolucionária”. Não fossem eles quem são, outro tanto não diriam.

“Merecer a vitória” é o título do editorial de “O Dia”, que salientou que “decorreram com calma em todo o país as eleições para a Assembleia da República” e que “O retrato do país pouco se modificou: o PS continua maioritário”, com “avanço espectacular do CDS em relação a 1975”. Carlos Pina subscreveria a opinião do jornal, dizendo que “não queríamos que o PS fosse torpedeado à nascença. As divergências que nos podem separar da sua proposta para o Portugal-76 não influirão, nesta altura de opção para a vida de um País, de forma que não desejamos. Impediremos, pelo contrário, na medida do possível que acidentes do percurso possam sequer taldar a vitória agora alcançada e que, com justiça, poderá ser mesmo considerada a vitória da democracia no nosso país (...). O PS vai governar. A tentação de governar sozinho não deixa de perseguir alguns dos mais destacados nomes do grande vencedor das eleições de anteontem. Mário Soares tem, no entanto, de fazer a escolha do candidato à Presidência da República que o PS vai apoiar. Talvez daí nasça a união com partido ou partidos verdadeiramente democráticos com os quais talvez melhor possa vir a ser governado Portugal, conjuntamente.”

“O Seculo” diria que “O povo reafirmou



a opção de 1975” e que “sozinho, o Partido Socialista poderá arriscar a instabilidade da sociedade portuguesa. E, como é óbvio, não poderá — entendemos nós — aliarse a quem ainda há poucos meses o chamava de partido da reacção e do fascismo. A hora é demasiado grave para pequenos ou desmedidos orgulhos. Não escutando as corujas de ontem, que são as sereias de hoje, fugindo a toda a tentação totalitária, os homens da Democracia construirão a Democracia. E esta passa, hoje mais do que nunca, pela abertura de espírito — sobejamente provada — dos que venceram as eleições. Que sejam práticos para serem pragmáticos e assumam a grande seriedade que a História ontem lhes reservou para amanhã.”

O “Diário de Notícias” ocupou um completo primeiro caderno com as eleições. Destacando a toda a largura da primeira página os lugares destinados aos representantes dos vários partidos na Assembleia, publicou um mapa detalhado das percentagens de votos por círculo. Mário Soares ocupava lugar, sob o título: “Em comunicado do Secretariado Nacional, PS reafirma não aceitar coligações com qualquer outro partido”.

E concluía o “DN”. “As eleições de anteontem marcaram um momento solene na nossa vida política ao revelarem, pela segunda vez, em um ano, o alto grau de civismo do povo português e ao proporcionarem ao Chefe do Estado a oportunidade de, com lucidez, abrir novas perspectivas ao País, declarando-se partidário da eleição para a Presidência da República de um homem que não tenha sofrido — nesse cargo — o desgaste provocado por dois anos de incertezas e convulsões. Eis o nó do problema.”



## os que riem...

**U**M largo sorriso estampa-se na boca do vencedor da maratona eleitoral. Não reflecte a alegria de uma agradável surpresa, mas de uma vitória que estava prevista. Mas certamente que nessa previsão entrava igualmente a reflexão do reverso da vitória. Uma vez obtida, o sorriso do triunfador é a imagem que o secretário-geral do PS lança ao seu eleitorado para que confie na sua agilidade em vencer os obstáculos que já se adivinham. Mas por detrás do sorriso vislumbram-se nuvens. Sombras que todam a sua determinação em levar a cabo a tarefa de governar um País que terá de enfrentar as emboscadas da ingovernabilidade.

Qual o atalho a seguir para evitar os caminhos que conduzem às emboscadas? Pactuar com agentes que as tramam? Ou eliminá-las, procurando apoio numa larga frente democrática que ofereça uma acção conjunta contra o denominador comum da desvitalização? Quanto a responder a isto, o sorriso do *leader* do PS é, por enquanto, enigmático.



**F**REITAS do Amaral. Outro que ri. Discretamente, de acordo com a filosofia que tem orientado a gradual ascensão do *leader* do CDS: levar lentamente a água ao seu moinho.

Levou-a, de facto, na conquista de uma posição que dá um lugar ao seu partido na tráfada cimeira. Menos votos do que esperava, é certo. Mas os suficientes para que o seu sorriso, embora não radioso, seja optimista.

Os decifradores de sorrisos já nos confiaram que na sua temperada jovialidade se lê a convicção de que o CDS pode estar no governo sem dar por isso.

## ...e os que choram

**M**UITOS esperavam ver no rosto de Sá Carneiro um sorriso, se não de vencedor, mas de regozijo por um aumento de votos. Frustrada esta expectativa, o rosto do secretário-geral do PPD cabe na galeria das expressões desanimadas. Desânimo, de facto? A colocação de segundo partido é, tradicionalmente, uma posição vantajosa. O combatido conceito de que, em democracia, quem manda é a oposição, faz aqui sentido.

Sá Carneiro. Um rosto decepcionado. Mas não tanto. Trabalhos de Hércules estão destinados ao PS, na sua proposta corajosa mas ousada de assumir sozinho uma complexa governação. Quem lucrará com os insucessos que Sá Carneiro aponta estarem reservados ao partido que se mostra decidido a concentrar em si tão gigantesca tarefa?

Nos olhos do *leader* do partido subalternizado perspassa uma ironia, no fundo da qual brilha uma esperança.



**F**EITAS as contas, isto é: mais votos do MDP/CDE, menos eleitorado que no ano anterior, é compreensível que a desilusão amargure as feições impenetráveis do secretário-geral do PCP.

Mas Cunhal recorre ao grande álibi: vitória das esquerdas. Mário Soares, porém, não se presta a este jogo, que altamente compromete a razão de ser da sua vitória. E é peremptório em clarificar a impossibilidade de uma aliança com o PCP. O rosto de Cunhal fecha-se numa dureza onde o pessimismo pode descortinar graves embaraços criados ao PS quando este tomar as rédeas do poder.

Na metálica expressão que é habitual ao *leader* do PCP, não é difícil desta vez apanhar a perspectiva risonha desta imagem: ou o PS aceita a comodidade de um pacto com o PCP, que o poupa a um cerco de atribulações, ou... está entregue à bicharada.

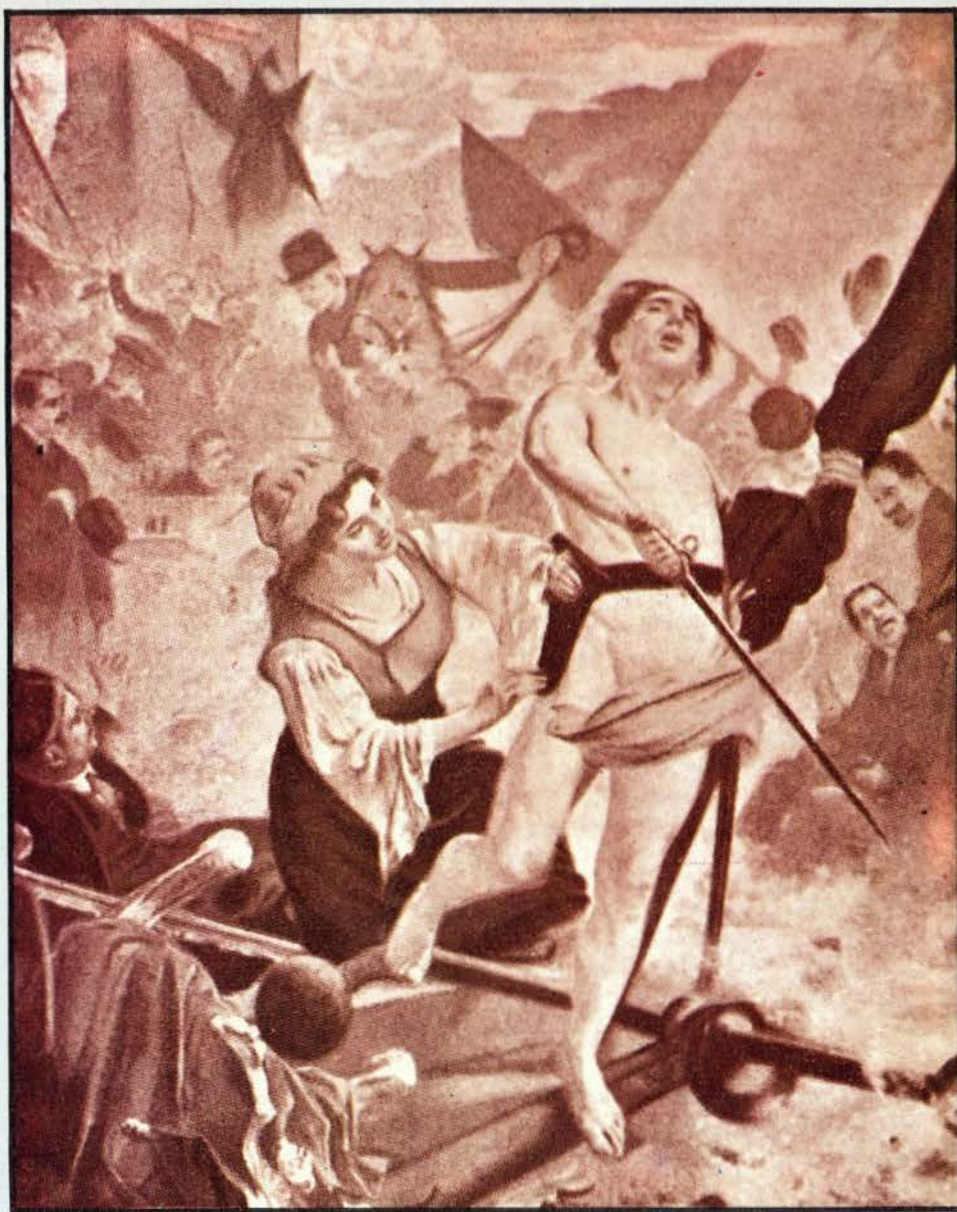


Com o tema *LIBERDADE* inicia-se a publicação de uma série de separatas sobre as grandes linhas da história e da cultura portuguesas. Em estilo antológico, iremos recolhendo, semanalmente, os motivos que constituem a vivência e o património cultural do povo português.

Num momento em que, no acto eleitoral, se consagrou o princípio da liberdade, nada mais indicado do que historiar os momentos que assinalam a vitória da luta pela liberdade em Portugal, ao longo dos séculos.

Da fundação da nacionalidade à implantação da República, em 1910, passando pela crise de 1383-1385, pela Restauração de 1640 e pelo brilhante período da entrada dos ideais liberais em Portugal e da evolução do liberalismo, procurou-se, através de vários autores, evocar precisamente esses grandes momentos nacionais.

Paralelamente, acrescentou-se, ainda, alguns significativos textos sobre mesmo tema.



## "...A ESPERANÇA DA LIBERDADE ESTÁ NAS VOSSAS LANÇAS"

Ô fortes companheiros...  
...a quem nenhum se iguala,  
Defendei vossas terras, que a esperança  
Da Liberdade está na vossa lança.

(Camões - "Os Lusíadas")



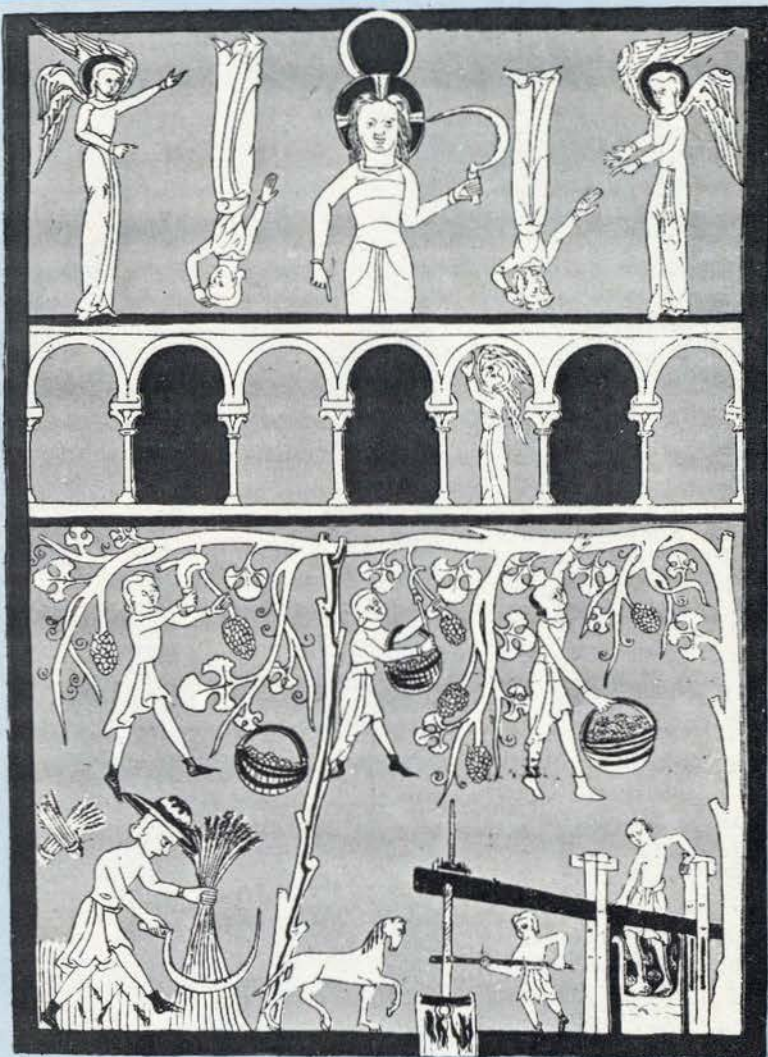
# FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

## Reacção ao mito de uma monarquia hispânica unida

**S**OBRE os pequenos reinos que existiam na Península, sempre pairou o mito de uma monarquia hispânica unida. Bem cōncios deste ideal, os reis de Leão, como herdeiros teóricos dos soberanos visigodos, adoptaram o título de imperador, que começaram a usar, embora esporadicamente, a partir dos princípios do século X. Afonso VI (1072-1109) e seu neto Afonso VII (1126-1157) procuraram impor a sua autoridade suserana a todos os soberanos da Espanha. Como “imperadores”, podiam e deviam ter reis por vassalos. E é exactamente essa relação entre tais “reis” e o seu “imperador” que precisa de ser analisada primeira. No caso de Portugal, ela mostra-se altamente reveladora e constitui explicação suficiente para o seu nascimento como Estado autónomo.

De 1128 a 1137, Afonso Henriques esteve em quase que permanente rebelião contra o primo Afonso VII. Falar de independência, porém, seria anacrónico. O que Afonso Henriques provavelmente queria era a expansão territorial do seu feudo, com base em promessas e pretensões, mais ou menos fictícias ou falaciosas, que datavam do tempo de Urraca. Além disso, aspirava com certeza ao título de rei (*rex*).

Em 1137, alcançou-se uma primeira paz. Foi assinado em Tui um acordo ou pacto onde se expunham algumas cláusulas feudais típicas: Afonso Henriques prometia ao seu senhor fidelidade (“*ut sit... fidelis bona fide*”), segurança, auxílio militar e conselho. Mas depressa se renovaram as hostilidades. Em 1140, Afonso Henriques invadiu a Galiza, enquanto Afonso VII entrava por sua vez em Portugal. Parece que, por essa altura,



já Afonso Henriques se apresentava como *rex*, talvez depois da sua primeira vitória importante sobre os muçulmanos, conseguida um ano antes. Foi só em 1143 que pôde ser negociado um acordo definitivo de paz, com a intervenção de um legado papal, o cardeal Guido da Vico, diácono de SS Cosme e Damião. Perdeu-se o texto do tratado ou pacto. Aparentemente, concedia a Afonso Henriques o título de rei, embora mantendo todas as cláusulas de auxílio militar sempre que necessário. Não era ainda a independência. Mas era um enorme passo na sua direcção.

A. H. de OLIVEIRA MARQUES  
("História de Portugal")

A VIDA AGRÍCOLA EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA (Comentário do Apocalipse de Lorvão – Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e TROVADORES E JOGRAIS (Cancioneiro da Ajuda)





# A CRISE DE 1383

## O povo levanta-se contra Leonor

No Outono de 1383, finava-se D. Fernando, o último rei da dinastia que Afonso Henriques iniciara.

Morto muito novo, pois apenas contava 38 anos, não chegara a duplicar no governo o reinado de seu pai.

Livre, ficava agora Leonor Teles, a hipócrita rainha, nos braços do amante, o conde de Andeiro.

Conspurcara em vida de seu esposo a honra deste e continuava agora a conspurcar, ainda mais vivamente a sua memória.

Todos o compreendiam e ela suspeitava bem a desconfiança daqueles que nunca nela haviam depositado a mínima parcela de confiança. Mas quando, cedendo ao rei de Castela, manda apregoar D. Beatriz como rainha de Portugal, os sentimentos latentes da liberdade política agitam-se, tomam-se de alvoroço contínuo, percorrendo o País e erguendo no espírito popular como espectro a varrer, a dominação castelhana.

## A TRAIÇÃO DOS ALCAIDES

Neste serventês, vitupera o poeta medieval Airas Perez de Nuitoron a traição dos alcaides que entregaram *como non deviam* — assim esclarece a rubrica que precede a cantiga — os castelos ao usurpador conde de Bolonha.

A lealdade de Bezerra pela Beira muito anda; bom é que a nossa vendamos, porque assim o Papa manda.

Mantém Soeiro Bezerra que justo é vender Monsanto, pois diz que a São Pedro disse Nosso Senhor outro tanto: — *Quen tu legares en terra erit ligatum in celo*; e manda, assim a justiça, que o alcaide venda o castelo.

Mais mantém que não traiu, o que vendeu Marialva disse-lhe o arcebispo um verso que a alma do traidor salva: — *Estote fortes in bello et pugnate cum serpente*; e assim tem razão aquele que traição comete e mente.

O que Leiria entregou diz que cumpriu a preceito o que lhe ordenou o Papa e confirmou o Eleito:

Não são os nobres, que na sua maioria se encontram do lado inimigo ou aparecem com fingidos pruridos de legalidade, nem o alto clero que desejoso de comer tranquilo, pende para o campo, donde lhe continuará a vir farta ração para o seu estômago opulento, que se movimentam.

Não são esses que perderiam se a vitória lhes fosse adversa, mas o povo, esse eterno apóstolo da liberdade, que começa a dar sinais de viva inquietação, apreensivo pelo futuro.

Lisboa, Santarém, Elvas e outras terras do País recebiam com manifesta hostilidade os gritos dos alcaides, anunciando a proclamação da filha de Leonor Teles, como rainha.

A multidão começa a rugir, a tempestade principiara já e havia de ir engrossando, aumentando em volume, tornando-se caudalosa e imponente, desencadeando-se tremenda e furiosa, com rápidos vertiginosos a que o declive obrigava, pela queda brusca dos acontecimentos de agora.

A consciência nacional havia despertado a tempo e foi na classe popular que ela incarnara com toda a altivez.

— *Super istud caput meum et super ista mea capa,*  
o castelo dai ao Conde, porque assim ordena o Papa.

O que Faria entregou para remir seus pecados mais tivesse mais daria, pois ouviu de dois prelados: — *Tu autem, Domine, dimite esse que se desgraçou;* quem deu Santarém ao conde, bem na sua vida esmolou.

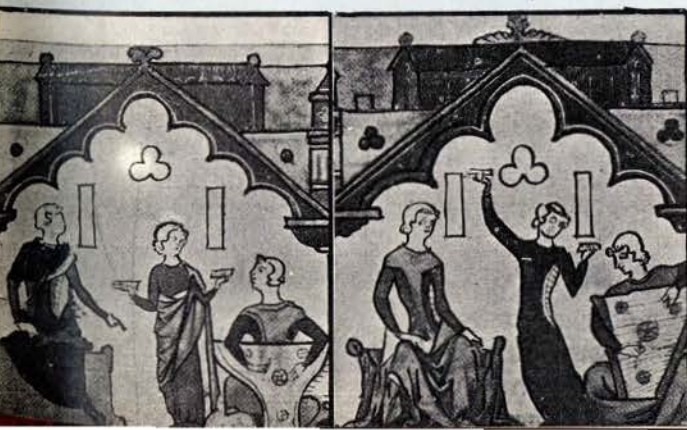
Martim Diaz ofereceu à cruz que assim os confunde Covilhã, e Pero Diaz, Sortelha. Falou o conde: — *Centuplum accipiatis* pela mão do Padre Santo Fernão Diaz ponderou: “Bem fiz em dar-lhe Monsanto.”

O que Sintra ofereceu provou ser bom cavaleiro; bem escutou do Legado este verso do saltério: — *Sagitte potentis acute* — e foi bem ajuizado: melhor é ser desleal que morrer excomungado.

Mas quando o conde ao Castelo de Celorico chegou, tirou Pacheco o cutelo e um bispo sentenciou: — *Mitte gladium in vagina*, com isso não nos alarmas Diz Pacheco: Ide borrar-vos, conde, onde gritem: Às armas!

Maldisse D. Airas Soga uma velha, por perverso; eis que em latim macarrónico Pero Soares botou verso: — *Non vetula bonbatricon scandit confusio ficum;* não foi Soeiro Bezerra alcaide de Celorico.

Remidos são os traidores quantos os castelos deram. em escrito lhe louvaram as acções que cometeram, *super ignem eternum et ad unitatis opem*: salvo é quem vende o castelo contanto que o hissopem.





# A CONSPIRAÇÃO DE 1640 E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL



Morte de Miguel de Vasconcelos (gravura da "Ilustração")

**D**ESDE 1637, a aspiração de independência começa a corporizar em atitudes bem definidas. Neste ano tiveram lugar as alterações de Évora e não faltou quem procurasse orientá-las no sentido de fazer delas o ponto de partida de uma insurreição geral que levasse à proclamação da independência.

Amiudaram-se então as reuniões, tomando-se sempre as maiores precauções para que passassem despercebidas. Tudo respirava mistério: vinham os conjurados a ocultas, na escuridão da noite, um por cada vez e embuçados; nenhuma sala iluminada que pudesse chamar as atenções; apenas uma quadra interior frouxamente alumada, a que serviu para as reuniões. Pequeno era o número dos conjurados que a elas assistiam; aos restantes implicados na conspiração era depois comunicado o que ali se resolvesse.

Antes das 9 horas da manhã, foram-se congregando, pouco a pouco, no Terreiro do Paço, os nobres implicados na conspiração. Vinham de um e outro lado, isolados ou em pequenos grupos, que se conservavam separados. Alguns chegavam em coches, onde mais facilmente podiam transportar armas de fogo. Ao mesmo tempo iam chegando também os populares, que o padre Nicolau da Maia aliciara.

Lentas, graves, como grave era o momento, soam finalmente nove badaladas

## CAMÕES E A LIBERDADE

Que do tempo tendes vencido as leis,  
Que tudo, enfim, venceis c'ò tempo armado,  
Mais é vencer na Pátria, desarmado,  
Os monstros e as quimeras que venceis.

(Sonetos a Dom Luís da Ataíde, Viso-Rei)

A que novos desastres determinas  
De levar estes Reinos e esta gente?  
Que perigos, que mortes lhes destinas  
Debaixo de algum nome preminente?

("Os Lusíadas")







Filipe IV de Espanha



"Aclamação de D. João IV" (Quadro de Veloso Salgado – Museu Militar)

no sino do relógio da Sé. Então, de súbito, em tropel, os conjurados dirigem-se às escadas do Paço, cada um porfiando em ser o primeiro a subi-las.

Apenas um grupo ficou imóvel junto da entrada do forte contíguo ao palácio. Constituíam esse grupo três nobres, Jorge de Melo, Estêvão da Cunha e António de Melo, e o padre Nicolau da Maia com um punhado de populares decididos. A missão deste grupo era assaltar o forte e dominar a guarnição castelhana logo que os outros conjurados iniciassem a sua acção.

Entrando os nobres no Paço em tão desusada e inquietante atitude, os soldados da guarda real correram às alabardas, preparando-se para impedir o acesso às salas interiores. Soaram então os primeiros tiros, logo largamente repetidos. Num instante, aquela fugaz resistência foi vencida, e, de espada na mão, o velho D. Miguel de Almeida corria de sala em sala gritando sempre: "Liberdade! Liberdade! Viva el-rei D. João IV!" E logo chegando a uma varanda e dirigindo-se aos populares que ali aguardavam o desfecho do sucesso, proclamou com entusiasmo que o tempo era chegado de comprar com o sangue a liberdade da Pátria, que o legítimo rei de Portugal era desde aquele momento o duque de Bragança, e que assim iriam ter fim as tiranias de Castela, recobrando os portugueses, com a libertação, a prosperidade. Encerrando as suas patrióticas considerações, o ancião, comovido até às lágrimas, repetiu mais uma vez o grito de liberdade aclamando o novo rei D. João IV, grito que, da praça, foi logo entusiasticamente secundado.

A revolução triunfante substituíra os governantes, mas todos os que desempenhavam funções públicas de importância aderiam sem dificuldade à nova ordem política. Nas repartições e nos altos tribunais, o despacho desse dia começara em nome de Filipe III e concluía com o de D. João IV.

Com o cair da tarde, o entusiasmo das manifestações de regozijo acalmava-se. Tudo se encaminhava para a normalidade, que ao pôr do sol desse memorável dia era já completa: "Ficou a Cidade quieta, o tirano castigado, o jugo sacudido, acabadas as vexações, a pátria livre, os governadores em seu trono, e o muito excelso e muito esclarecido Duque de Bragança com felicíssimo auspício aclamado, restituído, e venerado por Monarca do Reyno."

Pelas estradas do País corriam céleres, a essa hora, os diversos emissários encarregados de comunicar a notícia da feliz Restauração às principais terras do País e aos duques de Bragança. No dia 3 chegaram ao palácio ducal de Vila Viçosa Pêro de Mendonça e Jorge de Melo, de cujas bocas os duques souberam a boa nova.

D. Luísa de Gusmão via enfim realizada a sua aspiração máxima – ser rainha – e D. João inaugurava uma nova dinastia de reis naturais de Portugal!



D. João IV, o primeiro monarca a sentar-se no trono de Portugal após a Restauração



## UMA REVOLTA EM 1757

### OS MOTINS DO PORTO

No Porto, rebenta um movimento popular, um motim de vadios, soldados, rameiras, escravos, que um grupo de taberneiros açulara, enchendo-os de furor com o encarecimento do vinho ao quartilho. Os vendedores de vinho a retalho viam-se gravemente lesados, arruinados mesmo, pela recente instituição da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro (Setembro de 1756). O monopólio da venda na cidade do Porto e subúrbios, e da exportação para o Brasil, ocasionara o encerramento de muitas tabernas e armazéns.

O motim começou no Largo da Cordoaria e alastrou rapidamente. Enquanto os sinos tocavam a rebato, o povoleu ululava contra os ricações que se haviam agremiado em Companhia e contra o dominicano fr. João de Mansilha, que negociara com o Governo a obtenção do monopólio. Foram buscar o juiz do povo, que estava doente, e conduziram-no de cadeirinha a casa do chanceler governador, para pedir a extinção da Companhia.

Dirigiram-se depois à Rua Chã, onde morava o provedor da Companhia, Luís Beleza, e assaltaram-lhe a casa, por terem os criados disparado tiros sobre a multidão.

O corregedor, por se encontrar ausente o chanceler da Relação, e com o fim de aplacar a tormenta, declarou abolida a Companhia.

Deu-se a revolta a 23 de Fevereiro de 1757. Cinco dias depois, um desembargador do Paço, Pereira de Vasconcelos, era nomeado juiz da alçada que deveria inquirir sobre o que se passara e castigar os rebeldes. Os desembargadores da Relação classificaram o facto de "assuada", a que deveria corresponder uma pena insignificante. O juiz da alçada suspendeu a sentença, para informar o ministro do reino. Mas Sebastião de Carvalho, no motim das regateiras e dos mariolas da Cordoaria, viu uma revolução que ameaçava subverter a ordem social, mandou redigir uma censura acre aos magistrados da Relação e classificou ele próprio o delito de "crime de lesa-majestade". Os desembargadores, apavorados, submeteram-se. Em conformidade com a ordem ministerial, proferiram uma sentença execranda (11 de Outubro).

Era assim, no Estado monárquico-absolutista.

Das 478 pessoas julgadas e sentenciadas, o juiz do povo e mais vinte homens foram condenados à morte, e juntamente o foram cinco mulheres. Pelos restantes distribuíram-se várias penalidades, desde os açoites e degredo em África às penas pecuniárias ou confisco de bens.

Absolvidos foram apenas 32 homens e 4 mulheres.

PROF. ANGELO RIBEIRO  
("História de Portugal" — Editora Barcelos)

## A CAMINHO DA LIBERDADE

# A CONSPIRAÇÃO DE 1817 E OS MÁRTIRES DA PÁTRIA



Execução dos implicados na Conspiração de 1817

**T**ERMINADA a Guerra Peninsular e concluída mesmo a paz geral, nem por isso as condições do País se tornaram tais que a tranquilidade voltasse aos espíritos e o pão a todos os lares. Sem dúvida, imediatas providências governativas tinham sido tomadas para atenuar o mais rapidamente possível os efeitos da luta. Não era, porém, empresa fácil conseguir a realização de tal desiderato com a urgência que seria mister. No mal-estar económico da nação havia de certamente reflectir-se também a angústia do erário público, tamanha que nos princípios de 1817 foi preciso contrair um empréstimo de 2 milhões de cruzados para ocorrer ao pagamento de encargos anteriormente contraídos. Repetido o expediente em Julho do mesmo ano, com a emissão de 4 milhões de cruzados, não foi já possível encontrar tomadores para os respectivos títulos, senão em escasso valor, e apesar de ter sido decretada a obrigatoriedade da sua aquisição.

Explorar politicamente este mal-estar económico não era tarefa que oferecesse dificuldade, sobretudo quando havia ainda outras razões de queixa, mais directamente referentes ao elemento por excelência representativo das instituições vigentes, o príncipe regente, contra o qual se alegava o abandono a que votava o reino e a complacência com que tolerava o predomínio inglês.

Entrado o ano de 1817, a atmosfera era mais que nunca propícia a empreendimentos revolucionários, mas, por seu lado, a Polícia redobrava de esforços no sentido de os descobrir e desarmar.

Em 8 de Março apresenta-se na Intendência da Polícia e na legação de Espanha o general espanhol Francisco Xavier Cabanes, cuja ocupação não constava do seu passaporte, e que vinha acompanhado de um certo José Wals, igualmente misterioso. Em breve apurou a Polícia que o general espanhol estabelecera relações com o tenente-general Gomes Freire de Andrade, regressado de França



em 1815, e, desde 1816, grão-mestre da maçonaria portuguesa. Tratar-se-ia de entendimentos para uma acção revolucionária?

### GOMES FREIRE E OS MÁRTIRES DA PÁTRIA

Agora já pode Beresford precipitar os acontecimentos. Conhece os planos da acção revolucionária e os nomes dos principais implicados na conspiração. No dia 23 entrega toda a documentação que possui ao marquês de Borba, governador presidente do conselho de Regência, por intermédio de D. Miguel Pereira Forjaz, secretário da Regência e titular dos Negócios da Guerra.

No dia imediato reúne-se o Conselho. Um dos governadores, o Principal Sousa, toma a palavra e declara merecer-lhe as mais graves suspeitas a conduta do tenente-general Gomes Freire de Andrade, em vista das relações que mantém com o misterioso espanhol Cabanes, que anda vigiado pela Polícia. Propõe a sua detenção, a título preventivo. Então o marquês de Borba exhibe os papéis que recebera de Beresford e expõe o que se sabe a respeito da conspiração; entre os nomes dos conjurados figura o de Gomes Freire (1). Assenta-se na necessidade de realizar imediatamente a prisão dos indicados e lavra-se a respectiva portaria. São eles: Gomes Freire de Andrade, tenente-general; o barão de

Alegoria ao 24 de Agosto de 1820 (Sociedade Martins Sarmiento)



# A CAMINHO DA LIBERDADE



Gomes Freire de Andrade

Eben; Manuel Monteiro de Carvalho, coronel reformado de milícias; Veríssimo António Ferreira da Costa, tenente-coronel de Infantaria 15; José Dionísio Serra, do Real Corpo de Engenheiros; Francisco António de Sousa, arquitecto; Cipriano Lopes, capitão de Guias; António Cabral Calheiros, alferes de Infantaria 15; "e os mais que se acharem culpados".

E de facto além dos indicados na portaria, logo foram capturados, como culpados, muitos outros indivíduos.

Gomes Freire é o primeiro a ser preso.

Em 15 de Outubro lavraram os juízes a sentença. Doze dos acusados foram condenados à morte por enforcamento: José Joaquim Pinto da Silva, José Campelo de Miranda, José Ribeiro Pinto, Manuel Monteiro de Carvalho, Gomes Freire de Andrade, Henrique José Garcia de Morais, José Francisco das Neves, António Cabral Calheiros Furtado de Lemos, Pedro Ricardo de Figueiredo, Manuel de Jesus Monteiro, Manuel Inácio de Figueiredo e Maximiano Dias Ribeiro. Aos cadáveres dos oito primeiros mencionados seriam decepadas as cabeças e incineradas com os respectivos corpos, sendo as cinzas lançadas ao mar. Houve três penas de degredo: Francisco António de Sousa foi degredado para Angola por toda a vida; António Pinto da Fonseca Neves, por dez anos, para Moçambique; Francisco Leite Sudré da Gamma, por cinco anos, para Angola. O barão de Eben foi expulso do território português, devendo seguir da cadeia directamente para bordo do navio que o havia de levar, tendo antes assinado um termo pelo qual se compromettesse a não mais voltar a Portugal, sob pena de ser degredado por toda a vida para um dos presídios de África, se em qualquer altura faltasse ao seu compromisso. Veríssimo António Ferreira da Costa e Cristóvão da Costa foram absolvidos. Quanto a confisco de bens, mandou-se que ele se fizesse pela totalidade aos réus condenados à morte ou a degredo por toda a vida, e por metade ao condenado a 10 anos de degredo.

No dia 17 de Outubro, os mesmos juízes que tinham dado a sentença de 15, despachavam sobre os embargos contra ela deduzidos, à pressa, pelo advogado dos réus, recusando-os e mandando cumpri-la.

Não houve a consideração de dar aos condenados tempo suficiente para recorrerem à clemência real. E nem sequer se esperou pela publicação da sentença para a executar.

Pelas duas horas da tarde do dia 18, após demorada e torturante leitura dos extensíssimos considerandos da sentença, os onze condenados à morte que estavam encarcerados na cadeia do Limoeiro saíram dali para o lugar do suplício, o Campo de Santa Ana, hoje Campo dos Mártires da Pátria.

Já estava erguida a forca e postados junto dela os quatro caixões para os cadáveres dos condenados que a sentença poupava à fogueira. As tropas, em volta, continham a onda de populares que se aglomerara para assistir à horrível cena.

Com atroz lentidão se foi executando a sentença. Não havia pressas. "Felizmente há luar..." — observara D. Miguel Pereira Forjaz ao intendente da Polícia, em carta do próprio dia 18. E, com efeito, foi o luar de uma linda noite de Outono que, indiferente às paixões, às lutas, à maldade dos homens, iluminou o final daquele lúgubre espectáculo. De madrugada ainda crepitavam as chamas das fogueiras, acabando a sua obra de reduzir as cinzas os míseros, a que a sentença negara o direito à sepultura.

Gomes Freire precedera na morte os seus onze infortunados companheiros. Até à última hora esperara a morte por fuzilamento. Nesse pressuposto, alta manhã fardara-se, visionando o momento supremo, em que, imitando Ney, daria ele mesmo a voz de fogo ao pelotão executor. Compreende-se bem o seu desmaio, provocado pelo tremendo abalo moral que sofreu ao anunciarem-lhe que seria enforcado — género de morte tão humilhante para quem tantas vezes expusera o peito às balas nos campos de batalha.

Se realmente se quis que a dureza da sentença de 1817 servisse de exemplo, o intuito ficou logrado. Os sucessos demonstraram desde logo a inutilidade do sistema, pois a agitação revolucionária persistiu. A punição aflorara os ramos da árvore, deixando intactas as raízes; e estas mergulhavam em terreno que continuava fértil...

DAMIÃO PERES

("História de Portugal" — Edição de Barcelos)



# PORTO 1820 - A PRIMEIRA REVOLUÇÃO DO LIBERALISMO

N. 1.

Preço

30 reis.

1820.



## DIÁRIO NACIONAL.

COM PERMISSÃO DA JUNTA DO SUPREMO GOVERNO  
PROVISÓRIO DO REINO.

SABBADO 26 D' AGOSTO.

Porto 24 d' Agosto.

**E**stava reservada á boa, e leal, e heroica Cidade do Porto a nova gloria de restaurar a legitima liberdade dos Portuguezes: cumpria a esta segunda Capital do Reino obrar hum Feito memoravel, que salvasse a Patria commum, e o Throno Augusto, em que está sentado o muito Alto, e muito Poderoso REI o SENHOR D. JOAO VI., que Deos guarde. Muito alheio he deste dia de gloria descrever os acerbos e insoffrivéis males, que opprimião a Nação inteira. Estavamos reduzidos a condiçãõ da mais ignobil e desamparada Colonia: o Commercio aniquilado, a Industria perdida, os Thesouros exhaustos para sustentar guerras de oprichio: os homens verdadeiramente amigos do REI e da Patria, sacrificados á ambiçãõ de malvados: nenhuma segurança nem nas pessoas, nem nas propriedades: até o valoroso Exército, que defendêra a independencia da Nação, e os direitos do Throno, sem recompensa, sem consideraçãõ, mal pago, e mal vestido, padecendo o opprobrio de mendigar esmolas!.. E ainda se hum lume de esperança se aviventasse em nossos coraçõens!..

Por certo que grande exemplo de paciencia demos ao mundo, maravilhado do nosso soffrimento. E que faziamos? E que devéramos fazer em tão calamitosas circumstancias? O que fazem todos os Povos que ainda não perdêrão o sentimento da honra, e o instinto da propria conservaçãõ.

As nove horas da noite do dia 23 para 24, segundo o plano previamente concertado, se congregarão na casa do Sr. Coronel do Regimento d' Infantaria N.º 18 Bernardo Corrêa de Castro e Sepulveda, os Srs. Coronel do Regimento d' Artilheria N.º 4 Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, o Bacharel José Ferreira Borges, o Tenente Coronel do Regimento d' Infantaria N.º 6.º Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmiento, o Tenente Coronel Commandante do Corpo de Policia José Pereira da Silva Leite de Berredo, o Major de Milicias do Porto José de Sousa Pimentel, o Ajudante de Milicias da Maya Tiburcio Joaquim Barreto Feio, que depois foi substituido pelo Major do mesmo Regimento José Pedro Cardozo da Silva; e então formado o Concelho assentaráõ que as forças ficariaõ ás ordens dos dous Coronéis, que de-

vizão fazer o rompimento convencionaõ, o que elles acceptáraõ. Tomadas as medidas precisas, e reunidas as Tropas ante-manhã leu o Sr. Coronel Cabreira a seguinte

### PROCLAMAÇÃO.

**Soldados!** Huma só vontade nos una. Caminhemos á salvaçãõ da Patria. Não ha males, que Portugal não soffra. Não ha soffrimento que nos Portuguezes não esteja apurado. Os Portuguezes sem segurança em suas pessoas e bens, pedem o nosso auxilio: elles quetem a Liberdade regrada pela Lei. Vos mesmos victimas dos males communs tendes perdido a consideraçãõ que vosso brio, e vossas virtudes mereciaõ. He necessaria huma reforma; mas esta reforma deve guiar-se pela razão, e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a Ordem; cohibi os tumultos; abafai a Anarquia. Criemos hum Governo Provisorio, em quem confiemos. Elle chame as Côrtes, que sejaõ o Orgão da Nação, e ellas preparem huma Constituiçãõ, que assegure nossos direitos. O Nosso REI o SENHOR D. JOAO VI. como bom, como benigno, e como amante de hum povo, que o idolatra, ha de abençoar nossas fadigas.

**Viva o Nosso Bom REI! Vivãõ as CORTES, e por ellas a CONSTITUIÇÃO!**

Porto, e em Concelho Militar aos 24 d' Agosto de 1820.

O Commendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* — Coronel d' Artilheria N.º 4. — *Bernardo Corrêa de Castro e Sepulveda* — Coronel d' Infantaria N.º 18. — *Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmiento* — Tenente Coronel Commandante d' Infantaria N.º 6. — *José Pereira da Silva Leite de Berredo* — Tenente Coronel Commandante do Real Corpo da Policia — *José de Sousa Pimentel* — Major Commandante Interino de Milicias do Porto — *José Pedro Cardozo e Silva* Major Commandante Interino de Milicias da Maya.

O Sr. Coronel *Sepulveda* lêõ a seguinte

### PROCLAMAÇÃO.

**Soldados!** Acabou-se o soffrimento! A Patria em ferros: a vossa consideraçãõ perdida: nossos sacrificios baldados: hum Soldado Portuguez proximo a mendigar huma esmola!.. Soldados: o momento he este; voemos á nossa salvaçãõ propria. Camaradas,

Primeira página do número 1 do "Diário Nacional", órgão officioso da Junta Provisória, de 26 de Agosto de 1820



# A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO LIBERAL (1822)

O projecto de Constituição, publicado nas vésperas do regresso de D. João VI, em 30 de Junho, dividia-se em 217 artigos, repartidos por 6 títulos: Dos direitos e deveres dos cidadãos portugueses; da nação portuguesa e seu território, religião, governo e dinastia; Das Cortes e do poder legislativo; do poder executivo ou do rei; do poder judicial; e do poder administrativo.

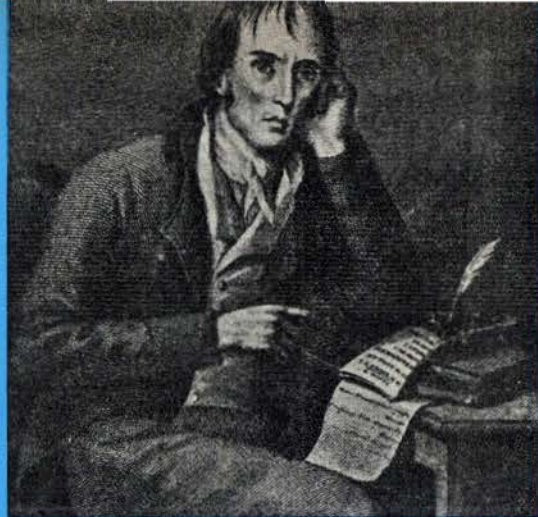
A discussão prolongou-se, sem interrupções, por mais de um ano; iniciada em 9 de Julho de 1821, concluiu em 14 de Setembro de 1822, sendo assinada em 23 de Setembro, jurada pelo Congresso em 30 deste mês e pelo rei no primeiro de Outubro.

Todos os artigos do projecto suscitaram, mais ou menos, divergências e debates; porém, os grandes temas de discussão versaram sobre a noção de soberania, os direitos individuais, as imunidades parlamentares, o sistema uni ou bicameral, os poderes do rei, a extensão e natureza do "veto" real, a organização do Conselho de Estado, as relações da Igreja e do Estado, etc.



Alegoria ao Movimento Revolucionário de Lisboa em 1820 (Museu Municipal do Porto)

Levar-nos-ia longe a análise destes debates, por vezes brilhantíssimos e eloquentes; baste-nos apenas notar que o individualismo, o liberalismo e o princípio da soberania nacional, se não conduziram os constituintes a romperem com a pessoa de D. João VI, que sempre respeitaram, levaram-nos a elaborar uma constituição que privou o rei dos antigos direitos e regalias e rompeu os laços de transacção com o antigo regime (1). Esta foi a sua glória, no campo puro dos princípios; mas no domínio das realidades o seu supremo defeito. Instaurando o regime parlamentar extremo, com desrespeito do princípio da separação de poderes, roubaram-lhe as condições vitais do seu exercício e rendimento, porque, privando o monarca do direito de escolher



Bocage foi um dos escritores mais perseguidos pela Polícia e pela repressão do seu tempo.

## LIBERDADE

Liberdade querida e suspirada,  
Que o Despotismo acérrimo condena;  
Liberdade, a meus olhos mais serena  
Que o sereno clarão da madrugada!

Atende à minha voz, que geme e brada  
Por ver-te, por gozar-te a face amena;  
Liberdade gentil, desterra a pena  
Em que esta alma infeliz jaz sepultada!

Vem, ó deusa imortal, vem, maravilha,  
Vem, ó consolação da humanidade,  
Cujo semblante mais que os astros brilha!

Vem, solta-me o grilhão da adversidade!  
Dos céus descendo, pois dos céus és filha,  
Mãe dos prazeres, doce Liberdade!

BOCAGE — (1765-1805)

ministros entre os deputados e tornando inelegíveis os ministros, cavaram um fosso entre o poder executivo e o legislativo e dificultaram ao próprio parlamento o conhecimento íntimo dos problemas da administração. Demais, optando pelo sistema unicameral, excluíram praticamente do poder duas classes sociais poderosas, a nobreza e o alto clero, e abriram a porta à ditadura de uma convenção; e recusando ao rei o direito de dissolução das Cortes, tornaram insolúvel legalmente qualquer conflito que surgisse entre elas e o poder executivo. Por isso, o dinamismo do sistema conduziria facilmente, mais dia menos dia, ou à insurreição das Cortes contra o rei, ou do rei contra as Cortes. O resultado viu-se; quando subiu a maré contra-revolucionária, a constituição caíu, porque desligada das forças que compunham o corpo social, raras apareceram a defendê-la, poucos tendo a perder com a sua queda e menos ainda a ganhar com o seu triunfo.

(“História de Portugal” — Edição de Barcelos)



# PORTO — a primeira revolta republicana

## O MOVIMENTO DO 31 DE JANEIRO

A semana que se seguiu à entrega do ultimato foi decisiva para a sorte das instituições e para o futuro de Portugal. A profunda e inesperada vibração que aquele provocou no País não foi aproveitada como seria mister. Sem isso diversa seria a sua sorte, sacudidas por um violento abalo sentimental que pôs a descoberto as taras do regime monárquico e os vícios incuráveis de que enfermavam as forças em que se apoiava. Os dirigentes dos partidos monárquicos ficaram surpreendidos e os do Partido Republicano não estavam preparados para o aproveitar, carrilando-o no sentido da queda da monarquia. As energias latentes na Nação, cuja importância ficara assinalada durante as comemorações camonianas, não foram utilizadas. E o povo, seu depositário legítimo, não teve, nessa hora crucial, quem lhe guiasse os passos com firmeza e decisão. A carência, compreensível quando consideramos que o Partido Republicano tinha catorze anos de existência organizada, pagou-a a primeira com um prolongamento da agonia das instituições monárquicas, às quais o malogro do movimento de 31 de Janeiro deu uma moratória de duas décadas, até Outubro de 1910.

O programa desse partido dizia que os republicanos portugueses “esperavam do desenvolvimento, gradual e pacífico, das ideias democráticas nas instituições do nosso país a sua evolução natural e o estabelecimento da República em Portugal”. Os seus chefes eram doutrinadores de um ideal generoso de paz e trabalho, na ordem assegurada pelo funcionamento normal de uma sociedade em franca transformação. Não eram demagogos que quisessem lisonjear as paixões ou dementados que se refugiavam na mística da subversão social. Muito menos eram revolucionários profissionais, habituados à preparação de revoltas populares e golpes militares. Os erros, as arbitrariedades, as violências e os desvarios da monarquia modificaram o curso que entre nós essa vanguarda, eloquente e digna, procurava imprimir aos acontecimentos que, pela sua natureza e projecção, ditavam o destino do País inteiro. Entre a publicação do seu programa, que foi a

sua certidão de nascimento, e o choque brutal do ultimato das fileiras do Partido Republicano não partiu qualquer convite à insurreição. Esse choque assinalou a viragem histórica que o transformou em partido revolucionário para, ao fim de vinte anos, impor o triunfo e a consagração das suas ideias com um movimento de essência e índole popular.

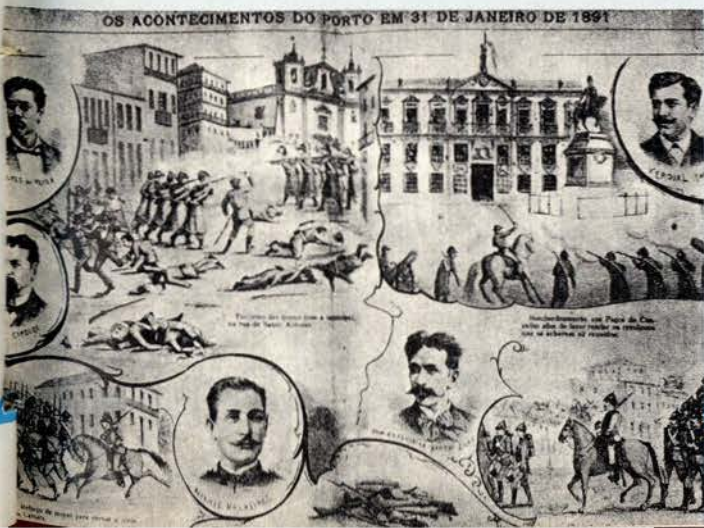
Uma das mais eloquentes demonstrações das possibilidades que o ultimato criou para a transformação decisiva da vida nacional foi feita pela Imprensa, que voltou a dar, perante a crise que o País atravessava, provas de lucidez e coerência dignas de registo. Numa reunião, à qual estiveram presentes os seus elementos mais categorizados, com a assistência de representantes da academia e do povo, foram tomadas deliberações importantes no meio de um entusiasmo febril. Dir-se-ia que ressuscitara o espírito que deu inconfundível destaque à sua acção quando das comemorações com que, dez anos antes, foi assinalado o tricentenário da morte de Camões.

### O PARTIDO REPUBLICANO ALAVANCA DOS ACONTECIMENTOS

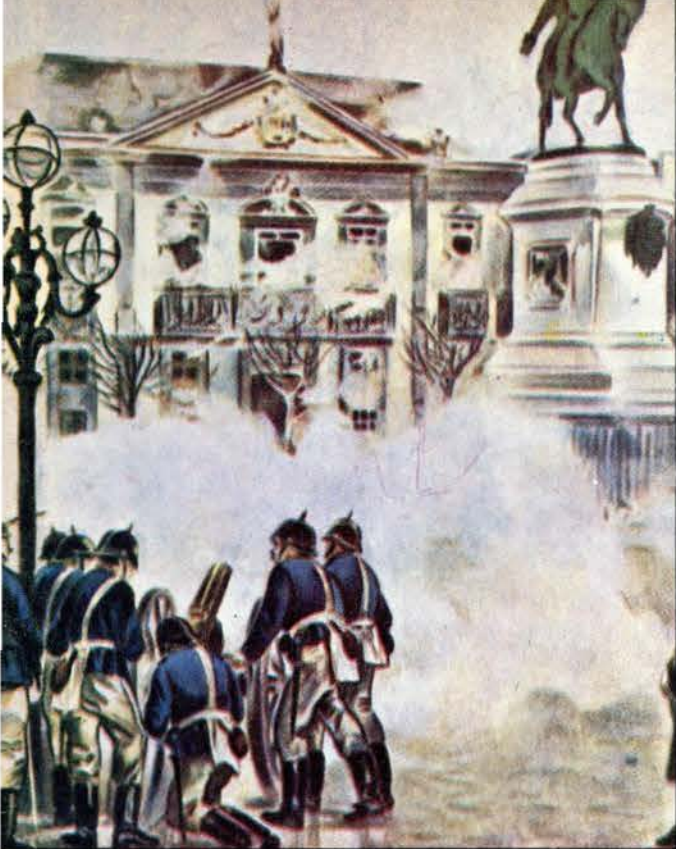
A ideia da revolta iminente inflamava os corações que se abriam confiadamente numa palpação fremente e esperançada. As aliciações estendiam-se a todos os meios, especialmente o académico, onde se recrutavam dedicações capazes de todos os sacrifícios e audácias. Um fio, de começo ligeiro, que as violências do Governo tornavam cada vez mais forte, ligou, a partir de Setembro de 1890, os homens que decidiram arriscar a vida e as situações para uma acção redentora, sem a qual o País continuaria mergulhado no opróbrio a que o regime o reduzira. À medida que a situação se agravava e se fazia a prova da incapacidade da monarquia para resolver a crise do ultimato, a proclamação da República tornava-se um imperativo da consciência nacional sobressaltada, a qual exigia uma satisfação viva e imediata.

O Partido Republicano foi então colocado perante graves responsabilidades e a necessidade de tomar resoluções que influiriam na marcha dos acontecimentos. Ao sobressalto do ultimato somava-se o exemplo contagiante da proclamação recente do regime republicano no Brasil para apressar essas decisões. A atitude dos seus dirigentes foi, nessa emergência, influenciada por factores contraditórios e inesperados. Embora, com a grande massa dos partidários, acalantassem os mesmos ideais e estivessem animados pelas mesmas intenções, havia entre eles divergências de critério sobre a maneira de realizar os primeiros e pôr em execução as segundas numa hora decisiva para os destinos do País.

Em 1891 o mesmo anseio de redenção e de originalidade







# A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO vista pelos que a fizeram e viveram

**N**A capital, e não se registaram acontecimentos fora dela, o movimento revolucionário que implantou a República iniciou-se à 1 hora da madrugada de 4 de Outubro e terminou por volta das 9 da manhã de 5, 33 horas de luta, segundo Machado dos Santos, cujos episódios nos dois campos procuraremos descrever, relacionando-os e articulando-os para lhes dar a sequência que, no momento da acção, se tornou impossível.

“O sinal marcado de 31 tiros (a dar do mar), escreveu Machado dos Santos, era tão ruidoso quanto impraticável. Os navios limitaram-se a dar 3 tiros e Artilharia I poucos mais deu. Trinta e um cartuchos de salva não é coisa que possa esconder-se no canto de um navio. Levam tempo a tirar dos paíóis e os marinheiros revoltados, a bordo, têm mais que fazer do que entreterem-se a dar salvas imperiais. Como Cândido dos Reis havia primeiro combinado não haver sinal algum, a ordem que dei para os navios foi para a revolta geral ser à 1 hora da madrugada. A bordo do “S. Rafael” foram dados 3 tiros porque o marinheiro José Malta fizera essa combinação com os soldados de terra. No “Adamastor” o oficial que assumiu o seu comando, tenente Cabeçadas, não ordenou a salva de 31 tiros por ignorar esse disparate. O dever dos oficiais que se encontravam no Cais do Gás com o almirante era seguirem para bordo à hora a que neles se deu a sublevação em vez de o abandonarem. Senhores de um único navio, apoderar-se-iam com facilidade de todos, sem o auxílio dos civis que esperavam em vão. Aos marinheiros não faltavam coragem e dedicação. Só os cegos não viam isso.” (Machado dos Santos, “A Revolução Portuguesa”.)

Enquanto uma parte dos elementos revolucionários, à hora marcada, se movimentou, alguns ficaram a aguardar os sinais de terra e do Tejo, que não foram o que lhes haviam dito, e outros deixaram-se dominar pelo desespero ao suporem, na ignorância do que se passava, que tudo estava perdido. Esta discrepância somou-se aos factores contrários que registamos e, no primeiro momento, causaram profunda desorientação no campo da revolução. Não havia, à 1 da madrugada de 4 de Outubro, quem coordenasse e dirigisse o movimento e o seu fulcro militar — a adesão das unidades da Graça — falhara perante as dificuldades resultantes da prevenção. Entretanto, a revolução começou, pontualmente, nos Regimentos de Infantaria 16 e Artilharia I, no Quartel dos Marinheiros e a bordo de alguns navios.

O assalto ao Regimento de Infantaria 16 fora confiado a Machado dos Santos e ao grupo de civis de Santa Isabel. Era o lance mais arriscado na fase inicial da revolução. A descrição que dele deixou o seu protagonista oferece um interesse capital. Os civis saíram do Centro de Santa Isabel, onde esperaram a sua chegada, e dali seguiram, a desempenhar-se da perigosa missão de que estavam incumbidos.

## OUTRAS UNIDADES MILITARES ADEREM AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

À hora exacta em que se deu a insurreição em Infantaria 16, em Campo de Ourique, o mesmo aconteceu no Quartel de Artilharia I, em Campolide, unidade onde os revolucionários dispunham de valiosos elementos entre sargentos, cabos e soldados, além de alguns oficiais republicanos, implicados na preparação do movimento, como o capitão Pala, e outros cujas convicções eram desconhecidas, como o alferes Camacho Brandão. A revolta em Artilharia I deve considerar-se dividida em duas partes. Na primeira, os revolucionários da unidade procuraram, com o auxílio dos civis, arrastá-la para a rua. Na segunda, acorreram em seu auxílio os revoltosos vindos de Infantaria 16, com Machado dos Santos à frente, e outros que fora do quartel, como o capitão Sá Cardoso, esperavam que o regimento se revoltasse para assumir o seu comando.

## A ACÇÃO DOS MARINHEIROS

A acção das forças de Marinha, a bordo dos navios que se encontravam no Tejo, foi decisiva para o êxito da

revolução. As tripulações de dois deles, os cruzadores “Adamastor” e “S. Rafael”, revoltaram-se à hora marcada, cerca da 1 da manhã de 4 de Outubro, e o conhecimento do que neles se passou animou extraordinariamente os revolucionários, que, na Rotunda e no Quartel de Marinheiros, em Alcântara, organizaram redutos seguros, fortemente defendidos para resistirem a qualquer ataque. Naqueles navios, os marinheiros tomaram a iniciativa de se revoltarem, de acordo com as instruções que receberam na véspera, transmitidas por Machado dos Santos a um delegado das guarnições. O comando do “Adamastor” foi assumido por um oficial valente e corajoso, o tenente Mendes Cabeçadas, que logo adoptou as providências aconselhadas para que o navio desempenhasse, na acção, o papel destacado que lhe destinaram. No “S. Rafael” os sargentos e praças assumiram o encargo de o dirigir enquanto não chegou o oficial, o tenente Tito de Moraes, que valentemente colaborara na defesa do quartel, escolhido para o comandar. No primeiro, além do tenente Cabeçadas, havia apenas um oficial, o seu colega Saldanha, que foi preso e desembarcado. No segundo, a oficialidade foi aprisionada, após curta resistência, e transportada para outro local onde não prejudicasse os republicanos.

No cruzador “D. Carlos”, onde havia magníficos elementos aliciados, que há muito pediam para se apressar a data do movimento, estes, descoroçoados com a notícia de um possível adiamento que lhes dera o almirante Cândido dos Reis, no dia 1, e convencidos de que o navio ia para o estrangeiro (Inglaterra), ausentaram-se de Lisboa. O resto da guarnição, porém, estava de alma e coração com a revolução e disso deu exuberantes provas nas horas inquietas em que nele ainda flutuou a bandeira azul e branca até à tarde de 4 de Outubro, altura em que o “D. Carlos” foi tomado pelos revolucionários numa decisiva abordagem.

## A DECISÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS E A INCAPACIDADE DA MONARQUIA

Na manhã de 4, a situação dos revolucionários, apesar de crítica, pelos motivos inesperados que expusemos, tendia a melhorar enquanto os adversários se conservavam numa passividade suicida, com os chefes debatendo-se numa confusão e uma impotência indescritíveis, com o rei em fuga e o Governo imobilizado, preparando-se para atribuírem uns aos outros a derrota que alguns anteviam como certa.

Dois factos assinalaram, durante o dia 4, a decisão dos revolucionários e a incapacidade da monarquia para se defender: o bombardeamento do Palácio das Necessidades pela Marinha revoltada e o ataque, malgrado, das forças monárquicas contra o acampamento da Rotunda.

Ambos tiveram consequências decisivas na marcha dos acontecimentos, especialmente o segundo, que significou o fim da crença que ainda alimentavam no Quartel-General sobre a possibilidade de dominar o movimento por uma intervenção rápida e enérgica. Os efeitos do primeiro foram principalmente de ordem psicológica, pois dele resultou a fuga do rei, que, ao ser conhecida, acentuou o desânimo que lavrava fundamentalmente entre os seus partidários.

Foram marcadas para a mesma hora (aproximadamente às 11 da manhã) as duas acções — o bombardeamento do Paço, do lado republicano, o ataque ao

impulsionou os revolucionários generosos e românticos que, na manhã de 31 de Janeiro, se sublevaram para derrubar a monarquia num lance em que esta se identificara com a afronta estrangeira, sem organizar contra ela qualquer resistência viril e coerente. Os seus autores, antes de redimirem a pátria, prestaram homenagem à cidade heróica que secundara as suas aspirações. Esse erro militar foi pago pelo preço do seu sacrifício e teve a compensação que o tempo e a justiça dos homens lhe conferiram. O valor simbólico da revolta e as suas repercussões, morais, sentimentais e políticas, sobreviveram à episódica derrota que, circunstâncias hoje completamente esclarecidas, provocaram. Nunca mais foi possível diminuí-lo.



“História da República” — Edição Comemorativa do Cinquentenário da República — Editorial O Seculo )



Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça, os autores, respectivamente, da música e da letra de “A Portuguesa”, hino composto e divulgado imediatamente após o Ultimatum Inglês e, depois, em 1910, com a implantação da República, tornado hino nacional





acampamento da Rotunda, do lado monárquico. (...) Vejamos como a primeira foi concebida e posta em prática, segundo o relato de Rocha Martins: "Ladislau Parreira compenetrara-se da necessidade de dar um golpe decisivo desde que, em roda do Paço, estavam forças fiéis à monarquia as quais faziam fogo para o Quartel de Marinheiros. Arvorou, na parada deste, o sinal vermelho de guerra e decidiu-se ao ataque. Fizeram-se sinais para o "Adamastor", ordenou-se a Tito de Moraes (no "S. Rafael") que desembarcasse para o bombardeamento do palácio real. Parreira traçou a ordem formal a lápis, decisivamente: "Adamastor" tome posição conveniente e bombardeie imediatamente Palácio das Necessidades. Nós ficamos aguardando a chegada das forças revolucionárias que estão a este e mantemos reduto quartel.

Eis como, segundo o relato de Bourbon e Meneses, se fez o bombardeamento do Palácio das Necessidades: "Por volta das 11 da manhã o "Adamastor" e o "S. Rafael" levantaram ferro e fundearam em frente de Alcântara. Não tardou a saber-se, por forma positiva, porque haviam abandonado o fundeadouro. O bombardeamento do Palácio das Necessidades começou logo, disparando os dois navios nada menos de quarenta granadas, uma das quais despedaçou a cornija da capela, outra penetrou no próprio aposento particular de D. Manuel, cessando o fogo dos cruzadores só quando um dos tiros fez cair o pavilhão real, por ter partido a adriça em que ele estava hasteado." "Os estragos do bombardeamento, prossegue o relato, não foram grandes, enorme foi o efeito moral que produziu. Antes ainda de os navios terem rompido fogo, o terror varrer o palácio fazendo fugir todos os criados à excepção de quatro que, juntamente com poucos dignitários, constituíam a reduzida "entourage" do monarca nessa hora de perigo. Cedendo facilmente ao rogo dos que o aconselhavam a abandonar o primeiro andar das Necessidades, retirou-se D. Manuel para a tapada refugiando-se no pavilhão onde D. Carlos instalara o seu "atelier" de pintura. O Governo pediu ao rei que se retirasse para Sintra e de lá, conforme o curso dos acontecimentos, para Mafra.

## A ACÇÃO DE MACHADO DOS SANTOS NA ROTUNDA

Na Rotunda, Machado dos Santos, durante a noite de 4 para 5, resolveu tomar a iniciativa, para pôr termo à desordenada resistência das forças fiéis à monarquia. Enviou emissários, simultaneamente, ao tenente Valdês, que se encontrava no Rossio, e ao tenente da Armada, Ladislau Parreira, que comandava as forças da Marinha revoltadas. Estas abandonaram o Quartel de Alcântara, concentrando-se nos navios para, no momento oportuno, desembarcarem em força.

"Às 3 da manhã do dia 5, conta Jorge de Abreu, Paiva Couceiro foi chamado ao Quartel General onde recebeu ordens para atacar o acampamento da Rotunda. Colocou duas peças na praça dos Restauradores e com as restantes seguiu para o Torel. Enquanto isso se fazia, Pinto de Lima, Inocêncio Camacho e Simões Raposo foram a bordo do "S. Rafael" comunicar ao tenente Parreira que Machado dos Santos insistia pelo imediato desembarque dos marinheiros.

Machado dos Santos presentiu o desfecho. Não deixou ao inimigo tempo para se refazer. A sua artilharia não lhe dava tréguas. O troar dos canhões revolucionários era para a população o indício da vitória. Restava varrer os destroços da Divisão, dispersos e desmoralizados, e liquidar a ameaça da Guarda Municipal. Disso se encarregou o comandante da Rotunda que recorda o que nessa altura se passou. "Às 6 da manhã, em ponto, de acordo com o que havia combinado — conta Machado dos Santos — mandei romper fogo contra as forças do Rossio. A bateria de Queluz, do comando de Couceiro, respondeu (foi a última tentativa daquele oficial feita do Torel), sendo obrigada a retirar-se pelos canhões da Rotunda. Conferenciei com Pires Pereira (tenente de Caçadores que se juntara aos revoltosos), a quem disse que, apesar dos sucessos do dia e da noite anteriores, ia recomençar o fogo para desalojar a artilharia inimiga do Torel e a que se encontrava na Praça dos Restauradores. Assim se fez e as nossas baterias fizeram calar o inimigo. Firmino Rego, Matias dos Santos e Tereno (sargentos do Regimento de Artilharia 1) mais

uma vez se evidenciaram pela sua coragem e sangue-frio sustentando com as peças instaladas Alto da Feira esse renhido combate." (Machado dos Santos, "A Revolução Portuguesa").

Caladas as peças de Couceiro, da Rotunda iniciou-se o bombardeamento do Quartel do Carmo.

## A RENDIÇÃO DO QUARTEL DO CARMO

A rendição que seguiu, a do Quartel do Carmo, sede do comando da Guarda Municipal, símbolo da hostilidade à revolução, segundo Rocha Martins, desenrolou-se assim: "O Quartel do Carmo, que se julgava sempre um inexpugnável baluarte da monarquia, também se rendeu. A capitulação foi singular da parte do seu comandante. Aquele homem, elevado a tão rendoso cargo, pensara só em si na ocasião da batalha. Continuavam a cair balas no terraço do Carmo e ele via o povo voltado para lá, apontando e dando vivas. Ante aquele espectáculo, que não deixava dúvidas, fez-se pálido. O seu medo dos revolucionários acentuava-se. Ouviu o rumor das aclamações no Rossio e deparou-se-lhe um soldado acenando entre as janelas com um lenço branco. Mandou-o guardar mas como algumas balas viessem ainda cair rente à varanda onde se encontrava Malaquias de Lemos gritou-lhe apavorado: — Ó homem, desdobra o lenço. — E como julgava pouco, acrescentou: — Tragam um lençol, tragam uma coberta!... — Trouxeram o lençol. Tomou-o nas suas mãos. Não deixou a ninguém o encargo de o arvorar. Como o chamassem da companhia aquartelada na Estrela correu ao telefone para responder a um sargento que falava em resistir: — Entreguem-se... Resistir o quê? Entreguem-se já disse. — E virando-se para um oficial, acrescentou: — Ora vejam a que estado de indisciplina chegou este Exército!

## A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA

A notícia da proclamação da República foi assim dada pelo "Seculo", em edição especial que apareceu às primeiras horas do dia 5: "Às 8 e 30 da



manhã passava pela Rua do Ouro, em triunfo, a Artilharia delirantemente ovacionada pelo povo. As ruas acham-se repletas de gente que se abraça. O júbilo é indescritível. No Castelo de S. Jorge, que ainda tinha a bandeira azul e branca, foi içada a bandeira republicana. O povo dirigiu-se para a Câmara Municipal aos vivas à República içando ali também a bandeira republicana. O povo, em massa, dirigiu-se aos Quartéis dos Paulistas, Carmo e Estrela (da Guarda Municipal)

onde foram içadas bandeiras, dando vivas à Pátria e à República, entusiasticamente correspondidos pelos soldados. Os navios estão salvando a bandeira republicana. O "S. Paulo" (courageado brasileiro) salvou igualmente."

"Vê-se muita gente no Castelo de S. Jorge — prosseguia a notícia — acenando com os lenços para o povo que anda na Baixa. Os membros do directório foram às 8 e 40 à Câmara Municipal onde proclamaram a Repú-

blica no meio das aclamações entusiásticas do povo. O governo provisório ficou assim constituído: Presidente, Teófilo Braga; Interior, António José de Almeida; Justiça, Afonso Costa; Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado; Guerra, coronel Correia Barreto; Marinha, capitão-de-mar-guerra Azevedo Gomes; Fomento, António Luis Gomes. Governador Civil de Lisboa, Eusébio Leão. Em todos os edifícios públicos estão tremulando bandeiras republicanas.

(Extraído de "História da República"

— Edição Comemorativa do Cinquentenário da República

— Editorial Século)

## DEPOIMENTOS

### A. H. DE OLIVEIRA MARQUES

#### A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS CONTRA A DITADURA DE SALAZAR

Procurado por nós pouco antes de partir para o estrangeiro, o Professor Oliveira Marques remeteu-nos para o que escreveu em passagens do seu livro "O General Sousa Dias e as Revoltas Contra a Ditadura 1926-1931", editado por "Publicações Dom Quixote" na sua "Colecção Particular", que passamos a transcrever:

Em 28 de Maio de 1926 eclodiu em Braga um movimento militar, chefiado pelo general Gomes da Costa, a que rapidamente foram aderindo as muitas unidades dispersas pelo País. O movimento, que se dirigia contra a marcha da política e contra a alegada incapacidade do governo democrático de António Maria da Silva, triunfou plenamente no dia 31, depois de se ter demitido o Ministério, de se ter encerrado o Parlamento e de haver renunciado ao cargo o presidente da República, Bernardino Machado. As suas raízes e propósitos ocultos eram, todavia, muito mais fundos e complexos.

#### O MOVIMENTO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1927

A luta contra a Ditadura Militar começou pouco depois de ter sido desvirtuado o objectivo expresso da revolta de 28 de Maio, caindo o poder nas mãos de indivíduos e de grupos considerados reaccionários e anti-republicanos. Dessa luta saiu, em Fevereiro de 1927, o movimento revolucionário do Porto (3 a 7 desse mês) e de Lisboa (7 a 9) que, por não se ter podido sincronizar como estava previsto, resultou em derrota e no fortalecimento da Ditadura. Os seus principais dirigentes foram, no Porto, o general Adalberto de Sousa Dias e o coronel Fernando Freiria e, em Lisboa, o coronel José Mendes dos Reis e o contra-almirante João Manuel de Carvalho.

O rescaldo do movimento consistiu, para além das centenas de mortos e feridos, nos milhares de presos e deportados que marcaram o verdadeiro início de uma era de repressão como não havia memória na história portuguesa.

Os opositores à Ditadura não descansaram. Quer em conjugação de esforços, quer em grupos mais ou menos isolados, iniciaram, logo após a derrota de Fevereiro de 1927, os preparativos de novo movimento revolucionário. O núcleo de exilados em Paris teve, nesses preparativos, um papel preponderante, e o seu fracasso em conseguirem uma unidade efectiva com os combatentes oposicionistas de Portugal constituiu uma das principais razões para o prolongamento da situação ditatorial.

Em 4 de Abril de 1931 revoltaram-se as várias unidades militares da ilha da Madeira, iniciando um movimento constitucionalista e entregando o comando supremo ao general Sousa Dias, que aí se encontrava com residência fixa. A eclosão do movimento foi favorecida pelo ambiente local de revolta contra o regime das farinhas e do pão, que opusera grande parte das classes trabalhadoras aos monopólios vigentes, apoiados pelo governo central.

O movimento propagou-se às ilhas de São Miguel e da Terceira, bem como à colónia da Guiné.

Tal como em Fevereiro de 1927, esperava-se a eclosão da revolta em outras partes do País, especialmente em Lisboa. Como isso não se veio a verificar, foi assaz fácil às forças da Ditadura debelarem, uns após os outros, os vários focos rebeldes. O último a cair, em 2 de Maio, foi o do Funchal, onde se iniciara o movimento.

Assim, durante quase um mês, existiu na Madeira um governo revolucionário, que chegou a tomar providências de carácter legislativo e administrativo de certo interesse.

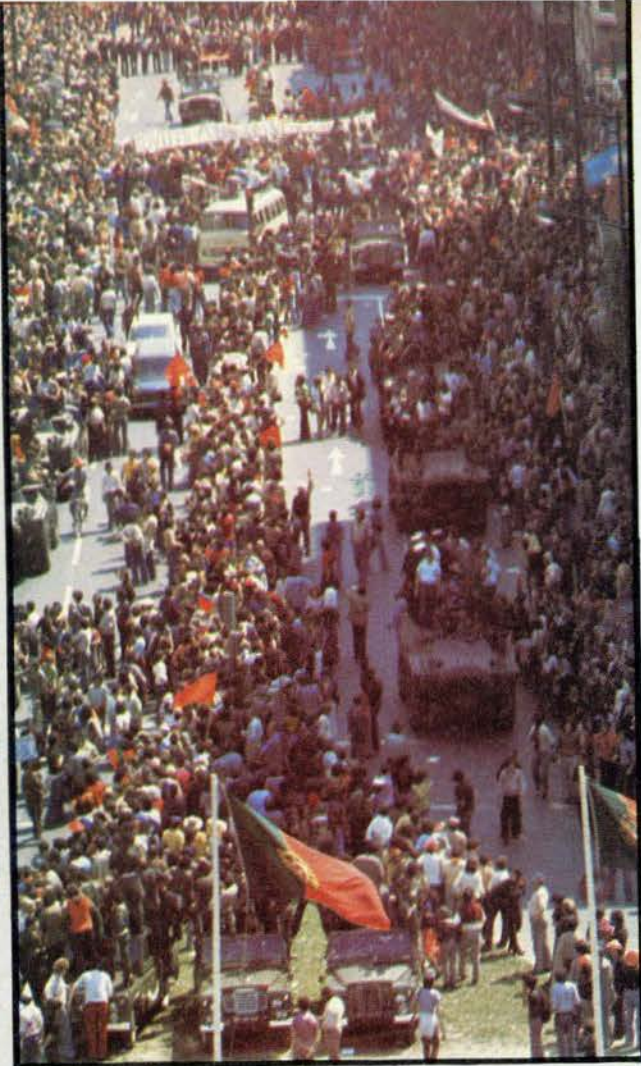
### SIDÓNIO RITO

#### AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Usa-se a expressão "liberdades fundamentais" para melhor significar aquilo que na sociedade liberal se designava por direitos cívicos, dos quais avultavam os direitos políticos.

O progressivo alargamento do conceito, resultante da evolução política e social verificada na sociedade moderna, impõe diversa nomenclatura, por forma a abranger também





o que hoje se designa por direitos económicos, sociais e culturais.

É este o vasto sentido da expressão liberdades fundamentais.

As constituições políticas são os instrumentos em que se definem e garantem essas liberdades.

À parte, porém, uma mancha que é comum a todos os países civilizados, as constituições desses países divergem muito quanto às liberdades fundamentais que consagram, porque essas constituições mais não são do que a expressão da vontade política triunfante num meio e numa época.

A conquista das liberdades para a classe dominante faz-se sempre à custa do sacrifício das liberdades e privilégios da classe dominada.

A "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", votada pela Assembleia Constituinte francesa de 26-8-1789, atesta a liquidação aos privilégios da nobreza e o triunfo das liberdades burguesas, tal como a "Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado", de 4 (17) de Janeiro de 1918, nascida da revolução russa, atesta o fim das liberdades da burguesia e o nascimento impante das liberdades das massas operárias e camponesas.

É entre estes dois pontos extremos que oscila, no nosso tempo, a definição e o reconhecimento das liberdades fundamentais; ou seja, entre o Homem como centro da sociedade, titular das liberdades reconhecidas, e o Povo (proletaria-

do) como destinatário último de todas as liberdades e privilégios.

Várias constituições consagram soluções de compromisso, resultantes da conciliação entre forças políticas antagónicas.

E porque soluções de compromisso, avulta numas o Homem e noutras as Massas Proletárias como pólos da vida política.

A nova Constituição portuguesa é uma dessas soluções intermédias. Serão as forças políticas actuantes que se encarregarão de esclarecer o sentido prático do dever dessa Constituição: se ela virá a manter o seu pendor personalista, se resvalará para um campo totalitário.

## NO MEU PAÍS HÁ UMA PALAVRA PROIBIDA

No meu país há uma palavra proibida.  
Mil vezes a prenderam mil vezes cresceu.  
E pulsa em nós como o pulsar da própria vida  
sabe ao sal deste mar tem a cor deste céu  
no meu país há uma palavra proibida.

No meu país há uma palavra que se diz  
com a mesma ternura da palavra irmã.  
Palavra quente como o sol do meu país  
palavra clara como é cada manhã  
apesar da tristeza lá no meu país.

No meu país há uma palavra que se escreve  
sobre os muros à pressa pela noite dentro.  
Uma palavra assim nenhuma língua a teve  
tão ausência-presença tão feita de vento  
tão impossível de apagá-la onde se escreve.

No meu país há uma palavra onde se guarda  
tudo o que se não teve tudo o que não foi.  
Por ela a humilhação fabrica uma espingarda  
e há um tempo de luta no tempo que dói  
nessa palavra que nos guia que nos guarda.

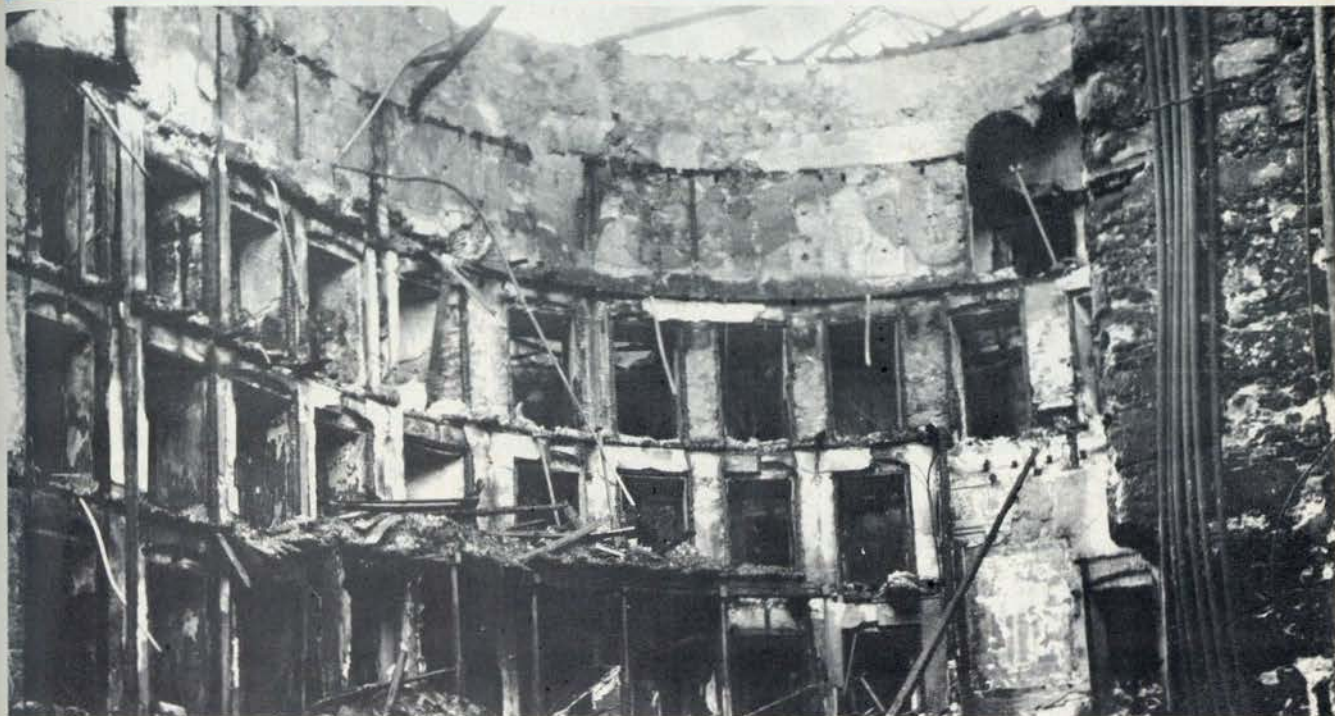
Palavra que murmura nos verdes pinheiros  
o recado que o mar vem escrever nas areias.  
Se já em nós morreram velhos marinheiros  
há uma palavra que semeia em nossas veias  
um país que murmura nos verdes pinheiros.

No meu país em cada homem há uma palavra  
que rasga as trevas e as prisões: palavra chave  
capaz de transformar em asa a mão que lava.  
E é inútil prenderem-na que é luz e ave  
no meu país em cada homem essa palavra.

Palavra feita de montanhas praias vento.  
De verde pinho e mar azul. De sol. De sal.  
Não vale a pena proibirem o pensamento:  
há uma palavra clandestina em Portugal  
que se escreve com todas as harpas do vento.

MANUEL ALEGRE  
(O Canto e As Armas)





O interior do teatro, após o incêndio que, há doze anos, o devorou quase completamente

## Teatro D. Maria: doze anos depois O "AGRIÃO" RENASCE DEFEITUOSO

Doze anos depois do incêndio que o destruiu, o Teatro Nacional de D. Maria II (o "agrião", como lhe chamava o povo, por altura da sua inauguração) está finalmente quase pronto. Em lugar dos 30 mil contos previstos, a reconstrução acabou por custar qualquer coisa como 150 mil contos. Mas o "novo" teatro parece não valer o dinheiro.

Na madrugada de 2 de Dezembro de 1964, Lisboa foi alertada pelas sirenes das viaturas dos bombeiros, que corriam a toda a pressa para o centro da cidade.

No Rossio e imediações, centenas de pessoas aglomeravam-se ansiosas, olhando o velho Teatro Nacional D. Maria II, de cujo tecto saíam densos rolos de fumo e labaredas. O presságio, conhecido entre os comediantes, tinha-se cumprido: acabara, essa noite, de representar-se a "Macbeth", de Shakespeare, tragédia do delírio e da traição, cuja carreira, de há séculos, tem sido assinalada por grandes desastres, ocorridos nos locais onde se representa ou com quem a interpreta. As chamas que consumiram o centenário edifício mais uma vez confirmavam a lenda. Pura coincidência, azares do destino? Ninguém ao certo saberá dizer.

Centenas de bombeiros acorreram, milhares de litros de água e espuma foram lança-

dos sobre o velho D. Maria II. O seu arcaboiço, carcomido pelo pó e pelos anos, não resistiu. Milhares de cenários, fatos e adereços de cena, pertencentes à empresa Rey Colaço-Robles Monteiro, foram consumidos. Eram o produto acumulado de quase meio século de actividade e da representação de centenas de obras dramáticas, que, a partir daí, seriam dificilmente reconstruídas. Os clássicos portugueses, de que o Nacional era a casa própria, com isso igualmente sofreram dura perda. Foram milhares de contos de prejuízos para uma empresa privada, embora o património público não tenha sido menos atingido.

Além do edifício em si, do qual ficaram de pé apenas as paredes mestras e o "hall" da entrada do largo D. João da Câmara, foram tragados pelo fogo móveis antigos e numerosas obras de arte que guarneciam as várias dependências. Quase por milagre e

graças à decisão de dezenas de populares, foi salva a biblioteca composta por alguns milhares de peças, programas, documentos e outros livros, do século XVI até aos nossos dias.

Lisboa chorou o seu talvez mais querido teatro, mas, passado o período das grandes emoções, entrou-se no domínio das coisas



Custou qualquer coisa como 150 mil contos a reconstrução do Teatro Nacional, embora o anteprojecto apontasse para os 30 mil, apenas...



mais práticas, decidindo-se reconstruir o que o fogo levava.

Salazar ordenou ao seu ministro das Obras Públicas que mandasse elaborar os estudos necessários à nova edificação. Mas, no seu espírito conservador, instalou-se, desde logo, a ideia de que havia de proceder-se a um restauro, a uma cópia do que havia e não a obra inovadora.

A opinião pública, através de vários organismos ou da opinião expressa de artistas dramáticos e plásticos, pronunciou-se a favor da reconstrução sem obediência à traça antiga, embora fosse óbvio que não deveria ser demolida a estrutura do edifício, que ficara de pé e constituía um belo coroamento do Rossio, excelente exemplar arquitectónico do século XIX, que convinha respeitar.

## ANTEPROJECTO SEM CONCRETIZAÇÃO

O Chefe do Governo, amante, como se sabe, de tudo o que respeitasse a tradição histórica, tivera já, anos antes, uma experiência de restauro ou reconstrução de uma sala de espectáculos, que lhe agradara.

Longos anos encerrado, o Teatro Nacional de S. Carlos sofrera, para a sua reabertura, nos anos 40 obras de beneficiação e ampliação, de que se haviam encarregado os arquitectos Rebelo de Andrade (pai e filho), cujo gosto clássico se adaptava às circunstâncias. Quase dois anos após o incêndio, em 1966, era apresentado o anteprojecto de reconstrução, "cujo trabalho se desenvolveu dentro da preocupação de respeitar, tanto quanto possível, a traça primitiva da antiga sala, embora introduzindo nela as alterações indispensáveis para corresponder às modernas exigências funcionais de um teatro da categoria do Nacional. De harmonia com as sugestões feitas por vários departamentos governamentais, iniciaram-se "estudos tendentes a conseguir-se, pelo aproveitamento dos espaços que as novas técnicas permitem, ampliar a lotação da sala, de forma a ficar com capacidade não inferior a mil lugares; de se melhorarem as condições de visibilidade, que, em relação a muitos lugares da antiga sala, eram deficientes; e de se instalar, condignamente, o valioso arquivo-biblioteca".

Infelizmente, agora que estão concluídas as obras, verifica-se que nenhum destes fins assinalados no anteprojecto se concretizou. Veremos como e porquê.

## ARREMEDO NOVECENTISTA

De há anos para cá, os teatros deixaram de ser encarados como simples salas onde se representam dramas, comédias ou farsas. Constituem conjuntos polivalentes e são encarados como núcleos difusores de cultura, de que a arte dramática é o centro, mas apenas uma das partes. O cinema, a música



Eliminado o fosso da orquestra, o D. Maria II fica impossibilitado de apresentar espectáculos musico-dramáticos, da ópera e opereta à revista

o bailado, as artes plásticas, as conferências, as exposições formam um vasto conjunto de actividades comumente conhecidas como tarefas de animação cultural.

Frequentes vezes, quando os teatros se constroem de raiz, são, também, museu e biblioteca, naturalmente especializados nos domínios das artes do espectáculo — textos, cenários, figurinos, mística, iluminação, administração, notação do movimento, entre outros.

Esta forma de equipamento pressupõe a existência de uma actividade e de uma equipa de especialistas, suporte indispensável.

Portanto, a planificação de um moderno teatro obriga, por parte do arquitecto, ao conhecimento profundo destas realidades. Pelo que terá de ser um técnico especializado nesse domínio de actividade.

Ora, nem os arquitectos Rebelo de Andrade possuem a especialização atrás citada nem o ponto de partida que lhe impuseram tinha em vista tal fim. Desta forma, não admira que o D. Maria II, renascido no terceiro quartel do século XX, constitua apenas um arremedo de um teatro do século XIX, conquanto possam ser belas algumas das soluções decorativas encontradas, no estilo que é o seu. Mas o fausto, a riqueza dos materiais, o novo-niquismo falso que ressalta do novo D. Maria II não podem deixar de ser lamentáveis, por não se lhes achar uma centelha, mínima que seja, de originalidade e por o projecto de aproveitamento dos espaços não vir a permitir que o Nacional seja, agora, o centro difusor de cultura que seria desejável.

## DUPLAMENTE NEGATIVO

As primeiras obras, de desaterro dos restos e construção do telhado, começaram em Novembro de 1967, daqui se concluindo que o Nacional, praticamente pronto, levou 9 anos a reconstruir. Em Abril de 1968, esta fase estava acabada e foi possível iniciar as infra-estruturas. O espaço necessário foi roubado ao solo, pelo que foram cavados, sob o Rossio, cerca de 10 metros. Foi encontrado um ribeiro subterrâneo que desagua no Tejo, já conhecido desde 1846, quando da primitiva

va construção, o que levou a que o povo baptizasse o edifício de "agrião". Com 7 pisos e cerca de 40 metros de altura total, entre as bases e o tecto, no novo edifício chegaram a trabalhar, simultaneamente, cerca de 500 homens, entre carpinteiros, pedreiros, pintores, electricistas, moldadores, douradores, soldadores e outros operários — os verdadeiros artífices da obra. Esta é formada, fundamentalmente, por uma forte caixa de betão — um cubo, digamos —, que reveste por dentro as paredes clássicas, pré-existentes, e o fundo, impermeável à água, fazendo do teatro uma espécie de barco. Por isso, quando o passante olha as dezenas de janelas do imóvel está enganado. Elas são falsas, tendo por detrás uma grossa parede de betão. Só pela larga varanda que dá para a praça D. João da Câmara o sol tem acesso, através do enorme salão nobre.

O dimensionamento interno das várias zonas do teatro está carregado de defeitos. Por exemplo, comparando as dimensões relativas palco-sala, verifica-se que a zona cénica resultou uma monstruosidade espacial, embora a largura e o fundo da cena sejam relativamente modestos. Mas, para albergar o gigantesco dispositivo giratório e de elevação — com as correspondentes zonas de apoio — em caves e subpalco, gastaram-se largos metros quadrados que poderiam ser "esticados" para outros locais. A parte destinada aos espectadores, por sua vez, não respeitando as previsões do anteprojecto, ficará com pouco mais de setecentos lugares, longe, pois, dos mil que estavam previstos.

Esta circunstância tem um duplo aspecto negativo: comercial, porque diminui a receita, e artístico-social, porque limita muito o número de espectadores por sessão. O custo por espectáculo e por cabeça sobe, assim, vertiginosamente. Depois, há o aspecto da visibilidade, que continua a ser má a partir de certos lugares, sobretudo nos balcões superiores, que serão, naturalmente, pelo preço, destinados às camadas mais modestas. A discriminação continua...

Ainda no aspecto da relação palco-sala, há outro aspecto a salientar: o da eliminação do fosso da orquestra, sacrificado às exigências do enorme engenho giratório. Diga-se o



que se disser, por esta circunstância, o Teatro Nacional D. Maria II ficará impossibilitado de apresentar espectáculos músico-dramáticos, da ópera e opereta à revista. Esta eliminação nega a polivalência que o conjunto devia possuir. Tão-pouco o cinema poderá ser contemplado neste esquema. Outro aspecto relaciona-se com o dimensionamento de outras zonas. Falou-se em instalar condignamente o arquivo-biblioteca. Tal não aconteceu. A sala que lhe foi destinada é pouco mais que um cubículo, sem quaisquer condições bibliotecárias, enquanto a própria sala de leitura é um "cochicho" onde mal cabem duas mesas com quatro cadeiras cada, num máximo, portanto, para oito leitores. Se o interesse pela consulta de uma biblioteca especializada aumentar, como é desejável, veremos, talvez, bichas ao longo do Rossio, desembocando na porta, onde era antigamente e permanecerá a bilheteira, de acesso também à biblioteca e sala de leitura.

Diga-se ainda, com alguma surpresa, que, contígua a esta zona, se situa o subpalco e o "cérebro electrónico", complicada aparelhagem que regula o movimento do engenho que sobe, desce e rola. E que, a separar as duas zonas, há apenas uma frágil porta de madeira. Se uma explosão ou incêndio ocorrerem, a primeira zona atingida será a biblioteca.

À excepção do gigantesco salão nobre, não haverá qualquer espaço para conferências ou exposições. Só aí talvez seja possível fazer algo. Outra mostruosidade no capítulo dos dimensionamentos diz respeito às oficinas — duas, enormes como fábricas. A do último piso, provavelmente destinada à pintura de cenários, possui o chão em mosaicos; ora, como é que os cenógrafos fixarão o papel no chão para trabalhar? Esta é, aliás, uma das zonas que, por esta razão e pela que mais adiante se aponta, terá de sofrer modificações.

A sala de pintura de cenários está paredes meias com o Teatro Experimental, no último piso. Este, de entrada livre e directa pelo Largo D. João da Câmara — o que é uma vantagem — tem um grave inconveniente: em contacto directo com o tecto do edifício, na sala do pequeno teatro ouve-se distintamente o ensurdecedor ruído da Baixa. Vai ser difícil os actores fazerem-se ouvir! O pequeno espaço comportará cerca de centena e meia de espectadores, que rodeiam o espaço cénico. Qualquer representação "à italiana" será impossível.

Agora uma incógnita: a ultra-sofisticada aparelhagem de palco obrigará à existência de técnicos que, provavelmente, terão de ir especializar-se no estrangeiro; não se sabe, pois, na prática, como resultará o trabalho do engenho.

Acrescentem-se alguns números para completar o capítulo: a reconstrução, no final, custará cerca de 150 mil contos (estavam previstos 30 mil no anteprojecto). Para que o edifício possa funcionar, gastar-se-ão,



Amélia Rey Colaço: mais de meio século no D. Maria

## "O Nacional não voltará a ser o que era"

A multidão comprimia-se nos passeios do Rossio, olhando, ansiosa, as chamas que saíam do velho edifício. Num canto, amarfanhada, amparando-se no braço de amigos, estava uma mulher com o rosto banhado em lágrimas, o olhar perdido, quase alucinado, sempre que novo clarão se desprendia do velho D. Maria II. Amélia Rey Colaço era essa mulher. Imagem viva do sofrimento, não estava em tal estado só por ser uma actriz que via arder o seu local de trabalho. Passara naquelas salas, naquele palco, cinquenta anos de vida, meio século de glórias, durante os quais, com o seu marido e na companhia dos mais notáveis actores portugueses das últimas décadas, nobilitara a vida teatral deste país.

As chamas consumaram os seus fins, as obras começaram, prosseguiram e o velho edifício está reconstruído. Ao longo destes doze anos Amélia tem dito sempre: "O Nacional não voltará a ser o que era. Só pensar em percorrer o novo edifício me arrepiava. Tenho recusado convites para o visitar porque me quero furtar a mais um elo do longo sofrimento que começou nessa noite de tragédia".

A grande comediante completará, em breve, cinquenta e nove anos de carreira.

Foi em 1917, pela mão de mestre Augusto Rosa, que se iniciava a longa caminhada da que tem sabido ser a primeira entre as grandes damas do nosso Teatro.

Descalça sobre o tablado, na sofredora figura de "Marioneta", comoveu até às lágrimas o público daquela época. Centenas de papéis se lhe seguiram e, em cada um, ela foi sempre a primeira no talento e no profissionalismo, numa época em que outras grandes actrizes consigo ombreavam.

As seis décadas passadas não fizeram esmorecer esse fogo sagrado que caracteriza os grandes artistas. Há meses sem trabalhar, voluntariamente afastada da balbúrdia, que, também no mundo da cena, tem sido propícia à confusão e adulteração de valores, à destruição dos mais dotados e à imposição dos medíocres, Amélia Rey Colaço confessar-nos-ia, a propósito desta efeméride:

"Estou num momento de paragem e não sei qual será o meu futuro. Quando se chega à minha idade, cada minuto que passa tem o peso de um século. E quando o meu primeiro amor, que foi o mais violento e persistente de todos, o Teatro, continua a possuir-me, não é sem grande desânimo que sinto passar os dias, sem um aceno de esperança no sentido do aproveitamento das minhas capacidades e da minha experiência. Os tempos mudaram, as exigências são outras, mas julgo merecer, enquanto me sentir em boa forma física e psíquica, a honra maior que pode dar-se a um comediante — morrer no exercício da sua profissão".

Foi no Trindade, há dois anos, que Amélia trabalhou pela última vez, na peça "Adriano VII".

O pequeno papel que lhe coube defender acabou por constituir um dos momentos mais aliciantes do espectáculo. Quando e onde voltará o público a ter oportunidade de admirar o trabalho desta grande actriz? Continuará Amélia a resistir aos insistentes convites que lhe têm sido feitos para que admire o renovado D. Maria II, revivendo, assim, alguns dos momentos mais altos da sua carreira?



só em electricidade, mensalmente, 45 mil escudos. Uma equipa permanente de 100 funcionários será indispensável para que esta máquina gire. Mais de 30 mil contos por ano serão necessários para manter o teatro a funcionar, não estando, provavelmente, incluídas as despesas artísticas, quer dizer o pagamento da companhia (30 comediantes?) e a montagem das peças. Um director administrativo será indispensável para manter esta grande empresa, que não poderá igualmente prescindir de um director artístico.

## CLIMA DE FALSIDADE

A sala do novo Nacional está bonita, independentemente da sua funcionalidade e de alguns pormenores desagradáveis, como os buracos no chão para o ar condicionado. A reconstrução não é fiel e, quanto ao tecto, falho de grande inspiração, tem a vantagem de ficarem livres dois grandes painéis, que talvez um dia um pintor de raça possa preencher com as suas tintas. As quatro figuras da comédia, do drama, da tragédia e da farsa são iguais mas o bonito lustre (em cristal importado da Austria) talvez ajude a disfarçar, com a sua centena de lâmpadas reluzentes. Evitou-se, na sala, o excesso de dourados existente no grande salão e nos corredores. As poltronas são de tom salmão, contrastando bem com o castanho-escuro da alcatifa do chão e com o castanho-dourado do pano de boca e das balaustradas. Nos balcões, trinta "appliques" de três luzes completam a excelente iluminação da sala, auxiliados por outros pequenos focos. Nas paredes, a seda verde-claro, listrada, dos painéis, dão tom de conforto e serenidade.

O salão nobre ficará equipado com uma vintena de confortáveis sofás, de tecido também às listas, nos mesmos tons verde e castanho, cor que é também a das grandes alcatifas que revestem o belo mármore do chão, fazendo par com o bronze-dourado



O salão nobre do D. Maria, ainda em fase de final de decoração

dos varandins e dos lustres. Enfim, um clima de certa sumptuosidade.

É pena que os móveis tenham sido mandados fazer nas Caldas da Rainha. Salvaram-se algumas, poucas, dezenas de peças antigas do mobiliário. Não haveria por aí museu ou palácio que cedesse algum material e evitasse este clima de falsidade que o mobiliário vai ajudar a criar? Não se sabe, ainda, onde serão colocados os bustos de Emília das Neves, obra-prima de Soares dos Reis, e o de Soares dos Reis, patrono e fundador da casa.

Mau grado as instalações exíguas, a biblioteca, que tem cerca de 20 mil volumes, sob a eficiente direcção de José de Matos Sequeira, poderá ser um excelente apoio ao trabalho da gente de teatro, e não só, visto que reunirá mês a mês, o que de melhor se publicar no mundo, no domínio do espectáculo. Alguns doadores têm vindo a enriquecer as colecções, sendo pena que o exemplo não frutifique. A parte de manuscritos seria bem digna disso. Pelo menos essa.

Uma inovação no teatro: há um bom

refeitório para os artistas e o demais pessoal, um circuito interno de TV e 24 camarins bem equipados. O teatro é autónomo no abastecimento de água (um depósito de 30 mil litros), com depósitos situados na oficina de pintura de cenários.

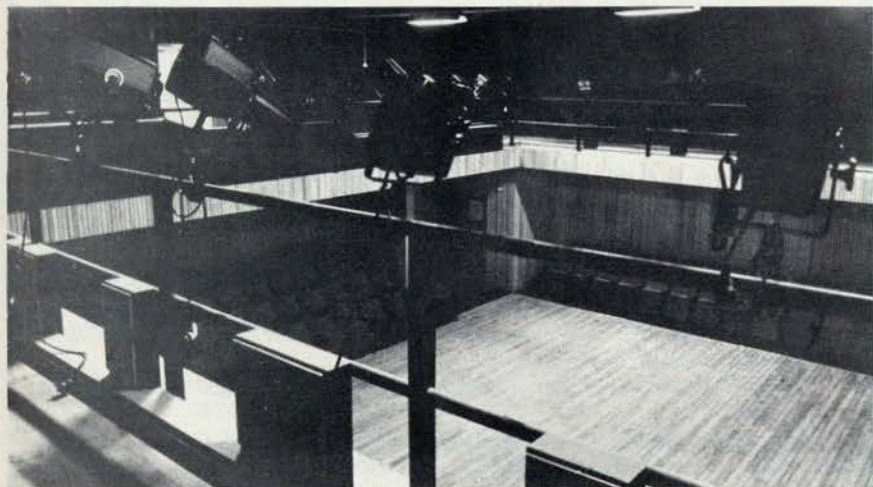
E voltamos ao ponto importante deixado para trás.

## E A INAUGURAÇÃO?

Recentemente, surgiu a ideia da criação de um Museu de Teatro no D. Maria II. Há material mais do que suficiente para isso: o que faz parte do próprio património do Nacional e outro resultante de ofertas. O sr. Levy oferece uma rara colecção de estatuetas gregas e romanas; o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos tem uma centena de quadros a óleo, antigos, que deseja salvaguardar e dignificar; Amélia Rey Colaço, Rogério Paulo, Henrique Santana, Helena Matos, Assis Pacheco, e, certamente, muitos outros, doarão preciosos objectos, incluindo jóias valiosas.

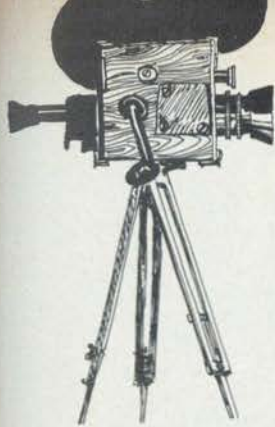
Esse espólio tem de caber no Nacional. Bastará, para tanto, cortar ao meio a sala de pintura de cenários, abrir-lhe uma porta, fazer-lhe um tecto e dispor o restante das peças existentes pelo salão nobre e pelos corredores. O museu do Teatro ficaria, assim, anexo ao Teatro Experimental e com entrada directa pela rua. Isto ajudaria a transformar o D. Maria II em autêntico Palácio da Cultura, que gostaríamos que fosse.

Quanto à inauguração, qualquer hipótese é ainda prematura. Em Junho, a direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais deve entregar o edifício ao Ministério da Comunicação Social, onde se integra a Secretaria de Estado da Cultura. Mas daí até pôr esta complexa máquina a funcionar ainda vai muito.



É assim, para cerca de centena e meia de espectadores, o Teatro Experimental que funcionará no Nacional





## cinema

# Operação Cannes

## MIL CONTOS PARA PROMOVER O CINEMA PORTUGUÊS

De 13 a 28 de Maio, no Festival de Cannes, o cinema português vai tentar a sua sorte além-fronteiras. Ao contrário do que sucedeu nos anos anteriores, a nossa representação no maior festival europeu foi preparada com tempo... e dinheiro: mil contos — o que é muito pouco, ao lado do que gastam outros países, mas parece uma fortuna, em comparação com os magríssimos recursos do cinema nacional.

“Os Demónios de Alcácer Quibir”, o último filme de José Fonseca e Costa, ainda inédito em Portugal, ao representar a nossa cinematografia em Cannes, este ano, arcará com uma dupla responsabilidade. Ao ser exibido num dos mais internacionais certames do mundo, deverá impor, apenas por si, uma intrínseca qualidade cinematográfica e abrir portas de mercado até hoje hermeticamente cerradas aos filmes portugueses.

A película de Fonseca e Costa insere-se na Quinzena dos Realizadores, cuja importância é equivalente ao Grande Prémio e, talvez, ainda mais selectiva.

Outros filmes originais portugueses, porém, integram a nossa embaixada a Cannes, embora a título meramente de mostragem, destinando-se ao Mercado do Filme, que decorre paralelamente ao Festival. “Cântico Final”, de Manuel Guimarães, “O Princípio da Sabedoria”, de António de Macedo, “As Máscaras”, de Noémia Delgado, e “Trás-os-Montes”, de António Reis, são alguns desses filmes.

António de Macedo, elemento do comissariado que organizou a Operação Cannes-76 portuguesa, revelou-nos que, exceptuando “Os Demónios de Alcácer Quibir” (escolhido por um júri francês), todos os restantes filmes não foram sujeitos a qualquer espécie de exame, antes apurados pelo simples facto de estarem concluídos. Mais tarde, outras películas se juntarão a estas, para os festivais de Berlim, Karlovy-Vary, Veneza e Paris.

O mesmo membro da organização recordou-nos, ainda, com tristeza, que, no tempo do ministro Correia Jesuino, foram aprovados oficialmente cerca de 52 mil contos para a produção de filmes, verba essa acrescida de mais 10 mil contos para fitas anteriormente subsidiadas, ultrapassando-se, assim, os 60 mil contos de investimento num produto que é necessário pôr a circular. Independentemente do aspecto e interesse culturais, há que assumir a realidade dos números. Em termos comezinamente capitalistas, 60 mil contos de produto exigem 15 a 20 por cento da publicidade desse mesmo produto. Se-

não, corre-se o risco de esse produto ficar na gaveta. O que vamos gastar, portanto, com a Operação Cannes é 5 ou 10 vezes inferior à verba que qualquer “business man” despenderia face à necessidade de vender 60 mil contos de mercadoria.

António de Macedo explicou-nos, um pouco agastado, que o nosso orçamento de campanha é avaliado em mil contos, montante irrisório se atendermos a que países de pequenas cinematografias, como, por exemplo, a Suíça, o Canadá, a Bélgica e Israel, investem, exclusivamente em propaganda para este Festival de Cannes, somas de 10 mil contos, em média.

Por ora, o que importa é que “Os Demónios de Alcácer Quibir”, de José Fonseca e Costa, vai desbravar os caminhos do nosso cinema no mundo. Tecnicamente, confiamos nos recursos do autor de “O Recado”. O seu talento apreendeu algo de bom do cinema novo e é dotado de pegar com novidades e motivos da realidade portuguesa, transformando-se numa narrativa com implicações estéticas arrojadas. No entanto, Fonseca e Costa é um cineasta avesso aos grandes efeitos, de urdiduras discretas, à procura do rigor.

Devemos, aprioristicamente, confiar na sua dignidade e aguardar bons resultados, conquanto, obviamente, não espectaculares. Um pouco do temperamento da nossa gente e da nossa vida social transparecem na película. Esperemos que os olhos estrangeiros que vão observá-la tentem entender as nossas grandezas e limitações. **D.G.**



Fonseca e Costa: o realizador que vai “defender” o cinema português em Cannes



## "UM DIA DIFÍCIL"

Verdadeiramente alienante é a rotina dos dias da gente sem história. Para ela, essa gente, em que todos mais ou menos nos inserimos, com mais ou menos sensibilidade, com mais ou menos destaque na sociedade, o sonho é a única evasão possível.

O sonho é sempre o ponto de partida para melhorar a nossa vida, logo, minorar os nefastos efeitos do *ramerrão*, catapultar de assomos a nossa passividade, reactivar a mole crueza dos nossos passos repetidos.

É esta singeleza que, em essência, informa o último filme de René Allio, cineasta praticamente desconhecido das nossas platéias.

Pegando num mero episódio que ocorre no seio de uma modesta família francesa, Allio transfigura-o com uma simplicidade narrativa quase agressiva, mas onde o poético e o trágico discorrem em acções naturais e paralelas, sem preconceitos de espaço ou de tempo. Nenhum compromisso cronológico ou verídico se sente. Nas emoções e na imaginação da pacata e submissa Jeanne (Simone Signoret) centraliza-se um mundo psi-



Simone Signoret e Jacques Debary: interpretações memoráveis em "Um Dia Difícil"

cológico em ebulição de uma vivência interior que só subtilmente se referencia na vida vivida.

Jeanne é bem a mulher-matrona que tenta religar tudo por amor, contrariando pacientemente a rigidez paternalista que oprime a contemplativa harmonia do seu coração. Ela não é juiz dos homens, sabe perdoar e reconciliar mas sofre — e a sua espera preenche-se de anjos e fantasmas. É a mãe e a amante de todas as épocas, de todas as condições sociais. A eterna, a traída, a vitoriosa.

Allio, servindo-se do caso desta Jeanne, extrapola um anedótico conflito pequeno-burguês onde o surreal, o onírico e o folhetim se sucedem num moto-contínuo avesso à lógica.

O discurso do real imediato esfuma-se num cântico de afecto e compreensão, onde as personagens são objecto da intolerância dos seus gestos. Allio, por fim, salvando Jeanne e a sua conformação triunfante, salva

o sonho e os seus difíceis caminhos que conduzem à paz.

"Um Dia Difícil" é um filme que, não trazendo muitas novidades como cinema, afirma-nos um narrador da imagem cheio de frescura e inventiva, com originais temáticas a propor. Allio é um realizador cuja escrita, se podemos remotamente remontar a um Buñuel, se liberta em vocábulos que não são émulos de ninguém. Mas sem esforço, nem artificialismos de construção. Allio é uma natureza que se exprime assim mesmo. Essa a sua maior virtude, além do muito que tem para dizer.

Certamente, uma das películas mais significativas dos últimos anos.

■ DÓRDIO GUIMARÃES

*("Um Dia Difícil", de René Allio, com Simone Signoret, Jacques Debary, Olivier Perrier, Orane Demazis e Gérard Depardieu. Em exibição no Quarteto, em Lisboa.)*

### FICHA

René Allio nasceu em Marselha, em 1924. Concluído o curso de Letras, torna-se pintor e expõe em Paris, de 1957 a 62. Dedicou-se à cenografia teatral, contribuindo decisivamente para a transformação do espaço cénico contemporâneo. O seu labor nesta actividade dado à Comédie Française, à Ópera de Paris, ao Théâtre de La Ville, ao Théâtre Sarah Bernhardt, ao teatro londrino e ao Piccolo Teatro é histórico e cifra-se na montagem de peças de Adamov, Ionesco, Shakespeare, Molière, Tchekov, Peter Weiss, etc.

Após a feitura de um filme de animação, todo desenhado por si sobre as "Almas Mortas" de Gogol, surge, então, em René Allio, o cineasta que doravante se afirmará.

Em 1963 rodou "La Meule" (uma curta metragem, com argumento dele próprio). Dois anos mais tarde, dirigiu a sua primeira longa metragem, "La Vieille Dame Indigne", baseada numa novela de Bertolt Brecht. Depois, sempre com argumentos de sua autoria, rodou "L'Une et L'Autre" (1967), "Pierre et Paul" (1968), "Les Camisards" (1970), e, finalmente, "Rude Journée pour La Reine" ("Um Dia Difícil"), em 1973.

## "INTERVENÇÃO" MONOCÓRDICA?

Está o CIC-Centro de Intervenção Cultural — a levar a efeito, desde o passado dia 1 e a terminar a 9, uma Mostra Internacional de Cinema de Intervenção, que decorre no Pavilhão dos Congressos (antigo Casino) do Estoril.

O programa é bem esclarecedor. Por muito respeitáveis que sejam (e são) os documentos fílmicos de intervenção política, o certo também é que há muitas mais e urgentes coisas a fazer quanto à promoção do cinema como expressão de autêntica arte, neste País. Ou seja, de toda e quanta difusão em profundidade que nunca se fez. De arte ao serviço da política estamos fartos, "vide" os tempos negros de que acabamos de sair. Regressar a eles por uma via contrária, não! Basta de manipulações.

A arte é livre, independente. A política, se quiser, pode servi-la com generosidade, mas com medida, conta e peso. Jamais o inverso.

Não é propriamente estranhar a expedita organização desta "Mostra". É lamentar o que não se tem feito pelo cinema de arte neste país (e continua a não se fazer) e prosseguirmos eficaz e passadistamente a relegar (relembrando) a sétima arte para manifestações subsidiárias da sua genuína natureza.

■ DÓRDIO GUIMARÃES



# A TV nas eleições TAMBÉM EU DIGO MAL

**M**OSTRAR despreço pela Televisão é um dos hábitos nacionais. E consagrou-se depressa, mal começaram a disseminar-se pelo País os primeiros receptores, ao tempo (famosos nos últimos anos da década de cinquenta) quase um exclusivo dos salões de gente abastada, ou dos cafés, tabernas, sociedades e clubes recreativos, onde os de menos posses se reuniam para debicar no futebol, na vida deste e daquele ou "debruçar-se sobre o mundo" — do parapeito dessa "janela aberta" dos pequenos "écrans"... (Falar de política não era correntio nem recomendável, e o mais cómodo era cada um deixar-se intoxicar, fosse com o bagacito ou o copo de branco ou tinto, o cafezinho — ou a TV oficial, publicitada em "dépliants" que traziam inscritas as promessas sugestivas de permitir a "devassa do mundo", o espectáculo faustoso dos grandes centros cosmopolitas, a troca de uma taxa que correspondia "ao preço de um jornal diário" — e que era, na altura, de dez tostões!)

Mas fosse como fosse, a rezinga nacional não demorou a tomar de ponta a televisão, passados que foram os primeiros dias de deslumbramento. E a explicação do fenómeno não tinha, e continua a não ter, transcendência nenhuma, por mais que os sociólogos se esforcem por complicá-la, e que os intelectuais se esfalem em disfarçar o seu aristocratismos, quando não resistem ao público e desdenhoso bocejo perante uma tão democrática forma ou meio de comunicação social.

Dizer mal, é um jeito nosso; caricaturar, faz parte do nosso estilo. Tal e qual como afligimo-nos ou sentimo-nos incomodados (ou frustrados?) com o êxito, a popularidade que os outros alcançam. Se o povinho gosta da Amália, se diverte com o António Silva ou o Vasco Santana (os de boa memória), aprecia o Marceneiro, delira com o Eusébio, se empolga com o Agostinho (Joaquim), passa a ser "chic" considerá-los banais e contrapor-lhes as nossas preferências pelo Brassens, o Tati, o Ferré, o Bekenbauer e o Merckx...

Para encurtar razões, a TV tem sido, entre nós, por motivos de pedantice ou de política, de inveja ou de "há, mas estão verdes", como aqueles moios de centejo em que é sempre lícito e bem aceite desferrar cacetada. Que o digam aqueles intelectuais muti-nacionais que fizeram da pobre e mal tratada a muleta das suas caminhadas na senda da glória, da fama e do proveito. Obscuros cidadãos que viviam orgulhados no desempenho de obscuras e

chatíssimas tarefas (como ensinar a desenhar o cursivinho, a letra inglesa ou os caracteres à francesa com que se enfeitam os livros de escrituração comercial), emergiam para a celebridade só porque se mostraram exímios no porrete com que se podia, era lícito e bem visto, zurrir a televisão — os programas, as pessoas, as ideias... quando as ideias veiculadas, as pessoas vejetizadas e os programas impingidos eram de sinal contrário aos interesses de que o porreteiro se fizera agente.

**V**EM o longo exórdio para que o signatário, antes de meter as mãos na massa da maledicência, se explique quanto aos intentos que o animam, e que não são os de dizer mal só porque "parece bem", ou de transigir com aplausos quando, parecendo-lhe bem, fique a ser mal considerado por não patear...

Mas é o caso que nesta crónica de estreia, e confessando de antemão que se sente capaz de ser isento porque não aspira a ser coisa nenhuma, nem mesmo figurante, no Lumiar, nem candidato a deputado por qualquer partido, nem famoso, nem sequer discutido (passo primeiro para o "podium"...), se sente na obrigação de atribuir fraca nota à RTP pelo conjunto do "Especial Eleições" que, entre domingo e segunda-feira, luziu nos mini-"écrans" a informação claudicou, e o que devia ter sido o esclarecimento, a elucidação, o comentário, padeceu de tantos defeitos que até fez pena assistir a um tal esbanjamento de possibilidades em mãos que não revelaram, nunca, aptidão ou simples profissionalismo para as afeições aos objectivos que deviam servir. E se foi assim de um mero ponto de vista técnico (de técnica televisiva e de técnica informativa), mais haveria a apontar quanto a deslizes de outro tipo — aqueles que põem de fora o rabo do gato que se desejaria manter escondido...

Efectivamente, um serviço oficial (ou oficioso, se quiserem) como é, entre nós, a TV, não pode dar-se ao luxo da parcialidade, da sujeição a golpes habilidosos que pretendem colocá-la na subordinação a interesses de uma pessoa, de um grupo, de um partido, seja ele qual for. E uma disputa eleitoral, devendo ser uma coisa séria, envolve os milhões de pessoas contempladas nos cadernos de recenseamento e mais os outros milhões a elas ligados, repercute no presente e no futuro do País e, também, naqueles que nos observam, legitimamente interessados no modo como nos comportamos. A isenção tem, por isso,

que ser uma regra da RTP, em si própria, e a primeira das obrigações deontológicas daqueles que a servem

**A**BUSAR da função e da confiança, para fazer flores, na intenção de ir colher os frutos "lá fora" (seja na tertúlia ou no partido), é uma desonestidade, uma enormíssima falta de respeito por si próprio e pelos demais, é não merecer o dinheiro que ganha, é trair. E a traição é a mais feia coisa do mundo...

Pensamos no cripto-Middões ("Lá vamos, cantando e rindo..."), na suficiência e na falta de fotogenia de D. Helena Vaz da Silva (pretensa "reinventora do quotidiano"); mas também, e sem os confundir com as malevolências daqueles dois, podemos lembrar-nos da incómoda familiaridade de Cerqueira e de Branco, da falta de compenetração de Valsinhas (chamam-lhe assim, lá no Norte), da irritante pretensão de José Gabriel Viegas querer decidir, por nós, e para mais com o consumo de milhares de palavras desnecessárias, do que era e não era "significativo", responsável que foi por uma informação sempre atardada e, relativamente à Rádio, sempre requeitada.

Evocamos a falta de ritmo geral, as deambulações de estúdio para estúdio no deslumbramento da fartura; os "espaços mortos", as entrevistas arrastadas, a completa ausência do comentário que ajudasse a interpretar e a situar as questões que a evolução dos resultados iam levantando, e a tentativa disfarçada ou às vezes descarada para violentar as evidências, para manipular factos — sem proveito para ninguém, porque o que é, é, e vem sempre ao de cima por mais que queiram desvirtuá-lo.

Do "mundo febril" em que se terá transformado a Gulbenkian, naquela vigília eleitoral, nem pitada! Da vida que lá se viveu, o lado humano, a complexa máquina — nem um cheirinho...

Do que se passou no Porto, nem vale a pena falar. Basta-nos Lisboa. E, daqui, coisas tão pitorescas como uma fala do Du-rão, que depois de se referir à "primeira conferência", de dados, nos explicou, muito didáctico, que — "como podem verificar, há, aqui, uma verificação, o que permite ao Ministério da Justiça verificar o que o outro computador verificou, verificando os resultados"... (19 e 20 de domingo).

E por aqui me fico. Já basta de cedências ao hábito de dizer mal. ● S. L.



# por uma montanha de razões...



LINTAS FT-01-75

## ...Fiat 128

*Não precisámos alterar a técnica superior dum carro detentor de 7 troféus «Carro do Ano». No entanto, apesar de difícil, ainda conseguimos melhorar alguns pormenores.*

*Alcatifas, novas cores, bancos com novos revestimentos e de forma mais envolvente e confortável, além de um friso de borracha para melhor protecção exterior, são atributos que agora valorizam ainda mais este modelo.*

*Optar pelo Fiat 128 é agora ainda mais lógico...*

**por uma montanha de razões.**

# FIAT





## "A Tentação Totalitária" REFLEXÃO OBRIGATÓRIA PARA A ESQUERDA

"O mundo actual evolui para o socialismo. O principal obstáculo para o socialismo não é o capitalismo, mas o comunismo. A sociedade socialista futura não pode deixar de ser planetária e só se realizará, portanto, à custa do desaparecimento dos Estados-nações ou, pelo menos, da sua subordinação a uma ordem política mundial." Estas são as linhas mestras de "A Tentação Totalitária" — o livro de Jean-François Revel que está a obrigar a esquerda ocidental a uma profunda reflexão.

Jean-François Revel publicou, em Janeiro passado, um livro-reflexão sobre a posição da esquerda nas democracias ocidentais, face à *dinâmica revolucionária* comunista, a que, sugestivamente, chamou *A Tentação Totalitária (1)*.

Deste título desde logo se induz um tipo de explicação psicanalítica, já que a "tentação do totalitário" pressupõe os ingredientes de um sado-masochismo colectivo ou, como o próprio autor afirma, "não é preciso haver lido Freud (La Fontaine sobre este ponto chega) para se compreender que se trata, no caso, da parte dos europeus, de um colossal *transfert de culpabilité*."

Este complexo, engendrado no seio dos países ocidentais, teria como uma das causas próximas a subconsciente convicção de que os erros e contradições do sistema capitalista, e conscientemente atribuídos aos americanos, eram também intrinsecamente os seus. Assim, a luta travada no Vietname pelos americanos constituiu, na verdade, a continuação da que fora empreendida pelos franceses, assim o pecado das multinacionais, comumente atribuído à iniciativa *yankee*, era, na prática, igualmente exercido pela Europa, de onde, sem falar já da toda-poderosa e omnipresente banca suíça, se expandem colossos como a Ciba, a Nestlé, a Philips, a Michelin, a Fiat, a Erikson, a Bayer, etc.

Portanto, os complexos de culpa europeus, projectados nos Estados Unidos e avolumados ainda pelos próprios fracassos económicos que, assim, fariam depender a Europa da nação americana, levariam a primeira a voltar-se inconsciente e decididamente para uma expiação absoluta do seu complexo, na autotrituração de uma bota totalitária e redentora, neste caso a comunista, a soviética.

Encontramo-nos nós, portugueses, particularmente aptos a avaliar como, quando a roda do leme político gira vertiginosamente à esquerda, se torna difícil resistir à coacção psicológica que essa *dinâmica revolucionária*, devidamente aplicada sobre a paralisação do medo, da culpa, — e da intolerância gerada por eles —, dá e deu lugar aos mais desbragados abusos na forma de saneamentos, prisões, humilhações, despedimentos, separações, divórcios e cortes de relações, que foram, na incubação e formação do aneurisma gonçalvista-comunista, a infeliz moeda corrente de homens e de mulheres a quem ainda a *véspera* haveria credenciado de bom senso, honestidade, generosidade, simpatia. Qual o *morbus*, pois, que faria o entontecimento de toda uma sociedade caída de súbito na histeria do ódio e das suas perseguições, da crueldade e da sua patogenia, da raiva e das suas sequelas desagregadoras?



## OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto.

Título	Autor	Editor	Preço
1. Moçambique Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2. Crónicas e Cartas de Manuel de Portugal	Manuel de Portugal	Intervenção	140\$00
3. 26 anos na União Soviética	Francisco Ferreira (Chico da CUF)	Afrodite	140\$00
4. Os discursos de Vasco Gonçalves	Vasco Gonçalves	Centro Difusor do Livro	120\$00
5. Princípios e Fundamentos da Filosofia	Politzer	Centro do Livro Brasileiro	140\$00
6. Fundamentos da Economia Política	Nikitin	Centro do Livro Brasileiro	150\$00
7. Cinco anos de Injustiça Revolucionária	Proença de Carvalho	O autor	100\$00
8. Revolução Sexual	Wilhelm Reich	Centro do Livro Brasileiro	120\$00
9. O equívoco do 25 de Abril	Sanches Osório	Intervenção	150\$00
10. Zé-Povinho	José Augusto França	Bertrand	150\$00



## OS RESPEITOS HUMANOS

Esta capacidade para indeferir o que é justo do injusto, o certo do errado, para declinar a responsabilidade de dizer não ou sim, obedecendo à própria consciência sem intervenção do medo — o medo institucionalizado nessa devassidão colectiva, nessa violação moral da consciência, que é a máscara gafosa do *voto de braço no ar* —, é exemplarmente apontada por Revel ao atacar de frente o problema dos fascismos, dos totalitarismos, dos estalinismos, dos comunismos.

A tese de fundo do autor repousa no arco, que sustém toda a obra, de que o *estalinismo é a essência do comunismo*. Demonstra historicamente ao relembrar, no a-propósito da *ditadura do proletariado*, os casos flagrantes das “renúncias” a tal sistema de Gottwald, na Checoslováquia, de Rakosi, na Europa, de Dimitrov, na Bulgária. Na ancestralidade da centralização burocrática e do cesarismo, na Rússia e na China. E mesmo em Portugal, onde após o Congresso do PCP que exautorara aquela ditadura, logo avançando, porém, em todas as frentes, lançaria mão este partido, e de uma assentada, do controlo sindical, dos meios de comunicação, da instrumentalização das Forças Armadas.

Como se sabe, Lenine não admitia o amadorismo dos seus colaboradores. O próprio Cunhal ainda há pouco se confessava, de profissão, revolucionário. São, portanto, as técnicas de assalto ao poder exercidas pela coacção psicológica (lembramos as Comissões de Extinção da PIDE-DGS), pela intimidação pessoal (prisões, saneamentos, tortura), pela mobilização artificial e artificiosa das massas: os casos de barricadas, da ocupação de empresas, das devassas domiciliares levadas a cabo por “comissões de moradores”, que transiram repentinamente o cidadão comum e o levaram a *colaborar*.

Ainda agora, em “L'Express” de 19/25 de Abril passado, Revel conta o caso tristemente lapidário do democrata-cristão espanhol Joaquin Ruiz Gimenez, vice-presidente do Instituto dos Direitos do Homem de Estrasburgo, que, na já incontrolável corrida à esquerda em Espanha, pedia, este ainda ontem democrata-cidadão e até mesmo cristão, a prática dos campos de concentração, onde houvesse indivíduos como Soljenitsine, solicitando até, para casos deste género, o reforço dos seus cadeados!

## A FRAQUEZA DAS DEMOCRACIAS

A preparação de um estado colectivo de tal natureza, pressupõe, para além dos complexos psiquicamente engendrados e revolucionariamente aproveitados, uma dinamização anterior através da *propaganda*. Assim, as posições esquerdizam-se cada vez mais e todos os efeitos se vão atribuindo sempre às mesmas causas: as contradições do capitalismo, o imperialismo americano, a queda e falência imediatas do sistema.

A inquinação da Imprensa, segundo Revel, faz-se sob o pretexto de ela estar, no Ocidente, dependente dos grupos capitalistas, condicionada, portanto e desde logo, ao *inimigo*, sem se atender que, ao pôr-se, todavia, do outro lado da barricada totalitarista, também desse lado o seu controlo se faz pelo capitalismo do Estado, em moldes que nem de perto nem de longe permitem a comparação. Veja-se, na circunstância, a derrocada de um presidente e do princípio de uma estrutura fascizante denunciada exemplarmente, não apenas no “Washington Post” e demais Imprensa mas nas próprias cadeias da TV, onde, nalguns períodos daquela crise, elas chegaram a dedicar ao Watergate seis horas de emissão diária. É fora de causa que o mesmo não poderia ocorrer em qualquer país comunista, como é fora de causa que a “justiça” da sociedade comunista esteja ao desabrigo das incursões liberalizadoras dos meios de comunicação.

Citemos Revel:

“Muito minoritária já no mundo de hoje, a democracia será progressivamente devorada pelo estalinismo e por todas as suas variantes totalitárias e autoritárias, isto é, por um sistema necessariamente mais forte que ela. O estalinismo, de facto, aplica-se, não na felicidade do homem, mas na dominação interior da sociedade civil e no domínio exterior dos outros Estados, empenhando no seio deles todas as energias, dado que a democracia antepõe, a maior parte das vezes, a felicidade à segurança. A deslocação do mundo totalitário não pode provir da sua democratização. Mas ele, pelo seu lado, compreendeu perfeitamente que a sua democratização engendraria a própria deslocação. Esta situação é um círculo vicioso: o nacionalismo fornece aos burocratas e aos ditadores a arma ideal para resistir à democratização, rejeitando, em nome do princípio da não ingerência nos assuntos internos, que se ponha em causa o regime pela comunidade internacional. Ditatorial no interior e revolucionário no exterior, o nacional-totalitarismo toca, assim, em todas as teclas ao mesmo tempo.”

## O ESTADO-NAÇÃO E O SOCIALISMO

Face, todavia, ao nacionalismo, Revel considera que ele “carboniza as raízes políticas e culturais da democracia, elegendo a xenofobia contra o desenvolvimento”. E acrescenta que, “enquanto o mundo estiver dividido em nações, haverá sempre uma económica e militarmente dominante. A ilusão nacionalista consiste em crer que, para dissociar a política mundial do fenómeno imperialista, é necessário primeiro desembaraçar-se de *uma determinada* nação, e não do Estado-nação em geral”.

Depois de referir que “o mundo quase inteiramente composto por Estados chauvinistas e antidemocráticos é incompatível com o nascimento do socialismo real”, explana as duas razões em que se apoia:

“A primeira é que ele (o mundo) continuará a ser um *zoo* imperialista, onde o objectivo do poder se sobreporá sempre ao da felicidade, o espírito de domínio ao de gestão, a ambição particular à visão universal.

“(…) A segunda razão consiste em que o nacionalismo orienta o socialismo numa direcção única, gargalo de estrangulamento de qualquer democracia económica: quero referir-me à ideia fixa da nacionalização. Até ao presente, na prática, os socialistas não imaginaram nada melhor que tornar o Estado proprietário dos meios de produção (…). Ainda que a experiência tenha largamente demonstrado que o monopólio económico do Estado é nefasto para a produção, tanto agrícola como industrial (…).”

Nesta ordem de ideias, Revel interroga-se como será possível explicar que “uma economia seja inteiramente dirigida a partir da cúpula, sem que o poder político decalque, despose e exprima o poder económico, quer dizer, como poderá haver economia estatizada sem ditadura política”, se já Marx exprimira a relação entre a infra-estrutura de um e a superestrutura do outro.

Livro de polémica e de desassombro, como toda a obra de Revel, até a sua “História da Filosofia Ocidental” (2) a tantos títulos o foi, ele retoma, no enfezado panorama da intervenção gaulesa, as brilhantes tradições panfletárias que, no domínio das ideias, tanto distinguiram a França.

● JORGE GUIMARÃES

(1) “La Tentation Totalitaire”, Éditions Robert Laffont, Paris, 15 de Janeiro de 1976.

(2) “Histoire de la Philosophie Occidentale”, Éditions Stock, 1968, editada em português pela Moraes Editores em 1971, dois volumes, esperando-se (ainda!) um terceiro.



## "BEST-SELLER" LEVANTA POLÊMICA

Uma viva polémica está a ser despertada em torno de um livro que, no momento, é "best-seller" nas livrarias do País. Trata-se de "Moçambique, Terra Queimada", da autoria de Jorge Jardim, popular financeiro daquela nossa ex-colónia, muito contestado após o 25 de Abril e, actualmente, radicado no estrangeiro.

Levanta aquele livro problemas graves quanto ao processo da descolonização portuguesa e à envolvimento de personalidades de destaque na nossa actual vida política, às quais endereça compromettimentos com a anterior administração fascista.

Alteiam-se vozes de vários lados a favor e

contra os testemunhos do controverso "capitalista"; de entre elas, além da de certos sectores de desalojados do Ultramar, avulta a da Presidência da República, que, através do Chefe de Estado, intentou uma acção judiciária contra o livro, editado pela Editorial Intervenção.

O general Costa Gomes sente-se atingido na sua integridade pessoal pelo texto de Jorge Jardim — que, repete-se, é, actualmente, o grande sucesso livreiro deste país.

As acusações imputadas ao livro incidem sobre afirmações "inteiramente falsas, grosseira e tendenciosamente deformadas".

Aonde conduzirá toda esta bronca agora "superiormente" levantada? — D. G.



Numa «aberta» das nuvens, que durou apenas alguns minutos, pôde ver-se a Lua cobrindo parcialmente o disco luminoso do Sol

## O ECLIPSE QUE PORTUGAL NÃO VIU

A notícia, lida na rádio, era precisa: «No dia 29 de Abril de 1976 ocorrerá um eclipse anular do Sol, com a sua maior fase às 10h 38m (hora de Lisboa). Para que a população não se assuste com a ocorrência, aqui fica o aviso.»

Neste tempo, em que tudo realmente desorienta uma população sempre em sobressalto, o aviso do eclipse era mais uma cautela a exigir às depauperadas forças dos populares, neste período intereleitoral.

Mas afinal, o anunciado fenómeno, que teve início às 9h 21m para terminar às 12h 05 m (em Lisboa), foi praticamente desconhecido pela população, ocupada nas suas tarefas, com um céu chuvoso de tirar toda a possibilidade à contemplação de um Sol em quarto crescente. Apenas alguns astrónomos amadores puseram os seus telescópios à disposição dos mais interessados em seguir a evolução do eclipse, apelando para que as crianças acorressem a observar o que mais ou menos ouviram papaguear nos bancos das escolas. Assim, desdobraram o seu aparato técnico em Belém, no relvado junto à Torre, para que alguns populares e muitos miúdos, estes de uma escola do Restelo, ali bem perto, espreitassem pela ocular dos aparelhos

(Continua na pág. 64)



## "DO GENERAL AO CABO MAIS OCIDENTAL"

Edições Afrodite, de Fernando Ribeiro de Mello, com ilustrações de Cruzeiro Seixas.

Um canto (desiludido) lusitano. Repassa de amarga memória de um país que se perde sistematicamente em passado, sem saber se ganhará um futuro. Texto-poema de factura muito original, algo veemente como Camões, algo nostálgico como Álvaro de Campos, um tudo no trilho de Álvaro Guerra.

Obra de lucidez e de inspiração nervosa. Ao ritmo da respiração, ora ansiosa ora pros-

trada. Como esta nação mais ocidental da Europa, onde a culpa dos homens assenta dia a dia e o remorso dos seus passos não é coisa vã. E Abril é uma hipérbole...

Na foto, o editor (à esquerda) apresenta o autor (temporariamente afónico) durante o lançamento do livro na Quadrante, que registou uma inusitada enchente de intelectuais, dirigentes partidários, ministros e militares.

● D.G.



# agora dupla suavidade na sua máquina normal... com...

## SCHICK II



Há muitos anos que você faz a barba com uma máquina de barbear do tipo clássico. Você habituou-se a usá-la e não vê razão, para substituí-la.

### lâminas gêmeas

A lâmina Schick II serve em qualquer máquina normal

Você tem uma barba rija, mesmo difícil de fazer. Mas conhece, certamente, os sistemas de barbear duplo da Schick. Eles utilizam, a lâmina dupla — a Schick II — uma verdadeira revolução no barbear.

Pois bem! Agora há uma lâmina Schick II, que serve na sua máquina normal. Você não precisa de uma nova máquina para começar a beneficiar de todas as vantagens do barbear duplamente suave que a Schick II lhe proporciona. Mesmo que você tenha os pêlos da barba bem duros.

A sua máquina é a mesma. A maneira de barbear, porém, é mais suave e mais eficiente. Schick II: dupla eficácia e dupla suavidade, sem precisar de mudar de máquina.

HORA - SA20176



PROSSEGUINDO AS NOSSAS  
CONFERÊNCIAS MÉDICAS DAS  
SEGUNDAS-FEIRAS

VOU DAR, HOJE, UMA BREVE  
PANORÂMICA DA SAÚDE DAS  
NAÇÕES DA EUROPA

PORTUGAL



ESPAÑA



FRANÇA



IRLANDA



HOLANDA



BÉLGICA



ITÁLIA



INGLATERRA



ALE-  
MANHA



CONCLUSÃO:

PARA TER BOA SAÚDE,  
O IDEAL É FAZER A GUERRA  
AO MUNDO INTEIRO

E  
PERDÊ-LA!



JACQUES  
FAREANT



# vida internacional

## ESPAÑA: REFORMAS CONTESTADAS À ESQUERDA E À DIREITA

Ao fim de cinco meses no Poder, o primeiro Governo da monarquia restaurada parece estar condenado. Como condenado parece estar, também, Fraga Iribarne, ministro do Interior, o homem que jurou avançar com as reformas necessárias...

No seio das perturbações políticas que sacodem a Espanha, simultaneamente encorajada e receosa do exemplo português, o primeiro-ministro Arias Navarro anunciou ao país a intenção de organizar, em Outubro, um referendo sobre reformas constitucionais e eleições legislativas, a realizar no princípio do próximo ano.

Nesta mensagem dirigida à nação, o primeiro-ministro não se esqueceu de salientar: "Todas as ideias revolucionárias de ruptura permanecem fora do nosso universo político" e de acusar conspiradores internacionais de apoiarem a subversão em Espanha.

As propostas apresentadas por Arias Navarro, que continuam a excluir os comunistas da vida política do país, foram classificadas pelos socialistas como inaceitáveis. Por seu turno, porta-vozes da oposição acusaram o chefe do Governo, mantido como primeiro-ministro pelo rei Juan Carlos, após o falecimento do "caudillo", de cooperar estreitamente com instituições franquistas.

Ao fim de cinco meses de exercício do Poder, o primeiro Governo da monarquia restaurada parece já condenado, como condenado parece também o homem que jurou

promover as transformações necessárias à Espanha: Manuel Fraga Iribarne, actual ministro do Interior. De facto, o seu programa de reformas é contestado tanto pela esquerda como pela direita. No primeiro caso, são



Lopez Rodó: o homem do futuro?



Fraga Iribarne: condenado?

## RODAPÉ

**DINHEIRO A MAIS.** O governo suíço foi obrigado a decretar uma série de medidas destinadas a desencorajar o afluxo ao país de capitais estrangeiros (sobretudo franceses, espanhóis e italianos), que concorriam para uma alta excessiva do franco suíço. De facto, só pela fronteira italiana, estavam a entrar legalmente no país, por dia, nada menos de 5 biliões de liras. E ainda há quem diga que o "compromisso histórico" já não assusta nenhum italiano...

**DEMASIADOS CUBANOS** em Roma. A CIA e os serviços secretos da Comissão Militar de Informação da NATO estão preocupados com o número crescente de "diplomatas" cubanos em Itália. Estes diplomatas seriam, na verdade, agentes da DGI (Delegação Geral de Informação), os "serviços especiais" cubanos. Cuba dispõe de três embaixadas em Roma: uma junto da FAO, outra na Santa Sé e a terceira junto do governo italiano.

**ACORDO SECRETO** entre os EUA e o Governo espanhol sobre a utilização das bases americanas em Espanha: em caso de nova guerra no Médio Oriente, as autoridades de Madrid não impedirão que os C-5A, aviões gigantes americanos, se abasteçam naquelas bases, a caminho de Israel.

**SOVIÉTICOS NO GANA.** Funcionários do Departamento de Estado norte-americano disseram que a verdadeira razão do cancelamento da visita de Henry Kissinger ao Gana não foi o estado de saúde do presidente Ignatius Achémpong, mas a falta de segurança criada pelas recentes manifestações estudantis na capital e noutras cidades daquele país africano. Esta agitação, bem como a que se gerou em certos círculos políticos ganeses, teria sido, segundo o Departamento de Estado, fomentada por funcionários soviéticos.

**BASE SOVIÉTICA.** A Imprensa do Cairo deu especial destaque à ocupação pela URSS da principal base aérea existente na Líbia. De acordo com testemunhos de viajantes que viram a bandeira soviética hasteada na base de Wheelus, o Governo de Trípolis teria dado ordens aos militares líbios para se retirarem da área, entregando a base, por completo, à administração da URSS. Wheelus foi, outrora, uma das principais bases americanas no Mediterrâneo.



que reagiu brutalmente, mandando avançar as forças repressivas.

Mas o mais grave, para ele, é o facto de os seus problemas não serem só com a esquerda. Fraga é também combatido pela direita, decidida a não perder terreno com os projectos de reformas. O primeiro sinal, o que marcou o início da oposição de direita, foi a derrota parlamentar do ministro do Interior, quando propôs uma lei sobre as relações sociais.

Foi neste clima que Arias Navarro se dirigiu à nação, frisando que o referendo de Outubro dependerá da aprovação, pelas Cortes, de legislação relevante. Desta maneira, rejeitava os apelos da oposição para uma ruptura com o passado e para um plebiscito em que o povo decidisse se a Espanha deveria ou não ser uma monarquia, sob a direcção do rei Juan Carlos.

"A legitimidade da origem e o Estado monárquico, bem como a encarnação da monarquia na pessoa de DoDon Juan Carlos I constituem o núcleo vital e o ponto de partida desta nova fase da vida nacional", foram palavras do primeiro-ministro.

Juan Carlos escolheu o caminho, mas que jogadas lhe restam? Para já, parece possível que o primeiro sacrificado seja o seu ministro do Interior, Fraga Iribarne, homem que já excitou demasiado os espíritos, tanto à esquerda como à direita. O rei separar-se-á dele, possivelmente, para fazer um apelo àqueles que, em Madrid, foram já baptizados de "terceira força": os tecnocratas da Opus Dei e o seu chefe de fila, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Franco, Laureano López Rodó.

## LÍBANO: OS CRISTÃOS SALVOS PELOS SÍRIOS

Colocando os blindados às portas de Beirute, a Síria tranquilizou os cristãos do Líbano. Mas irritou o mundo árabe, sem solucionar o problema libanês.

A fim de restabelecer a calma num Líbano em ebulição permanente de há um ano para cá, a primeira iniciativa dos sírios foi subitamente suspensa, após dois meses de esforços. Tratava-se de uma acção puramente diplomática. Mas a sua nova intervenção na vida política libanesa é, desde o fim da semana seguinte, um tanto mais rigorosa: o Exército sírio age, desta vez, de cara descoberta.

Essa operação foi iniciada pela implantação de elementos blindados ao longo da fronteira sírio-libanesa, a partir de 10 de

(Continua na pág. 63)



## JIMMY CARTER: UM CULTIVADOR DE AMENDOINS A CAMINHO DA CASA BRANCA

Por que razão Jimmy Carter — um desconhecido cultivador de amendoins, ex-governador democrata da Georgia e ex-colaborador do almirante Rickover no programa de submarinos nucleares dos EUA — é, hoje em dia, a vedeta mais contestada das eleições para a Presidência norte-americana?

Depois de uma pausa de três semanas, a corrida eleitoral à Casa Branca retomou um ritmo acelerado.

Consumadas as importantes eleições da Pensilvânia, Estado industrial do Norte dos EUA, tudo indica que os candidatos à Presidência da República venham a ser Gerald Ford, pelo Partido Republicano, e Jimmy Carter, pelo Democrático, apesar de Hubert Humphrey se manter ainda como candidato potencial. De facto, H. H. habilmente mantido na reserva pelo seu partido, pronto a entrar em cena caso a Convenção Democrática se visse privada de candidato maioritário, tem feito o possível para que isso aconteça, o que, aliás, compensaria os seus reveses de 1960, 1968 e 1972.

Por seu turno, Reagan, rival de Ford, não parece ter muitas hipóteses de compensar a desvantagem acumulada. Com efeito, o seu passivo conta já com a derrota sofrida em Wisconsin e Pensilvânia, além de que os votos dos delegados eleitos pelo Estado de Nova Iorque irão, certamente, como se prevê, fortalecer a posição de Ford.

Porém, uma nuvem negra continua a pairar sobre a cabeça do actual presidente: amnistia concedida por este ao ex-presidente Nixon. O filme recentemente estreado sobre o escândalo Watergate veio, de certo, avivar a memória do eleito americano.

Enquanto isto, a vedeta mais contestada destas eleições é, sem dúvida, Jimmy Carter. Mas quem é Carter?

Não é fácil pôr-lhe uma etiqueta. Ele próprio se define como um conservador em assuntos de administração fiscal e um liberal em questões sociais. Cultivador de amendoins, ex-governador democrata da Georgia e ex-colaborador do almirante Rickover, entra na política em 1962, como senador pelo Estado da Georgia, reeleito em 1964. Em 1966, é derrotado como candidato à nomeação democrática para governador mas não desiste. Vem a triunfar, 4 anos depois, após intensa campanha, desenvolvida ao longo de todo o Estado.

Conhecido na Georgia, era, no entanto, um estranho para o grande público norte-americano.

Agora, de vitória em vitória, este corredor solitário, cujos sucessos têm surpreendido os meios políticos e confundido a máquina eleitoral do próprio Partido Democrático, torna-se um dos mais sérios candidatos à Casa Branca. Isto, apesar do movimento "stop Carter", em que participaram o candidato Murray Uddall, porta-bandeira dos democratas liberais e George Wallace, ambos definitivamente afastados, após os resultados das primárias, na Pensilvânia.

Jimmy Carter, ele próprio, considera-se já o futuro presidente: não diz "se eu for eleito", mas sim "quando eu for presidente".



# o templo da música

esfera — E



## **PIONEER** cadeias de alta fidelidade

Toda a nossa gama de gravadores, gira-discos, amplificadores e colunas é a personificação do som no interior da vida. Hoje uma cadeia de alta-fidelidade PIONEER está ao alcance de todos.

Ter em sua casa esse monumental templo de sons, que atravessam o tempo e fazem da música uma janela aberta à comunicação entre os homens, não é já um privilégio só para alguns...

### **ELECTROQUIPO**

**Companhia de Equipamentos Electrónicos e Industriais, SARL**  
Rua S. José, 15, 2.º, Esq. — Telef. 37 03 17/8/9 — LISBOA





# QUINZE PORTUGUESES EM CADA CEM MUDARAM DE PARTIDO

O eleitorado português, decididamente, é mais estável do que se julgaria: apenas 15 eleitores em cada 100 mudaram de partido em relação às eleições do ano passado. Mas é também um eleitorado pouco esclarecido (pelo menos, sobre uma questão fundamental, como a nova Constituição Política, ignorada por mais de metade das pessoas), ainda que maioritariamente satisfeito com a transformação verificada no País depois do 25 de Abril — encarada favoravelmente por 55 por cento dos portugueses e desfavoravelmente por 39 por cento.

São estas as principais conclusões que podemos extrair de uma sondagem à escala nacional, realizada em exclusivo para a «Vida Mundial» pelo Gabinete de Estudos Económicos Mensor.

Efectuada em tempo recorde nos dias que se seguiram às eleições para a Assembleia da República, a sondagem da «V. M.» abran-

geu cerca de um milhar de inquiridos — distribuídos, em percentagens sensivelmente semelhantes às do conjunto da população, por cinco grandes regiões: Grande Lisboa (incluindo a capital e os concelhos limítrofes a norte e a sul do Tejo, já no distrito de Setúbal), Grande Porto, Interior Norte (distrito da Guarda), Litoral (distrito

de Aveiro) e Interior Sul (Alentejo).

A todos os inquiridos colocámos duas perguntas directas («Aprova a nova Constituição?» e «Qual a sua opinião sobre a transformação sofrida pelo País depois de 25 de Abril de 1974?») e ainda um conjunto de questões, através das quais pretendíamos conhecer as alterações reais do eleitorado, em relação ao ano passado e os motivos que estiveram na base da mudança ou manutenção da escolha partidária.

Neste último conjunto de questões, incluímos as seguintes perguntas: «Em que partido votou em 1976? E no ano passado? Se se absteve, votou nulo ou em branco: porquê? Se não se recenseou: porquê?». Finalmente, a todos aqueles



que votaram, pediu-se que explicassem as razões por que tinham votado no mesmo partido ou por que tinham decidido mudar.

Antes de entrarmos na análise das respostas, assinalemos duas notas curiosas. Os inquiridores da Mensor, ao contrário do que é habitual em inquéritos deste género, não tiveram grandes dificuldades em realizar o seu trabalho. Em todas as zonas do País poucas pessoas se recusaram a responder às perguntas sendo em número mais escasso do que se poderia supor aquelas que hesitaram em revelar a sua opção de voto. Quer em 1975, quer este ano. É certo que a sondagem era anónima, pois os únicos elementos de identificação solicitados foram a idade e a profissão dos inquiridos. De qualquer forma, este facto inusitado (que surpreendeu os próprios inquiridores) permite-nos alimentar a esperança de que os portugueses tenham perdido, finalmente, o medo de falar de política.

Esta esperança, contudo, é prejudicada por outra circunstância inesperada: em algumas zonas do País (nomeadamente no distrito da Guarda), o conjunto das respostas obtidas afasta-se um tanto do resultado real das eleições. Dado que o total das pessoas inquiridas corresponde sensivelmente, no que respeita, quer à idade quer à situação socioprofissional, ao conjunto da população, somos forçados a concluir que uma parte (bastante reduzida, é certo) dos inquiridos forneceu respostas que não coincidem com o seu voto verdadeiro traçado no segredo do «cubículo» eleitoral. Mesmo admitindo a possibilidade de pequenas variações (sempre possíveis em trabalhos deste género, devido à escassa percentagem da «amostra» no conjunto da população total) não podemos infelizmente deixar de concluir que algumas pessoas não se sentiram à vontade para revelarem as suas verdadeiras opções — tanto mais que, quando há divergências entre a sondagem e o resultado das eleições, os partidos mais «prejudicados» são quase sempre os menos votados ou os mais conservadores.

Estes casos «anómalos», porém, ocorrem em percentagens bastante reduzidas, em relação ao conjunto da amostragem — pelo que, dentro das limitações de qualquer sondagem, podemos considerar que esta nos fornece indicações seguras sobre os motivos que estão na base dos resultados das últimas eleições e ainda sobre o que os portugueses pensam da nova Constituição e dos dois anos que já decorreram depois do «25 de Abril».

## MUDANÇAS DE PARTIDO: O "RECORD" DE LISBOA

No conjunto do País, a sondagem da «V. M.» revela de 15,3% dos eleitores inquiridos mudaram de partido nas eleições deste ano, em relação a 1975, enquanto mais de dois terços (67,4%) mantiveram a opção expressa no ano passado. Dos restantes, 14% não votaram este ano ou no ano passado — pelo que, naturalmente não puderam indicar-nos qualquer resposta. Finalmente, 3,3% dos inquiridos (todos com capacidade eleitoral) não votaram em 1975 nem em 1976.

Estes dados gerais (que, aliás, já se adivinhavam pelo resultado das eleições) sofrem, porém, sensíveis alterações de região para região. Onde o eleitorado se manteve mais estável, de acordo com a nossa amostragem, foi no Alentejo, onde apenas 4,1% dos inquiridos mudaram de partido nas últimas eleições, enquanto mais de quatro quintos (exactamente 81,6%) se mantiveram fiéis, ao partido escolhido em 1975. Este resultado não pode deixar de se associar, como adiante veremos, à estabilidade do eleitorado do Partido Comunista (vencedor nos distritos de Beja, Setúbal e Évora), tanto mais que as escassas mudanças de voto verificadas se deram, na sua maioria, do MDP para o PCP (e também, embora numa proporção muito mais reduzida, do PS para o PC).

Pelo contrário, foi na região de Lisboa que se registou a maior percentagem de eleitores que mudaram de partido: 22,3% (contra 65,6%, que votaram no mesmo). Aqui, as mudanças deram-se sobretudo à custa do PS, que perdeu 11% para o PPD e 6% para o CDS (embora, em contrapartida, tenha ganho alguns votos, destes e de outros partidos), e do MDP, cujos votos de 1975 foram este ano distribuídos pelo PCP (mais de metade), pelo PS (que recolheu quase um quarto) e, em menores percentagens, pela UDP, pela FSP e... pelo PPD.

Finalmente, outro dado significativo: enquanto no conjunto do País foi relativamente baixa a percentagem de pessoas que não votaram nas duas eleições pós-25 de Abril (3,3%, com um mínimo de 0,4% na região de Lisboa), no dis-

trito da Guarda essa percentagem mostra-se anormalmente elevada: 10,1%.

**PS: o eleitorado menos fiel**

Dos cinco partidos políticos que terão assento na Assembleia da República (PS, PPD, CDS, PCP e UDP), o PS é, de longe, o que possui um eleitorado menos fiel: no total das alterações de voto registadas em todo o País, nada menos

### MUDANÇAS DE VOTO (POR REGIÕES)

(Só foram consideradas as mudanças entre os quatro principais partidos e o MDP, superiores a 5%, em % aproximadas do total de mudanças em cada região)

	1975/1976	
Lisboa:	PS/PPD	20%
	PS/CDS	12%
	MDP/PCP	12%
	PPD/CDS	7%
Porto:	PS/PCP	23%
	PPD/CDS	23%
	PPD/PS	23%
	MDP/PCP	15%
Litoral:	PPD/CDS	30%
	PS/CDS	11%
	MDP/PS	11%
	PS/PPD	10%
	MDP/PCP	9%
	PPD/PS	8%
Interior:	PS/CDS	34%
	PS/PPD	23%
	PPD/CDS	11%
Alentejo:	MDP/PCP	75%
	PS/PCP	25%



de 38% deram-se à custa do partido do dr. Mário Soares, que em troca só beneficiou de 13% das mudanças. Por outras palavras: das pessoas que mudaram de partido, 38% saíram do PS, que em troca só recebeu 13% de votos provenientes de outros partidos (sem falar, naturalmente, dos votos das pessoas que não participaram nas eleições do ano passado, por se terem absterido ou por ainda não estarem recenseadas, e que não foram tomadas em consideração na nossa sondagem).

Dos votos perdidos pelo PS, a maioria foi para o PPD (39%) e para o CDS (34%), havendo ainda a registar 13% para o PCP e percentagens insignificantes para a FSP, UDP, PPM e MRPP. Os defensores da tese de que a vitória do PS em 1975 se deveu, em parte, aos «votos úteis» do eleitorado que se encontrava à sua direita, poderão encontrar aqui alguns fundamentos para as suas análises. Contudo, não podemos esquecer que estas percentagens se reportam apenas à parte do eleitorado que mudou de partido entre 1975 e 1976 — que foi apenas, como já dissemos, da ordem dos 15,3%, no conjunto dos votantes em todo o País.

De qualquer forma, é visível uma deslocação para a direita do eleitorado socialista (de 1975), tanto mais que os votos deslocados este ano de outros partidos para o PS provêm, quase em partes iguais, simultaneamente da sua esquerda (do MDP, sobretudo, mas também do PCP e da UDP, embora em percentagens pouco significativas) e da sua direita (quase só do PPD, dando a ideia de que se trata dos votos da sua ala esquerda, dissidente do congresso de Aveiro).

Embora em menor escala do que o PS, também o PPD perdeu mais votos do que aqueles que ganhou, na parte «flutuante» do eleitorado. Concretamente, perdeu 25%, mas ganhou 17%, no conjunto dos eleitores que mudaram de

partido. Quem beneficiou com os «prejuízos» do PPD foi sobretudo o CDS, que lhe arrebatou 68% dos eleitores perdidos. Os restantes foram para o PS (25%) e, em menores percentagens, para o Partido da Democracia Cristã e até para o PCP.

Os votos ganhos pelo PPD vieram quase todos do PS, excepto algumas percentagens insignificantes provenientes do CDS e do MDP.

O Centro Democrático Social foi, de longe, o partido que recolheu maiores vantagens das mudanças de votação verificadas. No conjunto (como aliás se pode deduzir da espectacular subida que registou

### MUDANÇAS DE PARTIDO

(Casos mais frequentes, superiores a 5% do total)

1975/1976	% do total de mudanças
PPD/CDS .....	17 %
PS/PPD .....	14,9%
PS/CDS .....	12,9%
MDP/PCP .....	11,7%
PS/PCP .....	5,4%
PPD/PS .....	5,4%

nas eleições deste ano), averbou 31% dos votos «flutuantes», provenientes sobretudo do PS e do PPD, perdendo apenas 3%, que foram, em partes iguais, para o PS e para o PPD.

O Partido Comunista também só perdeu 3% — um quarto para o PS e os restantes três quartos para a UDP. Em contrapartida, ganhou 24% — metade do MDP e o resto, em partes iguais, do PS e dos pe-

quenos partidos à sua esquerda (sobretudo, MES e FSP), com excepção da UDP.

A União Democrática Popular, com efeito, quase não perdeu votos para outros partidos — excepto uma insignificante percentagem para o PS. Em troca, recebeu 8% do total de votos transferidos de outros partidos, sobretudo do PCP, da FSP e do MES, mas também, em pequena escala, do MDP e do PS.

Finalmente, é preciso registar o MDP que, não concorrendo em 1976, se tornou «responsável» por 20,4% das mudanças de voto registadas este ano, em relação a 1975. Dos seus votos, 58% foram para o PCP, 24% para o PS, 10% para a UDP e os restantes, em pequenas percentagens, para a FSP, MRPP e... PPD.

### ESTABILIDADE DO ELEITORADO (% do total de inquiridos)

1975/1976	Total	Lisboa	Porto	Litoral	Interior	Alentejo
Mudou de partido .....	15,3%	22,3%	12,7%	15,8%	11,3%	4,1%
Votou no mesmo .....	67,4%	65,8%	71,6%	65,2%	63,5%	81,6%
Não votou/Votou .....	10,6%	8,6%	15,7%	12,1%	10,1%	7,1%
Votou/Não votou .....	3,4%	2,9%	—	3,6%	5,0%	4,1%
Não votou/Não votou .....	3,3%	0,4%	—	3,3%	10,1%	3,1%



## Desilusão: principal causa de mudança

Para conhecermos os motivos que estão na base destas mudanças de voto, pedimos a cada um dos inquiridos na sondagem da «V. M.» que apresentasse uma ou mais razões justificativas da sua atitude. Cada um respondeu conforme quis, sem estar sujeito a hipóteses «prefabricadas». Feitas as contas, porém, a grande maioria das respostas acabou por se poder resumir em três ou quatro razões comuns.

Ao todo, registámos 28 mudanças de partidos — desde os casos mais vulgares (do PS e do PPD para o CDS), até às hipóteses mais inesperadas (da UDP para o CDS e deste para o PCP). Passando por cima destas mudanças menos significativas (das quais, aliás, só encontramos um ou dois exemplos), veremos apenas os seis casos mais frequentes de alterações de voto: por ordem decrescente, do PPD para o CDS, do PS para o PPD, do PS para o CDS, do MDP para o PCP, do PS para o PCP e do PPD para o PS.

Entre os motivos que determinaram a mudança de voto do PPD para o CDS, avultam a desilusão dos eleitores com o partido do dr. Sá Carneiro (32%) e a convicção de que o CDS defende melhor a propriedade privada (razão apontada por 24%). A actual situação económica pesou também na mudança, tendo 20% destes eleitores afirmado que mudaram para o CDS porque este resolve melhor o problema do desemprego. As dificuldades experimentadas pelo partido do prof. Freitas do Amaral, durante o ano passado, pesaram também na subida deste ano, pois um número significativo de eleitores afirmou que mudara para o CDS visto que, em 1975, ainda não conhecia bem o partido (20%), enquanto 16% apontaram como causa da sua decisão a campanha eleitoral do mês passado. O CDS, por sinal, parece ter sido o único partido que soube aproveitar a campanha eleitoral, visto que praticamente nenhum eleitor de outras formações políticas confessou ter sido influenciado pela campanha.

Curiosamente, não foram os mesmos motivos que determinaram as mudanças de votos do PS para o CDS. Embora a desilusão com o partido do dr. Mário Soares também tenha pesado (ainda que em menos casos: 26%, o motivo principal da mudança, neste caso, parece ter sido a influência de outras pessoas, que aconselharam 32% dos

«mutantes» a optarem pelo CDS. Estarão aqui os famosos «caciques locais»?

Este motivo de alteração de voto (conselhos de outras pessoas) aparece em segundo lugar entre as causas que determinaram a mudança de opção do PS para o PPD: 27%. Em primeiro lugar, neste caso, com 31,8%, está a desilusão provocada pelo PS, havendo ainda a registar, também com cerca de 27%, dois outros motivos: a convicção de que o PPD «vai reconstruir o País» e de que «é um partido do centro». Finalmente, entre causas menos citadas, duas que ainda se podem considerar significativas, ambas com cerca de 18%: a mudança de ideologia e a convicção de que o PPD defende a propriedade privada.

Ao contrário do que se poderia supor, só 17,6% dos eleitores que mudaram do MDP para o PCP confessaram que o tinham feito a conselho do seu anterior partido (que, como se sabe, não concorreu este ano). A causa apontada pela esmagadora maioria (88,2% é o facto de o PCP «defender os interesses dos trabalhadores» — o que permite

concluir que já existia, como se suspeitava, uma evidente identificação ideológica do eleitorado do MDP com o PCP. De qualquer forma 65% dos eleitores do MDP que votaram este ano no partido do dr. Alvaro Cunhal fizeram-no apenas porque «o MDP não concorreu este ano».

Embora em número muito inferior (pouco mais de um terço) os eleitores que mudaram do MDP para o PS apontaram as mesmas causas, em percentagens muito aproximadas.

Finalmente, entre as pessoas que mudaram do PS para o PCP, metade apontou a desilusão causada pelo partido do dr. Mário Soares — resposta que pode ser complementada pelos outros dois motivos mais frequentes, com 37,5%: o PCP «defende os interesses dos trabalhadores» e «defende as liberdades».

*(Em alguns casos, as percentagens e respostas mais frequentes ultrapassam os 100%, visto que várias pessoas apontaram mais de uma razão para a sua mudança de voto)*

## A MAIORIA DESCONHECE A NOVA CONSTITUIÇÃO

Mais de metade dos portugueses desconhecem a nova Constituição — ou, pelo menos, não são capazes de estabelecer sobre ela um juízo de valor. Quando lhes perguntaram se aprovavam a nova Constituição, 52,1% dos inquiridos na sondagem da «VM» declararam que não sabiam. Dos restantes, porém, 37,8% mostraram-se favoráveis ao novo texto constitucional, enquanto apenas 10,1% a ele se opuseram.

Estranhamente — e como que a provar que «os partidos põem e o povo dispõe» — não existe uma correspondência rigorosa, mas apenas uma aproximação tendencial entre as posições assumidas pelos partidos relativamente à Constituição e as dos respectivos eleitorados.

Como se sabe (ou melhor, como

sabem 47,9% dos portugueses), a Constituição foi aprovada, na Assembleia, com os votos favoráveis do PS, do PPD, do PCP, do MDP e da UDP, e apenas com a oposição do CDS. A nossa sondagem, porém, prova que o eleitorado nem sempre está de acordo com as decisões dos partidos em que votou.

Assim, embora dentro dos partidos que aprovaram a Constituição haja uma maioria de opiniões favoráveis, não se pode ignorar também a existência de correntes contrárias, que atingem a sua máxima expressão (25,9%) na UDP, contra uns escassos 3,5% no PS. E o mesmo se passa, em sentido contrário, no seio do único partido cujos deputados votaram contra a Constituição — o CDS, onde é quase igual o número de pes-



soas que aprovam e desaprovam a nova lei fundamental.

Embora não estejam representados na sondagem, dado que representam apenas margens muito escassas do eleitorado (e, consequentemente, da amostragem da nossa sondagem), vale a pena referir a opinião dos eleitores dos pequenos partidos que não conseguiram eleger deputados para a Assembleia da República: os da FSP aprovam quase unanimemente a Constituição, enquanto os do MRPP e do MES estão divididos em partes iguais e os do PDC são unânimes na desaprovação. Finalmente, anote-se o parecer favorável de votantes do Partido Popular Monárquico a uma Constituição que, pelo menos, não poderemos deixar de considerar... republicana.

Por regiões, a maior surpresa dos resultados da nossa sondagem reside no voto maioritariamente favorável à Constituição no distrito da Guarda e, inversamente, a larga percentagem de opiniões desfavoráveis no Alentejo, só ultrapassada por Lisboa. O facto, porém, deve ter duas ordens de explicações: é que os votos desfavoráveis não vêm só da direita, mas também dos sectores de esquerda e extrema-esquerda, que criticam na Constituição o facto de não ser suficientemente «progressiva»; e, por outro lado, a resposta a esta pergunta exige uma certa «abertura» cultural, que não será possuída justamente pelos sectores populacionais que votam tendencialmente à esquerda, a Sul do Tejo, e à direita, a Norte do mesmo rio.



## AS TRANSFORMAÇÕES PÓS - 25 DE ABRIL AGRADAM À MAIORIA

Das manifestações de júbilo com que a população portuguesa, quase unanimemente, saudou o 25 de Abril até aos dias que correm, muita gente desiludida ficou pelo caminho — mas, mesmo assim, os que continuam satisfeitos com as transformações sofridas pelo País, nos últimos dois anos, ainda constituem a maioria. É esta, pelo menos, a primeira conclusão que podemos extrair das respostas à última per-

gunta da nossa sondagem: «Qual a sua opinião sobre as transformações verificadas em Portugal desde o 25 de Abril de 1974?»

As respostas foram escalonadas em quatro grupos: muito favorável, moderadamente favorável, moderadamente desfavorável e muito desfavorável — permitindo, depois, um agrupamento mais geral, que reúne as duas primeiras possibilidades de resposta (os «favoráveis») e as duas últimas (os «desfavoráveis»). Apenas 5,6 por cento das pessoas inquiridas não quiseram (ou não souberam) responder a esta pergunta — o que pode considerar-se uma percentagem satisfatoriamente baixa, que apenas atinge expressões mais elevadas entre os eleitores do PPD (9,6 por cento), os abstencionistas (9,5 por cento) e os inquiridos do distrito da Guarda (8,9 por cento).

No conjunto, mais de metade dos inquiridos (55 por cento) mostraram-se satisfeitos com a evolução verificada nos últimos dois anos. Em contrapartida, quase quatro em cada dez portugueses não estão (ou já não estão?) satisfeitos com a situação. Uma vez mais, a grande surpresa dos resultados reside na elevada percentagem de resultados favoráveis obtidos em regiões do Norte do País (Grande Porto e distrito da Guarda), onde se julgava que seria maior a oposição decla-

### OPINIÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO (POR REGIÕES)

	Lisboa	Porto	Litoral	Interior	Alentejo
Aprova .....	49,1%	49 %	24,2%	45,0%	29,6%
Não aprova .....	15,3%	4,9%	7,0%	10,6%	12,2%
Não sabe .....	35,6%	46,1%	68,8%	44,4%	58,2%

### APROVA A NOVA CONSTITUIÇÃO?

	Total	PS	PPD	PCP	CDS	UDP	Votos nulos em branco e abstenções
Sim .....	37,8%	44,5%	30,3%	47,4%	22,4%	44,4%	36,5%
Não .....	10,1%	3,5%	7,8%	10,9%	23,8%	25,9%	17,4%
Não sabe	52,1%	52,0%	61,9%	41,7%	53,8%	29,7%	46,1%



rada ao chamado «processo revolucionário em curso». Várias conjecturas são possíveis para tentar explicar estes resultados: será porque, no Norte, as transformações sofridas foram menores do que no Centro e Sul do País? Ou, muito simplesmente, porque as populações do Norte não são tão «contra-revolucionárias» (no sentido de «adversas à revolução») como se diz?

Por partidos, os resultados oferecem menos surpresas. Por ordem decrescente de opiniões «muito favoráveis» temos, sucessivamente, o PCP (31,4 por cento), a UDP (29,6 por cento) e o PS (24,7 por cento), seguidos, a grande distância, pelo PPD e pelo CDS, que apresentam percentagens igualmente baixas (10,1 e 10,4 por cento, respectivamente).

A ordem dos partidos sofre uma profunda alteração quando se passa ao grupo dos «moderadamente favoráveis»: aqui pontifica o PS (42,7

por cento), seguido pela UDP (37,2 por cento), PCP (34,3 por cento) e PPD (33,8 por cento). Só o CDS fica novamente para trás, apenas com 20,1 por cento.

No grupo dos «desfavoráveis» é que o partido do prof. Freitas do Amaral alcança primeiros lugares (64,3 por cento), a larga distância do PPD (46,5 por cento), da UDP (33,2 por cento), do PCP (30,6 por cento) e, finalmente, do PS (28 por cento). Registe-se, ainda, uma larga percentagem de descontentes entre os abstencionistas (42,9 por cento), embora este grupo tenha a particularidade de estar dividido, quase uniformemente, pelas quatro hipóteses de resposta possíveis.

Tal como nas respostas à pergunta sobre a Constituição, também aqui é de supor que uma parte (ainda que minoritária) dos inquiridos que se declararam descontentes com a evolução pós-25 de Abril se coloca numa «perspectiva de esquerda», criticando as trans-

formações sofridas por não terem sido tão profundas como porventura desejariam. Explicar-se-iam, assim, as apreciáveis franjas de descontentes que se registam entre os eleitores de partidos como o PC e a UDP. Mas o facto é que, apreciando estes resultados no seu conjunto, se pode concluir que o descontentamento é tanto maior quanto o eleitorado se inclina para a direita — e, inversamente, os mais satisfeitos com a actual situação são, como seria de esperar, os portugueses que votam em partidos de esquerda ou da extrema-esquerda.

## NO PRÓXIMO NÚMERO DA VIDA MUNDIAL

Os resultados desta sondagem "V. M." analisados por zonas, por grupos de idade e profissões dos inquiridos. As razões do voto, partido por partido.

### OPINIÃO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO SOFRIDA PELO PAÍS DEPOIS DO 25 DE ABRIL

	Total	PS	PPD	PCP	CDS	UDP	Vot. nulos em branco e abstenç.
Muito favorável .....	20,3	24,7	10,1	31,4	10,4	29,6	27,0
	55,2	67,4	43,9	65,7	30,5	66,8	47,6
Moderadamente favorável .....	34,9	42,7	33,8	34,3	20,1	37,2	20,6
Moderadame. desfavorável .....	23,2	18,4	27,3	24,1	31,4	18,5	22,3
	38,9	28,0	46,5	30,6	64,3	33,2	42,9
Muito desfavorável .....	15,7	9,6	19,2	6,5	32,9	14,7	20,6
Não sabe ou não responde .....	5,6	4,6	9,6	3,7	5,2	—	9,5

### OPINIÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES VERIFICADAS NO PAÍS DEPOIS DE 25 DE ABRIL (POR REGIÕES)

	Lisboa	Porto	Litoral	Interior	Alentejo
Muito favorável .....	26,0	28,4	14,2	21,4	15,3
	59,1	64,7	45,4	63,5	54,1
Moderadamente favorável .....	33,1	36,3	31,2	42,1	38,8
Moderadamente desfavorável .....	19,7	11,8	29,4	18,2	31,6
	34,6	30,4	49,4	27,6	43,8
Muito desfavorável .....	15,7	18,6	20,0	9,4	12,2
Não sabe ou não responde .....	6,3	4,9	5,2	8,9	2,1



## PRIMEIRO DE MAIO

(Continuado da pág. 7)

socialistas na construção de uma nova central sindical que poderá diferir em muito pouco da anterior.

Atirada a "maior conquista dos trabalhadores" para o caixote das velharias sem utilidade, surge a unidade "contra o capital" de um sector do PS, vinculado aos sindicatos, com outros sectores afectos ao PC. Só que o "capital" contra quem a unidade é construída surge representado, neste momento, a nível governamental e do aparelho de Estado, pelas forças políticas vitoriosas no processo eleitoral, precisamente o mesmo PS. Por outras palavras: a anunciada unidade surge como uma tentativa de divisão do Partido Socialista.

Bem diferente do Primeiro de Maio da INATEL, "dia de luta", "de festa nacional da unidade", vivida em Lisboa, foi o celebrado no Porto. Com bombos, majorettes, verdadeiro folgado onde não se vislumbraram, pelo menos claramente, manobras das forças políticas. O Primeiro de Maio "tripeiro" contrapôs-se ao "alfacinha", como se de dois países diferentes se tratasse. Sintoma de que o País não é a capital, factor que não pode ser esquecido nas estratégias dos partidos. Quem jogar e aceitar envolver-se nas manobras de unir e dividir, urdidas em Lisboa, arrisca-se a colocar contra si as massas nortenhas, tão trabalhadoras como as do Sul, mas, por ora, mais arreadas às tradições democráticas.

Finalmente, Lisboa foi ainda palco de outras manifestações promovidas por diferentes forças políticas. Realizadas em locais distintos, todas elas invocaram a "unidade". Os órgãos de Informação, em particular a RTP, ignoram-nas praticamente. Na "grande festa nacional da unidade" promovida pela INATEL, a televisão serviu de instrumento de pressão sobre a opinião pública. E não nos referimos apenas à reportagem do Primeiro de Maio. Quase tudo quanto nesse dia se passou na programação dos estúdios do Lumiar foi no sentido de se colocar ao serviço da estratégia e tática de determinado partido.

Um exemplo elucidativo: no programa apresentado por volta das 20 horas, no qual se recordou os acontecimentos de há 2 anos, Mário Soares, regressado a Lisboa, vindo do exílio, foi contemplado com uma série de imagens que não excederam os 30 segundos. Álvaro Cunhal teve as honras de uns bons 10 minutos, mal contados. A grande diferença entre os 35 e os 15 por cento eleitorais, interpretada à maneira da estatizada televisão portuguesa. Que "a maioria de esquerda" a contemple, que bem merece. ■ A.M.

## LÍBANO: OS CRISTÃOS SALVOS PELOS SÍRIOS

(Continuado da pág. 55)

Abril. Nos dias que se seguiram, o Exército lançava unidades de reconhecimento ao longo dos principais eixos rodoviários, nomeadamente o eixo Damasco-Beirute. No entanto, evitava cuidadosamente mostrar-se na parte Sul do país, próximo do território israelita, a fim de não despertar as suspeitas, nem, possivelmente, a cólera de Jerusalém. Por fim, um elemento blindado do Exército sírio encontrava-se em Dar-el-Beida, o desfiladeiro que, a 1400 metros de altitude, domina, acima das vertentes do monte Líbano, a cidade de Beirute.

A partir do dia seguinte, contudo, os sírios haviam retirado as suas unidades avançadas até à planície de Bekaa. Af, a engenharia abriu trincheiras, ergueu fortificações, enquanto canhões antiaéreos eram colocados em posição: outros tantos sinais evidentes de que esse exército se instala para permanecer durante algum tempo.

Não se trata de uma ocupação, proclamam os sírios, mas de uma operação de policiamento e arbitragem. E note-se, como prova de sua boa vontade, a facilidade com que aceitaram suspender o seu avanço e mesmo retirar até Bekaa, como resultado das diligências de Yasser Arafat, dirigente da OLP, e de Rachid Karamé, primeiro-ministro libanês.

Isso não impede que essa presença armada — e, desta vez, não dissimulada — constitua um meio de pressão considerável, no

momento em que a Líbia se prepara para lançar-se na campanha para as eleições presidenciais. Isso foi evidente no discurso pronunciado pelo chefe de Estado sírio, Hafez el Assad, um discurso cuja parte sobre o Líbano foi improvisada. Criticou, sem todavia o nomear, Kamal Joublatt e os partidos de esquerda libaneses, acusou-os de terem querido praticar a escalada até ao fim para obterem uma vitória militar: a qual teria podido, disse ele, ter consequências incalculáveis nas relações entre as comunidades.

Não nos surpreende, portanto, que os amigos de Kamal Joublatt se tenham apressado a anunciar que recusavam que as eleições presidenciais tivessem lugar à sombra das espingardas sírias. Tanto mais que o candidato da sua escolha, que é também o dos palestinos e do Islão moderado, Raymond Eddé, dirigente do Bloco Nacional, não goza da confiança do Governo de Damasco. Este preferiria ver eleito o homem que é apoiado pelos cristãos maronitas: Elias Sarkis, governador do Banco Central.

Parecia evidente, durante o fim-de-semana, em Beirute, que, se nenhum compromisso intervisse nesta escolha do futuro presidente, um novo "round" da luta estaria iminente. Tanto mais que o desacordo entre sírios e as forças de esquerda libaneses se traduzia por uma rivalidade armada ao nível dos palestinos ligados a estas duas forças: a Saika, por um lado, a OLP e a FPLP, por outro.

Avaliámo-lo há algumas semanas: umas vinte malas acabavam de ser desembarcadas, no aeroporto de Beirute, de um avião da Air France proveniente de Paris. Destinadas à Frente Popular de Libertação, de Habache,



Uma cena vulgar nas ruas de Beirute. A guerra civil no Líbano custa 50 vidas por dia



as malas ostentavam um selo diplomático líbano. Foram interceptadas por uma patrulha da Saika. Continham detonadores para explosivos. Os volumes foram confiscados, mas, algumas horas depois, a FPLP atacava o camião onde eram transportadas. Houve várias vítimas de ambas as partes. Mais tarde, em Beirute, os confrontos armados entre membros da Saika e da OLP tornam-se cada vez mais numerosos.

Esse clima mostra bem o risco em que os sírios incorrem ao utilizar, desta vez, meios militarmente activos com o fim de concretizar a sua grande aspiração de uma confederação sírio-jordana-líbano-palestina. Depois de se ter atolado no pântano político libanês, o Governo de Damasco não irá afoagar-se numa aventura militar? Principalmente porque, no mundo árabe, multiplicam-se as reacções hostis à operação síria: do lado do Egipto não passa de violência verbal, mas do lado do Iraque, onde a situação se declarou intolerável, poderia esperar-se uma acção mais concreta.

Talvez a única consolação de Hafez el Assad seja esta: os cristãos do Líbano, que foram, desde sempre, contrários à aliança com a Síria, precipitavam-se hoje nos seus braços, satisfeitos por terem sido salvos. Por quem? Por aquele que apelidavam de agente do seu adversário.

## O ECLIPSE QUE PORTUGAL NÃO VIU

(Continuado da pág. 51)

e, numa aberta, conseguissem ver o Sol «ratado» por uma Lua negra.

Tecnicamente, para a história, o eclipse será recordado pelo relatório astronómico: «O presente eclipse foi observado como anular somente ao longo de uma estreita faixa, com início no oceano Atlântico, atravessando o Norte de África e o Mediterrâneo ao sul da Sicília, flectindo, depois, para o continente asiático. Não sendo Portugal abrangido pela referida faixa, para nós aconteceu apenas um eclipse parcial. Em Lisboa, o disco do Sol apresentou-se encoberto, na fase máxima (10h 38m) em cerca de 56%, podendo notar-se, naquela altura, um ligeiro decréscimo de luminosidade».

Em 1976, só haverá mais um eclipse do Sol, este total em 23 de Outubro. Mas já na próxima semana, a 13 de Maio, o fenómeno semelhante ocorrerá: desta vez, porém, será a Lua a desaparecer do céu.

F. G.

## OS SENTIMENTOS DE UM OBSERVADOR

(Continuado da pág. 15)

e bastante estável. É bom, talvez mesmo exemplar, que os portugueses tenham sabido resistir à vertigem do rancor e que a sua irritação após os excessos do Verão não os tenha conduzido a inverter brutalmente os papéis. É bom que das urnas tenha saído a prova da presença de uma corrente moderada ainda poderosa e em relação à qual é necessário que o Governo preste atenção. Mas também não é mau que a esquerda mantenha direito de cidade e que as aspirações progressistas não se amalgamem, comprimidas, nas profundezas das consciências secretas. Isto provoca, por vezes, perigosas explosões...

Que se poderá dizer destas eleições? Que revelaram um Portugal tal como ele, em si próprio, quer ser: diversificado, pluralista, à procura de uma estabilidade para o futuro, ou seja, dividido entre o sentido das realidades e as aspirações generosas. Quando muito, poderá observar-se que a divisão dos votos não é de nenhum auxílio para assentar um Poder tão solidamente quanto a situação o exigiria. Mas prestes a abordar a questão dos partidos e mesmo a mencionar os seus nomes, decido parar. Aqui se atinge o limite entre a reflexão adequada de um observador estrangeiro e o papel activo de um cidadão português. Não serei eu a franqueá-lo...

Mas não posso impedir-me, entretanto, de sublinhar alguns pontos, tanto sobre o passado como sobre o futuro. Nos primeiros dias do «processo» do 25 de Abril, foi-nos evidente que uma parte do Exército Português desejava ardentemente desempenhar um papel político de primeiro plano. Não tinha ele destruído o antigo regime? Sem dúvida. Mas este antigo regime não era, de facto, um castelo de cartas fragilíssimo e prestes a desmoronar-se? Pelo menos, é o que pode concluir-se da forma como tristemente se desfez. Pode concluir-se, assim, que não foi somente a acção corajosa dos jovens capitães que contribuiu para o derrube da ditadura, mas também, e de forma bem activa, o asco indizível que a população inteira lhe votava. Por se ter esquecido ou menosprezado isto se viveram aqui crises tão graves. Porque, tal como se poderia esperar, o Exército tomou o Poder com generosidade, sem dúvida, mas também com inépcia. E a descoberta que acabava de fazer de algumas teses filosóficas ou políticas novas para ele, conduzi-lo-iam a apoiar-se sobre uma minoria — e não a levar a maioria do povo a colaborar com a sua acção. Daí o

desfasamento cada vez mais profundo entre o Exército e o Povo Português. Como o seu divórcio. E a consciência muito nítida que tiveram, a partir do Outono passado, alguns militares — precisamente o grupo dos «nove» — de que era impossível tentar impor ao País uma política e finalidades que a maioria recusava. A isto se juntou, em seguida, a constatação assustada de uma situação económica inquietante. De tal forma que, por fim, os militares acordaram que era altura de «passar a pasta» aos civis...

«É preciso tomar os nossos desejos como realidades, uma vez que acreditamos na realidade dos nossos desejos. «Este slogan apareceu em Maio de 1968 em Paris, inscrito nas paredes da Sorbonne. Sabemos o que trouxe esta «revolução estudantil»... Pois bem, parece-me que em Portugal houve, a vários níveis, o mesmo desejo de transformar desejos em realidades. Como sabemos hoje, com o mesmo resultado. Porque os factos são teimosos.

O desejo de alguns era fazer, completamente e de repente, a revolução em Portugal. Na realidade, o Povo Português mostra, na sua maioria, nítidas reticências sobre esta revolução. Talvez ele próprio tenha também alguns desejos definidos, por exemplo a paz, o bem-estar e mesmo essa democracia formal de que esteve privado desde há meio século. Aquela democracia da qual Churchill dizia: «Não há regimes ideais. Mesmo a democracia não é ideal. Mas é a menos má das soluções.» Aquela que, apesar de tudo, permite que um dia se faça, eventualmente, uma outra escolha. Mas livremente.

Aqui está o que mostram à evidência os acontecimentos ocorridos em Portugal de há dois anos para cá. Aqui está de que sentimentos se acham imbuídas as reflexões de um observador amistoso.

Gostaria, para acabar, de evocar uma imagem marcante deste período. Está já um pouco desmaiada a sua cor. É contudo...

... Havia, nesse dia, em Lisboa, flores por todos os lados. Nas janelas das casas, no pavimento das ruas. Na cintura das mulheres e na botoeira dos homens. Até nos canos das espingardas. E principalmente nos olhos de todos. Flores ainda húmidas, humedecidas das lembranças de ontem e da alegria do presente. Era o 1.º de Maio de 1974. Como esquecê-lo?

● André Pautard, jornalista da revista francesa «L'Express», tem acompanhado de perto a situação política portuguesa desde o 25 de Abril, permanecendo desde então largos períodos no nosso país.



---

comunistas  
socialistas<sup>e</sup>  
a união  
é um combate

ETIENNE FAJON

a importância  
deste pequeno livro  
está à medida  
desta grande questão

**MORÆS**  
editores

---

DISTRIBUIÇÃO "O SÉCULO"  
R. do Século, 43  
Lisboa

---



# Martini Dry O quebra-gelo.



... On the rocks, por favor ...  
Martini Dry sobre o gelo,  
servido gentilmente,  
retribuído com um sorriso aberto.  
... Para mim, simples ...  
Martini Dry, servido com simpatia.  
O primeiro gelo que se quebra,  
o primeiro passo para um ambiente  
mais aberto na convivência franca  
de uma boa bebida.  
... simples ou com gelo ...  
Martini, excelente começo de uma amizade.

**Este sim.**  
**De qualquer modo.**

**MARTINI**